



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
MESTRADO EM DEMOGRAFIA**

JÚLIA MODESTO PINHEIRO DIAS PEREIRA

**Política de transferência de renda e migração na Bahia: alguma
conexão?**

Orientadora: Prof. Dra. Tirza Aidar

CAMPINAS
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

P414p **Pereira, Júlia Modesto Pinheiro Dias**
Política de transferência de renda e migração na Bahia : alguma
conexão? / Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira. - Campinas, SP: [s. n.],
2011.

Orientador: Tirza Aidar
Co-orientador: José Marcos Pinto da Cunha
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mobilidade social. 2. Mobilidade espacial. 3. Renda per capita.
4. Desigualdade social. 5. Migração. 6. Renda - Tranferência. I. Aidar,
Tirza. II. Cunha, José Marcos Pinto da. III. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Título em inglês: Cash transfers policy and migration in Bahia: any connection?

Palavras chaves em inglês (keywords): **Social Mobility**
 Spacial Mobility
 Per capita income
 Social inequality
 Migration
 Transfer payments

Área de Concentração: Demografia
Titulação: Mestre em Demografia
Banca examinadora: Rosana Aparecida Baeninger
 Kleber Fernandes de Oliveira
 Ricardo Ojima
 Lilia Montali

Data da defesa: 28-02-2011
Programa de Pós-Graduação: Demografia

JULIA MODESTO PINHEIRO DIAS PEREIRA

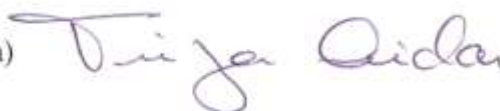
Política de Transferência de Renda e migração na Bahia: Alguma Conexão?

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Tirza Aidar.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28 / 02 / 2011.

BANCA

Profa. Dra. Tirza Aidar (orientadora)



Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira



Prof. Dr. Ricardo Ojima (suplente)

Profa. Dra. Lilia Terezinha Montali (suplente)

FEVEREIRO/2011

Agradecimentos

Agradeço a todos que me ajudaram durante esse percurso, e me ensinaram que o caminhar acadêmico é repleto de idas e vindas, de certezas e incertezas, de baixos e altos, de construções e desconstruções; enfim que é um momento em que todas as pessoas que passam pela inconstância das nossas vidas, nos ajudam a percorrer esse trajeto e a nos tornar seres humanos melhores.

Aos meus pais, Paulo e Lucia que sempre me incentivaram apesar da minha ausência e me deram todo o suporte necessário, tanto físico quanto emocional, para que eu completasse essa etapa da melhor maneira possível. Ao meu irmão Diogo, que me apoiou e sempre se interessou mesmo a distância. Aos meus avôs José, Terezinha, Joaquim e em especial a minha avó Zely, que tenho certeza, que mesmo em outro plano, continuam torcendo pelas minhas conquistas e me apoiando em minhas falhas.

Aos meus tios e minhas primas que sempre me acolheram nos momentos de solidão em uma cidade diferente.

A Letícia, que me acolheu em um momento tão importante, quanto o processo de seleção do Mestrado e sempre me ajudou quando precisei. A Junia que me incentivou a procurar a Demografia. A Malde, que me ajudou a encontrar um local de moradia em Campinas.

Aos meus colegas de caminhada que sempre estiveram comigo nos momentos de conquista e de frustração, que me ajudaram e incentivaram a seguir em frente, e dividiram os momentos de crescimento intelectual e pessoal: Cecília, Cimar, Ângela, Ednelson, Kátia, Vinicius, Marcio, Kazuo, Carol Bertho, Carol Guidotti, César, Diomário, Henrique, Sofia, Tiago, Roberta, Ricardo Dagnino, Alex, Mônica, Paulo, Fábio. E em especial a Francine, Silvana, Sabrina, Neiva e Henrique que foram a minha família para todos os momentos enquanto eu estive longe da minha.

Aos professores da Demografia: Alberto Jakob, Elisabete Bilac, Estela Cunha (Mayra), José Marcos, Maria Coleta, Marta Azevedo, Roberto Luiz do Carmo, Rosana Baeninger e Tirza Aidar, que me ensinaram que ser Demógrafa é ter uma forma especial de compreender o mundo.

Aos professores Kleber de Oliveira, Rosana Baeninger, Ricardo Ojima e Lilia Montali, que me deram o prazer de participar da banca de defesa, e a Ana Fonseca que participou da banca de qualificação e por motivos maiores, não pode estar na banca da defesa.

Ao CNPq pelo apoio financeiro e ao NEPO e IFCH por todo apoio institucional.

Por fim a minha orientadora Tirza Aidar que soube tanto puxar a minha orelha quanto incentivar no momento certo, e que aceitou participar comigo desse processo apesar de todas as dificuldades. E que me ensinou e me apoiou a defender e a levar em frente às idéias em que eu acreditava.

Resumo

Diante da crescente importância que os programas de transferência de renda vêm apresentando nos últimos anos, cabe perguntar. Será que eles têm gerado influência em áreas que não eram pretendidas? Pensando que os fluxos migratórios diferenciam-se conforme a realidade sócio-econômica e que devido às desigualdades regionais as pessoas se locomovem em busca de melhores condições de vida, faz sentido pensar que os programas que visam melhorar a condição de vida da população e por consequência amenizar tais desigualdades, podem acabar por influenciar a migração? Esta dissertação pretende buscar indícios de que programas de transferência de renda como a Aposentadoria Rural, o Benefício de Prestação Continuada e, principalmente, o Programa Bolsa Família (PBF), tem influenciado na dinâmica migratória no estado da Bahia. Visando o alcance desse objetivo foram analisadas informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, que cobrem o início e consolidação dos dois primeiros programas, e das PNAD's 2004 e 2009, período de implementação e crescimento da cobertura do PBF. Por intermédio de análises descritivas, contando também com registros de origem administrativa, avaliou-se a importância dos programas para a economia dos municípios baianos e o crescimento populacional *vis a vis* os Índices de Eficácia Migratória, segundo porte municipal e estrato de renda domiciliar *per capita*. Por último, analisou-se também o peso das transferências na composição da renda domiciliar, conforme o status migratório dos chefes de domicílio. Os resultados mostram indícios de maior retenção migratória, bem como um crescimento populacional diferenciado entre a população de baixa renda, principalmente nas cidades pequenas e médias e nas áreas rurais, onde se observa também maior importância do Programa Bolsa Família, que cresce na composição da renda entre os imigrantes de retorno.

Palavras-Chave

Mobilidade social; Mobilidade espacial; Renda per capita; Desigualdade social; Migração; Transferência de renda.

Abstract

In face of the growing importance that income transfer programs have been showing in the last years, it's suitable to ask: Have them shown importance in areas for which they were not intended? Thinking that migratory fluxes distinguish from one another accordingly to the economic and social reality of each one and that as a consequence of social inequality people move in the search for social mobility, it makes sense to think that the programs which intend to improve population life condition and as consequence eases such inequalities, may influence in migration? This dissertation intends to seek some sign that income transfer programs such as Rural Retirement, the Continued Provision Benefit and above all the Bolsa Família Program, have been influencing in the migratory dynamics of the state of Bahia. In the search for such an objective it will be utilized the Demographic Census of 1991 and 2000, which covers the beginning of the consolidation of the first two programs, and the PNAD's of 2004 and 2009, the period of implementation and growth of BFP. By means of descriptive analysis, relying also on the records of administrative origin, it was evaluated the importance of such programs to the economy of Bahia municipalities and the population growth in face to the Index of Migratory Efficiency, according to the municipality size and per capita house income cut. Finally, it was analyzed also the importance of the transferences in the composition of house income, according to the migratory status of the house head. The results show the bigger migratory retention, as well as a differentiated population growth between the low income population, mainly in small and average cities in rural areas, where it can be observed the greater importance of Bolsa Família Program, which grows in the income composition of return immigrants.

Key words

Social mobility; Spatial mobility; Per capita income; Social inequality; Migration; Income transfer.

Lista de Ilustrações

DIAGRAMA 1 – Diagrama da análise dos indicadores migratórios	54
QUADRO 1 - Variáveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	57
FIGURA 1 - Pirâmide etária da Bahia, 1991, 2000 e 2009	60
FIGURA 2 - Proporção da população por estratos de renda domiciliar <i>per capita</i> Bahia, 1991, 2000 e 2009	62
FIGURA 3 - Taxa de Crescimento anual (%) por tamanho do município e rendimento domiciliar <i>per capita</i> . Bahia de 1991 a 2000	85
FIGURA 4 – Diferença entre 1991 e 2000 no percentual dos grupos de renda, por porte	86
FIGURA 5 – Índice de eficácia migratória por porte e localização do município, segundo estrato de renda domiciliar <i>per capita</i> . Bahia. 1986-1991	103
FIGURA 6 – Índice de eficácia migratória por porte e localização do município, segundo estrato de renda domiciliar <i>per capita</i> . Bahia. 1995 -2000	103
FIGURA 7 - Índice de eficácia migratória na Região Metropolitana de Salvador por estrato de renda domiciliar <i>per capita</i> . 1991, 2000 e 2009	107
FIGURA 8 - Índice de eficácia migratória no interior da Bahia por estrato de renda domiciliar <i>per capita</i> . 1991, 2000 e 2009	107
FIGURA 9 - Índice de eficácia migratória da Bahia por estrato de renda domiciliar <i>per capita</i> . 1991, 2000 e 2009	108
FIGURA 10 - Proporção de imigrantes de retorno entre os migrantes. Chefes de domicílios e da população total. Última etapa. Bahia - 2002, 2004, 2006, 2008 e 2009	110
MAPA 1 - Região econômica e índice de desenvolvimento econômico. Bahia – 2006	68
MAPA 2 - Mapa com a razão dos programas de transferência de renda (PBF+BPC) com as receitas totais dos municípios. Bahia – 2004	95
MAPA 3 - Mapa com a razão dos programas de transferência de renda (PBF+BPC) com as receitas totais dos municípios. Bahia – 2009	95

Lista de Tabelas

TABELA 1 - Contribuição e cobertura previdenciária por posição na ocupação, Brasil	32
TABELA 2 - Imigrantes e emigrantes de 5 anos e mais de idade por Unidade da Federação. Brasil, 1986-1991 e 1995-2000	48
TABELA 3 - Indicadores demográficos. Bahia - 1980 a 2009	61
TABELA 4 - Proporção da população por estrato de renda domiciliar <i>per capita</i> . Bahia e Brasil - 1991, 2000 e 2009	61
TABELA 5 - Indicadores demográficos da população segundo estratos de renda domiciliar <i>per capita</i> . Bahia - 1991, 2000 e 2009	63
TABELA 6 - Proporção de migrantes de retorno e migrantes não naturais. Bahia, 2002 a 2009	73
TABELA 7 - Distribuição das cidades e da população por quantidade de habitantes, Bahia, 1991 e 2000	78
TABELA 8 - Taxa de crescimento populacional por tamanho de município e rendimento domiciliar <i>per capita</i> . Estado da Bahia - 1991 a 2000	84
TABELA 9 - Relação do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com o PIB Municipal, por porte municipal. Bahia, 2004 e 2009	93
TABELA 10 - Relação entre o PBF e o BPC com as receitas próprias, de transferências e receitas totais dos municípios, por porte municipal. Bahia. 2004 e 2009	94
TABELA 11 - Valor do PBF, BPC, PIB Municipal e variação no período entre 2004 e 2009 no estado da Bahia	96
TABELA 12 - Volume (em mil) e percentual de emigrantes e imigrantes dos maiores de cinco anos, por migração intra-estadual e interestadual. Bahia, 1991 e 2000	97
TABELA 13 - Volume (em mil) e razão pela população de emigrantes e imigrantes dos maiores de cinco anos, por migração intra-estadual e interestadual. Bahia, 1991 e 2000	99
TABELA 14 - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias, Bahia, segundo o tamanho populacional dos municípios, Região Metropolitana de Salvador e a cidade de Salvador, 1986/1991 e 1995/2000	102
TABELA 15 - Taxa de crescimento e Índice de Eficácia Migratória, dos maiores de cinco anos entre 1991, 2000 e 2009, por localização do município e rendimento domiciliar <i>per capita</i> . Bahia, 1991 a 2009	106
TABELA 16 - Proporção de não migrantes, migrantes de retorno e migrantes não naturais. Bahia - 2002-2009	109
TABELA 17 - Perfil dos chefes de domicílio por status migratória. Bahia, 2004 e 2009	112
TABELA 18 - Composição da renda domiciliar dos chefes por status migratório. Bahia, 2004 e 2009	113

Lista de Siglas

AR – Aposentadoria Rural
BPC – Benefício de Prestação Continuada
BVJ - Benefício Variável Vinculado ao Adolescente
CADÚnico –Cadastro Único
CAP – Caixa de Aposentadoria e Pensões
CF – Constituição Federal
IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões
IEM – Índice de Eficácia Migratória
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IR – Imposto de Renda
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS - Lei Orgânica da Previdência Social
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
ONU – Organização das Nações Unidas
PBF – Programa Bolsa Família
PEA – População Economicamente Ativa
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ProRural - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RM – Região Metropolitana
RMS – Região Metropolitana de Salvador
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SM – Salário Mínimo
SUS – Sistema Único de Saúde

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	9
1. História recente da pobreza, desigualdades e políticas sociais no Brasil	9
1.1. Política social a partir dos anos 80	27
1.2. Avanços na última década	39
CAPÍTULO II	45
2. Fontes de informação e estratégias para as análises empíricas	45
2.1. Bahia e Programas de Transferência de Renda	45
2.2. Transferência de renda e desenvolvimento econômico dos municípios	49
2.3. Crescimento populacional por estrato de renda domiciliar per capita e porte municipal	49
2.4. Volumes migratórios, saldo líquido e índices de eficácia migratória	52
2.5. Composição da renda domiciliar por status migratório	55
CAPÍTULO III	59
3. Panorama demográfico e migratório da Bahia	59
3.1. Panorama demográfico – Bahia 1980 a 2009	59
3.2. Bahia e o desenvolvimento econômico do país	64
3.3. Um pouco da história migratória da Bahia	69
3.3.1. Migração Interestadual	71
3.3.2. Migração Intra-estadual	73
3.3.3. Saldos migratórios dos municípios Baianos	76
3.4. Tamanho e distribuição populacional do estado da Bahia	77
3.5. Ritmo de crescimento dos municípios baianos	81
CAPÍTULO IV	91
4. Crescimento populacional e migração: diferenciais por renda	91
4.1. Os municípios baianos e as transferências de renda	92
4.2. Alterações na dinâmica migratória	96
4.3. Composição da renda familiar por status migratório	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O sistema econômico de base escravista no Brasil fez com que no início do século XX houvesse uma enorme quantidade de pobres no meio rural, sendo esse grupo composto por ex-escravos e por trabalhadores rurais livres, que viviam da agricultura de subsistência ou de trabalhos esporádicos nas grandes propriedades. Até o início da década de 30 essa enorme massa de trabalhadores permaneceu imóvel por consequência do grande poder dos mandatários locais. Ou seja, os senhores de terra, principalmente no Nordeste, não permitiam que as pessoas se deslocassem para outra região, formando um grande contingente de reserva de mão de obra. Porém, com o início da formação de uma economia nacional focalizada no eixo Rio – São Paulo se inicia um processo de êxodo rural, principalmente do Nordeste para o Sudeste.

Esse grande fluxo populacional, que entre 1930 e 1980 transferiu cerca de 38,4 milhões de pessoas da zona rural para a urbana (BERQUÓ, 2001, p.23), tem origem na desigualdade regional. De acordo com Singer (1980), essa desigualdade pode ser encarada como o principal motivo das migrações internas. Diante das diferenças regionais as pessoas se locomovem em busca de melhores condições de vida. No entanto, alguns vêm de áreas que passaram por mudanças tecnológicas ou de áreas estagnadas, o que faz com que a população de uma maneira geral seja expulsa. Nesse processo as pessoas que saíram das áreas afetadas por fatores de mudança se dirigiram primeiro para as áreas urbanas, ocupando os principais postos de trabalho, quando a população com origem nas áreas estagnadas inicia o êxodo, já não há tantos postos de trabalho disponíveis. Essa população excedente foi e é essencial para manter o custo da mão de obra baixo e alimentar o sistema capitalista.

O processo de saída das pessoas do campo para a cidade se dá concomitantemente com o início das políticas de auxílio ao trabalhador, que mais tarde darão origem a um conjunto de políticas mais amplo, que sustentará a proteção social brasileira. Porém, essas políticas que ganham força com o governo Vargas sustentam-se no conceito de “cidadania regulada” (SANTOS, 1979), ou seja, na idéia de que o status de cidadão é regulado pelo estado conforme a profissão que cada um ocupa. Em suma, apenas os pertencentes às profissões regulamentadas por lei e reconhecidas pelo Estado têm direito a proteção do mesmo, o que deixa de fora uma enorme quantidade de pessoas como, por exemplo, as mulheres e as famílias que viviam da agricultura familiar.

Desde o começo dos anos 30 Vargas já apresentava preocupação de que caso não houvesse políticas de retenção das pessoas no campo a dinâmica urbana, adicionada à maior garantia de benefícios na cidade, pudesse tornar-se uma “utopia”, fazendo assim com que se intensificasse o êxodo rural. De fato essa preocupação tornou-se real. Porém, o rápido desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente a partir dos anos 1950, só foi possível graças a essa enorme transferência de mão de obra e de potenciais consumidores do meio rural para o urbano. Assim, a partir de meados do século XX, a economia brasileira cresce significativamente fazendo com que houvesse uma redução da pobreza, sem, no entanto, ocorrer redução da desigualdade.

Com a chegada da crise dos anos 80 a proteção social viu-se atingida pela falta de garantia de recursos e pela necessidade de cortes no orçamento da união. Porém a Constituição Federal de 1988 passou a estabelecer instrumentos para que a proteção aos cidadãos brasileiros, não dependessem mais da flutuação econômica, trazendo assim a garantia constitucional para algumas medidas de auxílio a população. Além disso, a nova constituição passou a garantir a proteção a todas as pessoas independente de ocupação profissional. Logo essa proteção vem por intermédio da implantação e mais tarde da ampliação de programas que transfiram renda independentemente de contribuição prévia.

As transferências de renda passam a ter um impacto significativo a partir dos anos 90, quando acontece a implantação da Aposentadoria Rural nos moldes atuais¹ (1991) e o BPC (BRASIL, 1993). A partir desse momento há uma grande ampliação na quantidade de idosos que são beneficiados com um salário mínimo mensal independente de contribuição. Entre 1990 e 1992 os percentuais de segurados especiais da PEA passaram de 4,4% para mais de 10%, ou seja, de cerca de 2,5 milhões para mais de 6 milhões (RAGEL et al., 2009). Já o BPC manteve uma cobertura inferior em decorrência da idade elevada para a concessão do benefício, ganhando uma maior importância com a redução da idade para 65 anos em 2003. De acordo com Jaccoud; Hadjab e Chaidub (2009), ao lado do RGPS, da aposentadoria especial, o BPC fez com que a pobreza e a indigência entre a população idosa seja hoje um fenômeno marginal, em 2007 11,8% dos idosos no Brasil vivam com uma renda *per capita* de até meio salário mínimo sendo que

¹ A aposentadoria rural tem início no final da década de 60, no entanto ela só atendia ao chefe da unidade domiciliar e apenas com meio salário mínimo, a partir de 1991, o Plano de Benefícios do RGPS foi aprovado com base no estabelecido na CF/88. Assim, surge a categoria de Segurado Especial, que engloba todos que trabalhem e regime de economia familiar, podendo mais de um membro da mesma família receber a aposentadoria, além do valor ter passado para um salário mínimo.

apenas 1,4% viviam com uma renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. No entanto o grande impacto das transferências de renda se dá com a implantação do Programa Bolsa Família, que em 2004 atendia a 6.571.839 famílias e chega em 2009 atendendo a 12.472.540 famílias. Se formos considerar que o tamanho médio das famílias que tinham em 2009 uma renda *per capita* familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, é de 4,92 (BRASIL, 2008) o PBF atendia a aproximadamente 61.364.897 pessoas, ou seja a 33,2% da população brasileira. Esse impacto torna-se maior ainda se considerar que pela primeira vez fala-se de um programa de cobertura ampla que pretende atender com plenitude toda a população de baixa renda em idade economicamente ativa.

Diversos autores como Barros et al. (2009) e Rocha (2004), entre outros, afirmam que os programas de transferência de renda juntamente com as aposentadorias são responsáveis pela melhora da situação de pobreza e da redução da desigualdade principalmente no meio rural e nas menores cidades. De acordo com Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) a renda domiciliar *per capita* da população como um todo cresceu a uma taxa de 2,8% ao ano, enquanto entre os 10% mais pobres cresceu a 8,1% ao ano, e entre os 10% mais ricos cresceu apenas 1,4% ao ano. Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) acredita que as transferências governamentais foram responsáveis por um terço da redução na desigualdade com a contribuição da previdência em 16%, do PBF em 12% e do BPC com 6%.

Logo surge a seguinte questão: é provável que, se os programas que transferem renda para a população, que a protegem contra adversidades e reduzem a desigualdade, já existissem no começo do século, o processo do êxodo rural teria ocorrido de outra forma, talvez com uma menor intensidade. Essa possibilidade suscitou a seguinte questão: Os programas de transferência de renda recentemente implementados podem influenciar os processos migratórios?

Se for levado em consideração que os programas de transferência de renda estão trazendo alguma forma de segurança monetária para uma parcela da população que nunca teve e, mais do que isso, que essa renda está aquecendo economicamente os municípios que antes eram estagnados, existe a possibilidade de que as mesmas transferências estejam influenciando os fluxos migratórios. Sendo sempre de suma importância esclarecer que caso esse fenômeno possa estar ocorrendo, ele é um efeito não planejado das transferências de renda.

Antes de prosseguirmos é necessário esclarecer que não há como dissociar as mudanças na dinâmica migratória em uma região do que está acontecendo em outra, afinal não existe só um elemento que possa influenciar nessa dinâmica. Da mesma forma como as políticas sociais

podem ser um elemento dessa dinâmica, as mudanças no desenvolvimento econômico e as novas estratégias para se adaptar a essas mudanças também influenciam nos movimentos migratórios. Apesar de que a partir dos anos 80, a dinâmica migratória não se associa mais de forma tão direta à dinâmica econômica, já que juntamente com os fluxos migratórios tradicionais, associam-se outros fluxos como movimentos de curta distância, de retorno, inter-regionais entre outros e algumas das regiões economicamente mais dinâmicas do país passam a ser aquelas que perdem os maiores volumes de migrantes, como a Região Metropolitana de São Paulo (CUNHA; BAENINGER, 2005). No entanto não há como negar que os acontecimentos do Sudeste ainda influenciam os movimentos migratórios no Nordeste, e o mesmo acontece no sentido contrário. Dito isso, por uma questão metodológica e operacional, nesta dissertação focaremos exclusivamente nas políticas de transferência de renda, não esquecendo que no pano de fundo há diversos outros processos que também influenciam e interagem com os movimentos migratórios.

Feita essa ressalva, na busca de esclarecimentos sobre a questão levantada foram identificadas logo no início algumas impossibilidades de cunho metodológico, de tempo disponível para desenvolvimento da pesquisa, e de disponibilidade de fontes de dados. Procurar entender, ou isolar, o impacto das políticas de transferências de renda nos processos migratórios exigiria de fato pesquisa muito mais abrangente que incorporasse, além de diversas dimensões relativas às especificidades dos movimentos e fluxos mais significativos, pesquisas de cunho qualitativo que pudessem adicionar informações de trajetórias e histórias de vida aos instrumentos clássicos de análise da migração como o Censo Demográfico e as PNAD's. Para tanto, seria necessário, por exemplo, uma pesquisa de maior profundidade em alguns municípios previamente selecionados. Além do mais, o último Censo Demográfico disponível, que permite recortes municipais para análises mais detalhadas, até a data de realização desta dissertação é o de 2000, defasado por dois motivos: 1) Já se passaram 10 anos, e outro Censo Demográfico já está sendo realizado; 2) Em 2000 ainda não havia sido implantado o Programa Bolsa Família, que como veremos adiante, é o mais significativo programa de transferência de renda que atende a população em idade ativa.

Dessa forma, ciente de que não seria possível estabelecer de fato uma relação entre os programas de transferências de renda e a migração, optou-se nesse trabalho por levantar a questão fazendo um histórico das políticas de proteção social no Brasil e dos grandes movimentos migratórios no país *vis a vis* as desigualdades regionais para, posteriormente, focalizar as

políticas mais recentes e dinâmica demográfica no estado da Bahia explorando alguns indícios sobre a existência dessa relação.

Assim, esta dissertação terá como recorte espacial o estado da Bahia, tendo em vista a importância que as transferências de renda representam para este estado, juntamente com o histórico de ser um estado de altas taxas de perda populacional por emigração. A Bahia é o quarto estado mais populosos do Brasil, com o sexto maior PIB estadual, ao mesmo tempo em que também apresenta a sexta maior medida de desigualdade. Já em relação aos programas escolhidos, serão focalizados a influência da Aposentadoria Rural (1991), o Benefício de Prestação Continuada (1993) e o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2004), sendo que os dois primeiros são voltados para os idosos e deficientes e o último para a população em qualquer idade, com foco no núcleo familiar.

Os municípios de menor porte são aqueles com maior impacto dos programas de transferência de renda, com destaque à acentuada redução da incidência da pobreza rural devido, em grande parte, à universalização da previdência social e à crescente cobertura de benefícios assistenciais de transferência de renda. Tais benefícios são pagos pelo governo federal e têm valores fixados nacionalmente, e impactam de forma mais significativa a área rural onde o custo de vida é mais baixo Rocha (2004). Os municípios de menor porte também figuram entre aqueles que apresentam as maiores perdas migratórias relativas. Diante de tais considerações, as análises foram desenvolvidas, sempre que possível de forma comparativa entre municípios agrupados segundo tamanho e população em estratos de rendimento domiciliar *per capita*. As cidades baianas foram divididas em três categorias (Até 15 mil habitantes, de 15 a 50 mil habitantes e mais de 50 mil habitantes); e a população em quatro grupos de renda domiciliar *per capita*: Até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, de 1 a 3 salários mínimos e mais de 3 salários mínimos; com foco no primeiro grupo.

O crescimento populacional nas cidades baianas tem se concentrado nos últimos anos nos pólos de desenvolvimento industrial distribuídos entre a Região Metropolitana e mais alguns pontos isolados, além das áreas de desenvolvimento agroindustrial que se concentram na região do Rio São Francisco e na parte Oeste do estado. As outras regiões que não fazem parte dessa dinâmica econômica têm apresentado ritmo de crescimento total, próximo do ritmo de crescimento vegetativo, quando não apresentam decréscimo em consequência de perda migratória. Assim, acredita-se que caso estejam ocorrendo alterações no ritmo de crescimento da

população mais pobre nos menores municípios, a partir dos períodos em que os programas foram implantados, poderia significar um indicio da influência desses programas, seja na mobilidade entre os estratos de renda como na espacial, já que a dinâmica econômica nos demais municípios baianos é pouco significativa. A redução da pobreza nos últimos anos tem sido em parte atribuída à expansão dos programas de transferência de renda. O Programa Bolsa Família passou de um atendimento a 6.571.839 famílias em 2004, para 12.472.540 de famílias em 2009, o que corresponde a um aumento de 90% na cobertura em um período de cinco anos.

Buscando indícios sobre a associação entre a evolução das transferências de renda e os movimentos migratórios, foram comparadas características da migração (volume, saldo líquido e índice de eficácia) por estratos de renda e porte municipal, tendo em mente as seguintes perguntas: Será que os pobres têm imigrado mais ou menos do que os outros? É possível que os índices de eficácia migratória mudem quanto ao significado de retenção, rotatividade ou perda, conforme estrato de renda e porte municipal? A literatura tem dado indícios de que há um significativo diferencial migratório conforme a renda de cada um. Entre esses diferenciais pode ser destacado o fato que, de uma maneira geral, as pessoas com menos recursos financeiros tendem a realizar movimentos de menores distâncias.

Além da verificação dos diferenciais migratórios por renda, foram analisados os diferenciais entre os imigrantes retornados, os não naturais e os não migrantes. Em novembro de 2006 o jornal O Globo publicou uma notícia online cuja manchete era: Bolsa Família causa migração de retorno:

SÃO PAULO. O sonho acabou. Para muitos nordestinos que escolheram São Paulo como local para construir uma nova vida, o caminho agora é de volta. A terra paulista, que foi nas últimas décadas o principal destino dos migrantes do Nordeste, perdeu seu principal atrativo. Os empregos, abundantes nas décadas de 80 e 90, desapareceram com a precarização do trabalho. Quando encontra o "serviço", o nordestino ganha menos. Na terra natal, além de reencontrar os familiares, os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, garantem a sobrevivência e são hoje um dos principais atrativos para o retorno" (BARBOSA, 2006).

Essa notícia suscita a seguinte dúvida: Será que de fato os programas de transferência de renda, podem estar influenciando o retorno para o estado da Bahia?

Considera-se que a camada mais pobre da população é relativamente menos atingida por alterações positivas na dinâmica econômica e que, pela primeira vez no Brasil, as políticas de transferências passam a garantir uma renda mínima para grande parcela da população que em

outros momentos encontravam nos movimentos migratórios a única possibilidade de sobrevivência.

Com tais considerações e questões em mente, adicionadas à revisão da literatura as análises empíricas foram desenvolvidas buscando explorar indícios de que mudanças na dinâmica migratória da Bahia estejam relacionadas com os programas de transferência de renda implantados nas últimas décadas.

CAPÍTULO I

1. História recente da pobreza, desigualdades e políticas sociais no Brasil

Para entender a influência que as políticas sociais possam vir a ter na dinâmica migratória, é preciso retroceder até o final do século XIX, quando a estruturação da sociedade nos moldes escravistas fez com que uma grande parcela da população vivente no campo, permanecesse desprotegido, o que deu início a partir da década de 30 a um grande êxodo rural. Para isso, utilizarei como principal referência para a primeira parte deste capítulo a obra de Adalberto Cardoso (2010) – **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. Pois nessa obra encontrei informações e discussões relevantes para as questões que serão levantadas neste capítulo, como a importância das políticas sociais, industriais e trabalhistas que visam diminuir as desigualdades intra e interregionais, que podem impactar na dinâmica migratória.

Conforme Cardoso (2010) o Censo Demográfico de 1872 apontou cerca de 10 milhões de brasileiros, sendo que 1,5 eram escravos. Mas quem eram os brasileiros restantes que não faziam parte da elite e que também não eram cativos? O restante da população formava um grupo heterogêneo, e no geral miserável, que não participava diretamente da economia, e que viam na constante migração um meio de sobrevivência, sempre buscando condições de se inserir na dinâmica econômica. De fato, o sistema escravista era obrigado a conviver com o trabalho livre, principalmente nos momentos de maior demanda de trabalho, como as épocas de colheita. Esse convívio foi maior em regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, onde se encontrava uma expressiva quantidade de produtores que não tinham condição de manter número suficiente de escravos e eram obrigados a recorrer aos roceiros independentes para completar a mão de obra para suas colheitas. Na realidade as “*plantations*, grande extensão de terra ocupada por monocultura empregando centenas de escravos, foi a exceção no período colonial e depois” (CARDOSO, 2010, p.59).

Com essa convivência, a transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre assalariado se deu de maneira lenta e diferenciada entre as regiões brasileiras, observando-se, segundo Cardoso (2010) cinco implicações importantes: 1) A inércia da estrutura social, fazendo com que as elites se adaptassem e se mantivessem as mesmas; 2) A visão degradada do trabalho manual, em virtude de sua associação com a escravidão; 3) O aparato repressivo montado para controlar a

escravidão, consolidou um padrão de violência estatal e privada que sobreviveu ao fim da escravidão transferindo-se para a relação entre o Estado e a ordem trabalhista (o que trará conseqüências para as demandas sociais como ver-se-á mais adiante); 4) A ocorrência da transposição do imaginário da ordem escravagista para a capitalista na qual os trabalhadores só interessam como indivíduos resignados que reconheçam naquelas pessoas que os recompensam, uma autoridade em si; 5) O paradoxo produzido pela escravidão em que a estrutura social era profundamente hierárquica e rígida nas posições superiores, mas bastante maleável na base, onde a pobreza igualava a todos. Logo a sociedade escravista tornou o trabalhador que não era cativo um marginal social, quadro que não foi alterado com o fim da escravidão, já que a pobreza no campo mantinha-se generalizada, e que só foi apresentar certa melhora com a intensificação da industrialização na segunda metade do século XX.

A história da formação do capitalismo moderno de acordo com Balán (1973) e Lopes (1973) é a história da formação de uma força de trabalho livre, necessitada de salário e geograficamente móvel. Com a redução da mão-de-obra escrava e posteriormente com a sua eliminação, a economia cafeeira precisou recrutar mão-de-obra. Fazer isso nacionalmente era improvável, por três fatores: 1) a existência de terras para se exercer a agricultura de subsistência; 2) a identificação do trabalho manual em grandes propriedades com o trabalho escravo, o que não causava grande entusiasmo na mão de obra livre; 3) e o preconceito em relação à mão-de-obra nacional que era vista com ociosa, indisciplinada e violenta.

De acordo com Balán:

Graham e Hollanda Filho discutiram detalhadamente este problema e acharam que uma explicação satisfatória deveria incluir pelo menos referências a fatores tão diversos como a preferência dos fazendeiros pela mão-de-obra estrangeira, as dificuldades da mão-de-obra nacional para adaptar-se à condição de assalariado de forma disciplinada, a existência de fortes pressões na Itália que permitiam dispor de mão-de-obra barata em quantidades razoáveis, o custo relativamente baixo do transporte internacional comparado com as dificuldades do transporte inter-regional no Brasil e as oposições levantadas por diversos grupos de interesse à transferência inter-regional de mão-de-obra (1971, p.42 e segs.) (BALÁN, 1973, p.24).

Assim, com o poder ainda muito dividido entre as macrorregiões brasileiras, os grandes senhores de terra principalmente em locais como o Nordeste que tinham a sua produção econômica voltada para o mercado externo e não para o interno, não permitiam que a mão-de-

obra migrasse para o Sudeste². Já que a economia Nordeste era intrinsecamente ligada ao mercado externo, a sua população era vista apenas como força produtiva e não como um mercado consumidor. Logo, não era vantajoso monetizar essa economia, assim os grandes senhores de terra mantinham as pessoas livres restritas aos locais de origem em decorrência de motivos financeiros, já que esses senhores emprestavam recursos para os homens livres e esses eram obrigados a manterem os vínculos com o poder local. “O Estado que se consolidava no Brasil era um Leviatã raquítico de corpo, porém com múltiplas cabeças” (CARDOSO, 2010, p.119).

Entre o final do século XIX e início do século XX, a economia cafeeira cresceu como a principal riqueza do Brasil. Em 1907 o café representou 52,7% do valor das exportações, essa cultura respondeu sozinha por pelo menos 36% do valor da produção agrícola total (CARDOSO, 2010, pg. 151). No entanto, essa economia agrícola era instalada em regiões relativamente novas e escassas de população, como o interior de São Paulo. Segundo Balan (1973) os problemas demográficos também eram problemas políticos, fazendo com que o povoamento dessas áreas fosse uma das principais questões a serem enfrentadas. Assim, a partir de um setor novo da velha classe, viu-se o surgimento de um centro político nacional, que se localizou entre o eixo Rio - São Paulo. A expansão do café, a disponibilidade de mão de obra qualificada e o sistema de transportes possibilitaram o desenvolvimento de um mercado industrial nesse eixo, a partir da integração do mercado em nível regional.

Com o enraizamento do capitalismo e a sua expansão, introduziu-se no sistema interesses que passaram a opor resistência à gestão puramente local, já que para o capital moderno interessava investimentos em perspectivas mais amplas. Porém a intervenção do Estado por motivos econômicos deu-se tardiamente nos estados mais pobres, como é o caso dos estados que compõem a região Nordeste. Pode-se dizer que a formação de um centro econômico em âmbito nacional e a concentração do poder em um núcleo com capacidade de decisão sobre todo território nacional diminuíram as autonomias regionais com estruturas político-econômicas que tornavam difíceis a transferência de recursos e dificultavam a mobilidade geográfica da população.

Ainda conforme Balán (1973) e Lópes (1973) com algumas áreas urbanas no Nordeste sendo dinamizadas em decorrência dos engenhos de açúcar, e de alguma indústria têxtil, no

² Apesar de que no final do império, o Nordeste que era a região mais populosa do Brasil, já apresentava importantes fluxos migratórios dentro da própria região.

começo do século XX inicia-se no Nordeste uma forte corrente de fluxos migratórios do meio rural para o meio urbano. Porém, com a ampliação do mercado nacional e o aumento das redes de telecomunicação e transportes e a entrada dos produtores do sudeste na indústria têxtil, a incipiente indústria têxtil Nordestina fica em desvantagem e a região passa a perder população para o Sudeste. Assim, nota-se uma indicação de fluxos em direção ao estado de São Paulo, tanto para trabalhar na lavoura que se expandia para a região Oeste, quanto para trabalhar na indústria que crescia.

Na primeira década do século XX já se observavam problemas ligados à urbanização como o crescente aumento do custo de vida. No Rio de Janeiro, por exemplo, o aluguel de um cômodo com tamanho variando entre seis e nove metros quadrados valia 100 mil-réis por mês, enquanto custava 40 ou 50 mil réis no interior do Brasil e 70 mil-réis em São Paulo. Um operário têxtil paulista precisava trabalhar 15 dias do mês, entre 10 a 13 horas por dia, apenas para pagar o aluguel de um cômodo apertado onde morariam de 5 a 7 pessoas, e se fosse mulher era provável que o seu soldo mensal não fosse suficiente (CARDOSO, 2010). Além do mais, em alguns locais os trabalhadores rurais ganhavam a mesma quantia que um sargento da polícia civil, sem terem que pagar moradia. Ou seja, tanto no campo quanto na cidade os salários eram irrisórios, sendo que na cidade os custos de vidas eram superiores.

Além do alto custo de vida é importante ressaltar que em 1900 a mortalidade infantil no Sudeste, que já era a região mais desenvolvida do país, era de 215 por mil, sendo que 30 anos depois ainda se mantinha em 153 por mil. A esperança de vida ao nascer das mulheres no Brasil era de 34,6 anos em 1910 e de 37,3 anos em 1930, para os homens a taxa eram de 33,4 e 35,7 anos, respectivamente. No Rio de Janeiro, 41% das 76 mil mortes ocorridas entre 1886 e 1890 resultaram de doenças transmissíveis (CARDOSO, 2010). Essas cifras refletem as condições de vulnerabilidade a que estavam submetidas às classes subalternas, onde as condições de habitação eram precárias e os serviços sanitários eram praticamente inexistentes. Além desses fatos, o voto era proibido aos analfabetos, às mulheres, aos estrangeiros e a outras categorias, o que reduziu a menos de 10% a população votante nos primeiros 30 anos do século XX (CARDOSO, 2010). Além do mais, o voto dessa pequena minoria era controlado pelos chefes mandatários locais. Nos grandes centros urbanos o voto não era tão intensamente controlado, mas também era sujeito a inúmeras fraudes.

Iniciando-se um fluxo do campo para a cidade, as pessoas encontravam altos custos de vida, sem poderem mudar a realidade, já que a maior parte não podia exercer o direito do voto. É nesse contexto que foram elaboradas algumas tentativas de políticas sociais, tais como o auxílio doença e funeral aos funcionários das estradas de ferro em 1888, a proteção a acidentes de trabalho em 1919 (em 1924 essa lei é estendida para o comércio e para o campo além da eliminação do inquérito policial) em 1923 é implantado o primeiro fundo de pensão para os ferroviários (Lei Eloy Chavas) que depois expande-se para outras categorias (SANTOS, 1979). No entanto, as primeiras regulações das relações trabalhistas de fato somente ocorrem na década de 30, sendo que os fundos de pensão passam para a gerência do Estado apenas em meados dos anos 60.

Após esse incipiente conjunto de políticas sociais que atendiam apenas alguns grupos específicos verifica-se o surgimento de uma nova era de políticas sociais, principalmente trabalhistas, que ficou conhecida como era Vargas.

A partir da década de 30 passou-se a aceitar a intervenção estatal na ordem privada, a partir de regulações trabalhistas. Porém essa intervenção não poderia atingir as relações agrícolas. Assim a ordenação das forças de trabalho concentrou-se no urbano, deixando para as elites agrárias o destino de cada homem no campo, o que gera uma proteção estatal representada pela legislação social e trabalhista. Essa utopia passa a ser um dos elementos que impulsionam o grande fluxo migratório entre as áreas rurais e urbanas nos entre 1930 e 1970.

De acordo com Cardoso (2010, p.210) dentro das políticas sociais da era Vargas, os trabalhadores seriam incluídos de três formas: 1) na empresa, por meio da estabilidade no emprego, o que geraria um compromisso mútuo entre as classes, pelo bem-estar de uns e a prosperidade de outros; 2) no Estado, por meio da participação nos sindicatos como órgãos estatais e nos mecanismos corporativos de tomada de decisão, que acolhiam também as classes superiores; 3) na sociedade de consumo, aspecto garantido pela instituição do salário mínimo e da previdência social, disponível aos trabalhadores, que asseguraria bem-estar material na velhice e na doença.

A proteção social que teve início no governo Vargas, tinha como diretrizes a instituição de um salário mínimo, a fixação da jornada de trabalho, o estabelecimento do descanso semanal remunerado, direito a férias, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a compensação a famílias com número elevado de filhos, o crédito subsidiado para a aquisição de moradia, os

planos de aposentadoria, a instituição da justiça do trabalho, a regularização dos sindicatos regulados pelo Estado para representação de interesses em negociações coletivas, entre outras.

Porém essa proteção não cabia a todos, para entender melhor como se dava a proteção social na era Vargas, modelo que perdurou até a atual Constituição Federal, é primeiro necessário entender o conceito de **Cidadania Regulada** de Wanderley Guilherme dos Santos:

(...) o conceito-chave que permite entender a política econômica social pós-30, assim como fazer a passagem da esfera da acumulação para a esfera da equidade, é o conceito de *cidadania*, implícito na prática política do governo revolucionário, e que tal conceito poderia ser descrito como o de *cidadania regulada*. Por *cidadania regulada* entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas* em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja a ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (SANTOS, 1979, p.75).

A cidadania regulada é entendida como tal, pois ela condiciona as pessoas que são cidadãs, ou seja, quem não possui uma carteira de trabalho não tem direito a proteção social oferecida pelo Estado. Assim, é de se pensar que a população faria de tudo, para conseguir se inserir no mercado formal de trabalho, mas para obter a carteira de trabalho, era necessário primeiro superar a burocracia.

Conforme Cardoso (2010) a obtenção da certidão de nascimento, era o primeiro passo, pois a partir do registro civil, iniciava-se o processo de obtenção da carteira de trabalho. Em seguida o trabalhador precisava prestar um conjunto completo de informações ao Departamento Nacional do Trabalho: estado civil, nível educacional, ocupação, endereço, nomes dos pais, uma fotografia, as impressões digitais, os nomes, atividades e a localização de seu empregador atual e dos antecessores, além de salários recebidos e datas de admissão e demissão. Eram exigidos também os nomes, atividades e datas de nascimento de todos os dependentes, além dos sindicatos de que o trabalhador fosse membro. Se fosse apenas a informação já era trabalhoso, porém todas as informações deviam ser provadas documentalmente, ou então por duas testemunhas portadoras

de carteira de trabalho. Se homem, o candidato precisava provar que estava em dia com o serviço militar. Candidatos analfabetos precisavam de três testemunhas, uma das quais dispostas a assinar a papelada que compunha o prontuário do pedido do documento. De todos os candidatos exigiam-se diplomas ou cartas de empregadores provando suas habilidades profissionais, ou então, de novo, a testemunha de dois portadores de carteira de trabalho. Além disso, a carteira custava Cr\$ 5,00, um valor excessivo à época para desempregados e trabalhadores que recebiam um salário mínimo ou menos. Como consequência, para muitos trabalhadores essas exigências eram verdadeiras barreiras à entrada no mundo dos direitos sociais.

Pelas exigências descritas acima, pode-se perceber que havia uma idealização do trabalhador, como um homem, chefe de família, alfabetizado, senhor de uma profissão e conseqüentemente detentor de direitos sociais, em decorrência de sua vinculação a uma profissão regularizada. Mas como a princípio todos teriam acesso a essa possibilidade, o Estado não estaria formando privilegiados, já que todos teriam a possibilidade de proteção, desde que atendessem aos requisitos básicos, começando por fazer parte de uma classe trabalhista reconhecida por lei. A desigualdade só é reconhecida como injusta se o ordenamento social não a legitima, ou seja, a partir do momento em que o acesso à proteção social é teoricamente disponível para todas as regras deixam de serem consideradas injustas e conseqüentemente de reproduzirem desigualdades. Apenas quando as condições deixam de ser consideradas universais é que surge a idéia de injustiça social. Como no Brasil até a Constituição Federal de 1988 a proteção social ligada a “cidadania regulada” era considerada universal, já que atendia a todos que pretendiam a sua inserção no mercado de trabalho formal, o sistema de proteção descrito acima era considerado justo e suficiente. Tanto que Santos (1979) lembra que a elite acreditava que o mercado oferecia igualdade de oportunidades, se existia desigualdade era em decorrência do diferencial de habilidade entre as pessoas, e nesse problema não cabia a interferência do Estado.

Apesar da tentativa de encarar a proteção social dos anos 30 como universal, ela era discriminatória. Cardoso (2010) divide os cidadãos em quatro grupos: 1) os muito pobres; 2) aquelas pessoas teoricamente elegíveis, mas incapazes de conseguir carteira de trabalho ou tê-la assinada; 3) aqueles legalmente empregados, mas que não conseguem se sindicalizar nem se associar a previdência social; 4) e finalmente aqueles legalmente empregados, totalmente sindicalizados e titulares de direitos, mas que ainda precisavam lutar para transformar todos os direitos que estavam no papel em realidade.

Logo, de acordo com essa perspectiva, apenas uma pequena parcela da população urbana contava com proteção social. Antevendo que tais benefícios pudessem produzir estímulos migratórios no imaginário coletivo, principalmente na cabeça do homem do campo, fazendo com que ocorresse uma invasão maciça nas cidades, Vargas já discursava sobre a importância de existirem políticas de fixação do homem no campo, onde 70% dos brasileiros residiam, um terço assalariado e dois terços dentro de outros regimes, sendo pouco menos de 3% proprietários das terras (CARDOSO, 2010). O temor acabou por se mostrar realidade. De acordo com Cardoso (2010) a extrema vulnerabilidade das condições de vida da grande maioria da população fosse ela agrária (nos bairros rurais ou nas pequenas cidades) residente das periferias tanto das médias quanto das grandes cidades, ou em seu centro, fazia com que as pessoas tornassem-se predisposta a busca de condições mínimas de sobrevivência em outros locais. A mobilidade geográfica sempre foi uma característica importante da população vulnerável, que tentava extrair o seu sustento de locais que apresentavam grandes diferenciais regionais. Ao longo da década de 1950 deixaram o campo o equivalente a 24% da população rural, porcentagem que passou para 36% em 1960 e 42% na década seguinte. A promessa de direitos sociais, além, é claro, de acesso a serviços públicos de educação e saúde, parece ter estimulado a população do campo a migrar para as áreas urbanas. Não obstante, os direitos dos trabalhadores urbanos passaram a servir de parâmetro para as reivindicações dos trabalhadores rurais. Reivindicações que no futuro podem fazer com que a situação se inverta, com a proteção dos trabalhadores no campo, e a falta de proteção para os desempregados nas cidades.

De acordo com Souza (1980) após os anos 1940, a migração aumentou enquanto a quantidade de empregos não, o que gerou um excedente de mão de obra urbana, crescimento de atividades informais, caracterizando o subemprego urbano e acelerando o processo de favelização nas grandes cidades. Para Brito e Marques (2005) a migração tem significado especial por envolver numerosos contingentes que realizam movimentos por razões de sobrevivência, constituindo-se na verdade em um deslocamento da pobreza e em um processo de aglutinação e concentração populacional, apesar das pessoas realizarem esses movimentos em busca de melhoria da renda. Parte significativa das pessoas que se dirigem às cidades e regiões metropolitanas freqüentemente tem algum tipo de ascensão social e econômica em relação àquela do lugar de origem. No entanto, há evidências de que a maior parte fixa residência em áreas periféricas, passando a viver em piores condições habitacionais, de infra estrutura urbana e de

acesso a serviços que a população natural, reforçando os diferenciais intra-urbanos e metropolitanos quanto à escolaridade, morbidade, mortalidade geral e infantil.

A era Vargas inicia no Brasil um processo chamado de desenvolvimentismo, que perdurou até o início da década de 80, quando tem início uma das maiores recessões que o Brasil já enfrentou. Pode-se dizer que esse desenvolvimentismo teve entre outros fatores dois pilares, a migração e a urbanização. O desenvolvimentismo teve como base o fortalecimento do Estado nacional (principalmente pelo fato de ter passado por dois períodos de autoritarismo) com a associação de capitais nacionais e estrangeiros em conjunto com o fechamento do mercado interno, associado a um Plano de Substituição das Importações (PSI). De acordo com Cardoso (2010) esse padrão transformou um país eminentemente agrário, na oitava economia no mundo, com um PIB de R\$ 1,3 trilhão em 1980, sendo a evolução significativa ao se tomar o PIB de 1940 (R\$ 89.963.600.000) como base. O salto de 1940 a 1950 foi de 77%, de 104% entre 1950 a 1960, de 82% na década seguinte e, por fim, de 129% entre 1970 e 1980. Porém, o crescimento do PIB real foi muito superior ao PIB *per capita*, enquanto o primeiro cresceu 15 vezes entre 1940 e 1980 o segundo cresceu apenas 5 vezes. De acordo com Cardoso (2010) esse aumento da riqueza foi fruto de mudanças sem precedentes na estrutura produtiva do país. Em 1950, ainda que o comércio e os serviços, atividades urbanas por excelência, já respondessem por 50% do PIB, a agropecuária era a segunda maior responsável pela renda total, um pouco a frente da indústria. Em 1980, a indústria chegou a produzir 44% da riqueza total (maior percentual que já foi atingido pela indústria na formação do PIB) contra 11% da agricultura e 44,5% dos serviços. Durante os quarenta anos acima mencionados ocorreu a perda da centralidade da agricultura como carro-chefe da economia e a sua substituição pelas atividades tipicamente urbanas, em especial a indústria. Lembrando que até o início desse período dois terços da população viviam na zona rural, quarenta anos depois a equação se inverte, com dois terços vivendo na zona urbana.

Mas o que leva a transferência maciça da população do campo para a cidade. Dentro da perspectiva de Paul Singer (1980) de que as configurações históricas específicas são importantes para a determinação dos fluxos migratórios, a desigualdade regional no Brasil pode ser encarada como o motivo principal das migrações internas. Assim, diferentemente do que acredita Ravenstein (1980) a migração não acontece por uma escolha racional dos indivíduos que estão em busca de uma melhora na situação sócio-econômica, e sim porque a população das áreas desfavorecidas sofre um empobrecimento relativo; o arranjo institucional faz com que a

população rural participe do processo de acumulação sem que possa beneficiar-se dos seus frutos, principalmente na primeira metade do século XX no Brasil. Os fatores de expulsão que podem levar às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relação de produção capitalista, a qual acarreta a expropriação de camponeses, e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. Os fatores de estagnação levam a emigração de parte ou da totalidade do acréscimo populacional devido ao crescimento vegetativo da população rural, cujo tamanho absoluto se mantém estagnado ou cresce apenas vagarosamente. Os fatores de mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência causar a redução do tamanho absoluto da população rural, apesar de haver um aumento de produtividade no local de origem. Já os fatores de estagnação, geram excedentes de mão de obra que normalmente compõem os fluxos migratórios sazonais.

As políticas de desenvolvimento regional têm o objetivo de desenvolver a infra-estrutura de serviços nas áreas estagnadas. No entanto, durante o período desenvolvimentista, o processo de desenvolvimento concentrou-se apenas no sul e no sudeste, fazendo com que houvesse um grande fluxo das áreas estagnadas das outras regiões, principalmente do Nordeste.

Lopes (1973) alerta para o fato de que grande parte dos fluxos migratórios nos anos 40 e 50 está relacionada à maior integração do mercado, que antes haviam se desenvolvido separadamente. No entanto, quando o mercado é integrado, as regiões com baixo nível tecnológico acabam saindo desfavorecidas nessa competição e perdendo população. Da mesma forma, conforme Campos; Barbieri e Carvalho:

A segunda metade do século XX foi marcada por intensos movimentos migratórios entre as Unidades da Federação brasileiras. Dentro do processo de industrialização e modernização da sociedade, um grande contingente populacional partiu das áreas economicamente mais estagnadas do país para regiões que apresentavam crescente dinamismo econômico e oportunidades de emprego (CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2007, p.2).

As áreas rurais ficaram à margem do processo de desenvolvimento e aturam como expuloras da população. Fato em grande parte decorrente da modernização agrícola. Ribeiro (1997 *apud* CAMPOS; BARBIERI; CARVALHO, 2007) escreve que durante os anos 60, saíram do

Nordeste em torno de 2,2 milhões de indivíduos e no decorrer dos anos 70 mais de 3 milhões. A Região Sudeste apresentou um ganho líquido de 816 mil na década de 1960, e de 2,2 milhões na década de 1970.

Para Brito e Marques (2005) a novidade no desenvolvimento brasileiro está relacionada à velocidade no processo de urbanização. Apenas na segunda metade do século XX a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa de crescimento anual de 4,1%. Os autores afirmam que na primeira fase de expansão entre os anos 40 e 60 as altas taxas de fecundidade ainda tiveram um papel importante, já que elas reduziram de forma mais significativa apenas a partir dos anos 70. Contudo, a migração rural-urbana é o grande responsável pelo crescimento das áreas urbanas. Entre 1960 e 1990 teriam saído do campo em direção as cidades quase 43 milhões de pessoas. Sendo que conforme Graham e Hollanda Filho (1980) na primeira década desse período o crescimento urbano foi notado de forma mais intensa no Sul e Sudeste, chegando a outras regiões na década seguinte. O principal destaque foi o crescimento das cidades pequenas (entre 2.000 e 20.000 habitantes) principalmente no Nordeste. A partir dos anos 60, o crescimento urbano continua, porém em ritmo desacelerado, a grande diferença está relacionada com o porte das cidades que apresentam crescimento. A partir dessa década são as cidades grandes, que apresentaram um ritmo de crescimento mais acelerado. De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2007) a partir da década de 30 houve uma intensificação dos fluxos migratórios no país. Esse movimento que se manteve nos anos seguintes teve dois direcionamentos básicos, a expansão das fronteiras e o adensamento das maiores cidades. A partir de um processo que intensificou-se nos anos 70 em que se juntou a desconcentração industrial, com as grandes concentrações demográficas nas metrópoles.

A grande transferência da população do campo para a cidade foi o motor do desenvolvimento, que precisava de muitos braços, para manter a economia aquecida e os salários reduzidos. Rocha (2004) demonstra que houve um excepcional crescimento econômico principalmente durante a década de 70, quando o PIB cresceu a taxa média anual de 8,6% ao ano, permitindo aumentos generalizados de rendimentos. Logo, acabou por ocorrer uma surpreendente redução da pobreza absoluta ao longo da década que não caiu apenas de 68% em 1970 para 35% em 1980, mas também houve uma redução no número absoluto de pobres de 61,1 milhões para 41,3 milhões, apesar do crescimento demográfico ter sido de 2,5% ao ano. No entanto, essa

redução da pobreza no período está relacionada com a melhora econômica do país que atingiu a todos, mas não reduziu as desigualdades regionais.

Antes de prosseguir discorrendo sobre a história da pobreza e desigualdades intra e interregionais e conexões com os processos migratórios no Brasil, é necessário um parêntese para uma rápida discussão sobre os diferentes conceitos utilizados.

A discussão a respeito do tema pobreza e a forma mais adequada de se realizar as medições é um tema que dá origem a diversas pesquisas e debates. Essa discussão se concentra em dois modelos diferentes, o primeiro pensa a pobreza em termos absolutos e o outro em termos relativos sem, no entanto, haver definição clara do conceito. De acordo com Codes (2008) os conceitos de pobreza podem ser analisados por distintas óticas: 1) A pobreza como a impossibilidade de obter o mínimo necessário para a manutenção física, que é a idéia de subsistência; 2) A pobreza como a incapacidade de atender às necessidades básicas, que nesse caso não estão ligadas apenas à manutenção das necessidades físicas, mas ter acesso a bens como saúde, bem-estar, cidadania, participação comunitária entre outras; 3) A pobreza definida em função do contexto social em que se vive, a partir da consideração da maneira como as diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica, ou seja, o conceito de pobreza pode mudar de acordo com realidades diferentes; 4) A pobreza não como a escassez de renda, mas como a privação das capacidades básicas, para que se inverta uma situação desfavorável; 5) A pobreza como um problema multidimensional que para ser resolvido é preciso ser atacado em todas as suas dimensões.

O terceiro, quarto e quinto conceitos descritos acima, estão associados ao conceito de pobreza relativa em que as desigualdades na distribuição de renda são medidas pelas diferenças entre as participações relativas dos diversos grupos na população total e na renda agregada. Nesse conceito considera-se necessário que o indivíduo alcance o padrão de vida considerado adequado em sua sociedade. Para Rocha (2003) a pobreza absoluta está vinculada ao não atendimento do mínimo vital, enquanto o conceito de pobreza relativa define as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em cada sociedade.

De acordo com Queiroz; Remy e Pereira (2010) na Declaração das Nações Unidas a pobreza absoluta é a condição caracterizada por privação severa das necessidades humanas básicas como alimentação, qualidade da água, rede sanitária, saúde, habitação, educação e informação. Ou seja, não depende apenas da renda, mas também do acesso a serviços. Porém

para alguns autores a própria determinação das necessidades básicas pode se tratar de um conceito relativo. Wolff (2009 *apud* QUEIROZ; REMY; PEREIRA, 2010) chama a atenção para um estudo de Rowntree (1901) usado para determinar uma linha de pobreza em York, Inglaterra, onde o chá era incluído como item essencial na composição da cesta básica, apesar do ter um valor nutricional praticamente nulo. Logo, “para se mensurar a pobreza de uma sociedade é preciso a priori estabelecer-se um conceito, afinal pobres serão aqueles que perante a definição escolhida, serão considerados como tal” (QUEIROZ; REMY; PEREIRA, 2010, p.5).

No Brasil inexistia uma definição de pobreza, este conceito é adotado conforme a necessidade de cada estudo. Segundo Almeida; Paula e Silveira (2010, p.946) em 2003 foi instituído um grupo técnico, composto por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por técnicos e gestores do governo federal, com o objetivo de definir os critérios a serem adotados para a estimação das populações pobres, público do Programa Fome Zero (colocar nota de rodapé rápida sobre o Programa). Adotou-se o critério de renda como determinante da situação socioeconômica das famílias brasileiras, definindo-se que a melhor abordagem seria estabelecer linhas de corte de renda para a definição das populações em situação de extrema pobreza (indigência) ou seja, famílias cuja renda é insuficiente para a alimentação dos seus membros. Os pobres foram definidos como aqueles cuja renda fosse insuficiente para os gastos alimentares e outras despesas básicas, tais como habitação, transporte e vestuário. Conforme essa definição, esses dois institutos de pesquisa optaram por adotar o conceito de pobreza absoluta³. A melhor forma de se analisar a pobreza seria incorporando todas as suas dimensões (a renda, o acesso a serviços, a capacidade que cada um tem para reagir perante situações adversas). No entanto ainda persiste a dificuldade de obter informação adequada para podermos utilizar o conceito de pobreza relativa. Sendo assim, deste ponto em diante toda vez que o termo pobreza for utilizado, estar-se-á diante da perspectiva do conceito de pobreza absoluta.

Fechando o parêntese, retorna-se à questão sobre quais seriam as causas para a persistência da pobreza e desigualdades após o período desenvolvimentista, que fez com que o Brasil crescesse a taxas monumentais? De acordo com Pochman e Amorim (2009) o Brasil, como outros países da América Latina, viveu durante décadas um forte crescimento econômico,

³ Outra prática no Brasil é definir a linha de pobreza em unidade de salários mínimos como forma de evitar os difíceis problemas de deflacionamento e de preços relativos envolvidos nas comparações intertemporais.

impulsionado pelo grande desenvolvimento industrial. A industrialização teve como base a forte urbanização associada a três aspectos fundamentais: a) a manutenção de uma estrutura agrária dominada pela grande propriedade; b) a fraqueza dos trabalhadores e de suas organizações no interior do mercado de trabalho; c) a natureza clientelista e não compensatória das políticas sociais implementadas no país. Esses fatores associados aos grandes fluxos migratórios que saíram do rural para o urbano (principalmente no caso das pessoas que saíram de economias estagnadas) contribuíram para que apesar da forte expansão industrial, as cidades nunca possuísem condições de absorver a população por intermédio do mercado formal, ao mesmo tempo em que a incorporação de novas tecnologias e a carência de mão de obra qualificada, gerou concentração dos ganhos em uma nova, mas pequena classe média, levando a desigualdade entre os trabalhadores qualificados e os demais trabalhadores. Quanto às políticas sociais, elas eram precárias.

Antes de 1964 o Estado estava voltado para a obtenção de recursos para promover a expansão industrial. O crescimento gerava ganhos que se concentravam na parte superior da pirâmide social, e quando parte dessa renda era distribuída ela voltava para financiar mais crescimento através das tributações excessivas. Após essa data houve a implantação do Regime Geral da Previdência Social, que unificou as aposentadorias sob a responsabilidade do Estado. Mas perante a política de previdência, mantém-se a idéia de políticas contributivas assentadas na concepção da cidadania regulada. Nesse sentido, a permanência da pobreza não tem haver apenas com os motivos clássicos, mas sim com uma opção pela falta de reformas:

Em resumo, o Brasil carregou, durante o ciclo de expansão econômica de 1930-1980, uma situação social escandalosa, e isso pouco teve a ver com os culpados de sempre: baixo nível de escolaridade, analfabetismo, famílias numerosas, migração, entre outras razões. Estas características clássicas da pobreza brasileira são, na verdade, sintomas, conseqüências da ausência de reformas no campo, na ação do Estado e da fraqueza dos movimentos trabalhistas. Em verdade, o país simplesmente – e não por coincidência – evitou fazer as necessárias reformas do capitalismo contemporâneo (agrária, social e tributária) (POCHMAN; AMORIM, 2009, p.132).

Porém apesar do sistema de proteção social até esse momento ser discricionário, ele conseguiu incluir muita gente com o grande desenvolvimento econômico, principalmente dos anos 70. Com o acelerado milagre econômico a massa salarial aumentou e foi possível elevar o número de contribuintes. Segundo Ribeiro e Castro (2009) esse aumento das contribuições foi essencial para a expansão da assistência médica previdenciária e mais tarde para a ampliação do

sistema de saúde não contributivo. Também permitiu a criação de benefícios para idosos e inválidos que possuíam ao menos um ano de contribuição chamada de Renda Mensal Vitalícia (RMV) - 1974, assim como a criação de benefícios para o trabalhador rural, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (ProRural) em 1971.

Draibe (1998) escreve sobre a tentativa de se construir um estado de bem-estar durante o período desenvolvimentista. No entanto essa tentativa não é muito bem sucedida. A autora aponta como problemas no sistema: a) A fraca capacidade de incorporação social, deixando à margem do progresso social um vasto contingente de excluídos de todo o tipo, em especial os trabalhadores rurais e os pobres trabalhadores urbanos; b) Seus programas, mesmo os mais universais, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades sociais, do mesmo modo que foram praticamente nulos os seus efeitos sobre os resistentes bolsões de pobreza. c) No plano dos benefícios dispensados, os programas e as políticas abrigaram e reforçaram privilégios, mesmo quando presididos por concepções e definições universalistas; d) A sua dinâmica de crescimento tendeu a pautar-se por forte dissociação a expansão e a melhoria da qualidade dos bens e serviços prestados.

Assim, a política social apoiada no desenvolvimentismo combina rápida extensão do assalariamento com altos graus de concentração de renda. No entanto os salários são baixos e muitos não foram incluídos na formalização, formando um grande contingente de pobres. Draibe (1998, p.9) afirma que “Havia uma mobilidade com desigualdade extrema.” Assim, mesmo quem tinha emprego acabava dependendo a assistência social.

Ribeiro e Castro (2009) alertam para o fato de que durante o período militar os mecanismos corretores das desigualdades e da pobreza, por meio de políticas assistenciais e não contributivas eram frágeis, já que não era responsabilidade do Estado garantir os direitos sociais básicos a todos os cidadãos. A exclusão da representação social – especialmente de trabalhadores – nas instâncias gestoras do sistema, também era um grande problema.

Na transição para o regime democrático a questão social passou a surgir de forma mais enfática nas discussões, passando a entrar para a agenda das reformas necessárias. Essas discussões se originaram em um período em que o Brasil passava por sérias dificuldades, após a grande expansão dos anos 70 o país entra em um processo de recessão que vai perdurar até os primeiros anos do começo do século XXI.

É consenso de que o Brasil é um país com altos níveis de desigualdade e com regiões que concentram a pobreza. De acordo com Rocha (2004, p.3) o Censo Demográfico de 1970 traz uma proporção de pobres na população total de 68,4% ou 61,1 milhões de pessoas, sendo que 51,5% viviam em área rural⁴ e a proporção de pobres na área rural do Nordeste alcançava 90%, com a maior parte da população ativa com renda zero⁵. A autora afirma que “os pobres no Nordeste eram mais intensamente pobres”. Segundo Tolosa (1991) em 1988 a quantidade de pessoas com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza, era de 45 milhões, das quais 23,7 milhões, ou seja, mais da metade daquele total, localizavam-se no Nordeste. Levantamentos do IPEA mostram que em 1990 dos 32 milhões de brasileiros indigentes, 17,3 milhões estavam no Nordeste (55% do total nacional). Mais de 10 milhões residiam na zona rural da região. Assim, com 46% da população rural brasileira, o Nordeste detinha 63% dos indigentes brasileiros que viviam nas áreas rurais. Conforme Araujo (2000) da Região Nordeste (20% do território brasileiro) onde viviam 29% da população do País em 2000, sendo 23% urbana e 46% rural, originam-se aproximadamente 14% da produção nacional total (medida pelo PIB) 12% da produção industrial e quase 21% da produção agrícola. Enquanto o Sudeste é responsável por mais de 38% da produção agrícola, com apenas 21% da população rural. Dos indigentes urbanos do País, quase 46% estão no Nordeste (IPEA, 1993). Conforme Rocha (2004, p.8) depois de mais de trinta anos (1970-2004) o Nordeste manteve a mesma participação no número de pobres no Brasil - 38,5% em 1970 e 39% em 2002. Sendo que no contexto brasileiro, o Nordeste teria empobrecido já que o desvio entre a sua participação na pobreza e na população total brasileira aumentou no período, embora tenha havido uma melhoria na área rural. A partir desses autores percebe-se que apesar da pobreza no Brasil ter diminuído ao longo desses anos ela continua intensa, principalmente no Nordeste. Ainda segundo Rocha: “quando se utiliza o crivo pobre *versus* não pobres, o aumento da desigualdade entre os dois grupos fica evidente pela evolução das respectivas rendas médias: a dos não-pobres, que em 1970 equivalia a 2,83 a dos pobres, passa a 5,20, em 1980. Assim, enquanto aumentou a renda de forma generalizada, o que diminuiu drasticamente a incidência de pobreza, agravou-se a já elevada desigualdade de renda entre pessoas pelo fato de os maiores ganhos ocorrerem dentre aqueles que detinham as rendas relativamente mais altas” (ROCHA, 2004, p.4).

⁴ Em 1970 45% da população brasileira eram residentes rurais.

⁵ Ou seja, vivia em condições de subsistência fora do circuito monetário.

Os novos fatores explicativos da pobreza que passaram a existir depois dos anos 1980 foram: mudanças recentes na estrutura produtiva, diferenças no comportamento dos agentes econômicos, e alterações na composição e qualificação da força de trabalho, incluindo o crescimento da participação feminina.

Rocha (2004) alerta para as mudanças estruturais no mercado de trabalho. a) Aumento da taxa de atividade, impulsionada pela forte entrada das mulheres no mercado de trabalho, que está relacionada à redução da taxa de fecundidade e às oscilações conjecturais que forçam a entrada de outros membros da família, na tentativa de complementar a renda da família. Ao mesmo tempo em que ocorre uma redução do trabalho infantil e uma ampliação do ensino de base; b) Aumento da informalização das relações de trabalho, que traz junto dois fenômenos distintos: o aumento da formalização no campo e um aumento da informalidade nas cidades. Entre 1981 e 2001 a taxa de informalidade passa de 33,1% para 52%. No entanto a formalização na agricultura deu-se apenas nas áreas de modernização agrícola, em locais como Nordeste onde há uma grande predominância de agricultura familiar, a informalidade permanece grande. c) Aumento das ocupações terceirizadas, o setor terciário atualmente abriga não só os trabalhadores mais qualificados, como um amplo contingente de trabalhadores pobres urbanos, com baixa qualificação. d) Redução da contribuição previdenciária, principalmente na camada mais pobre da população que vive sobre um constante regime de empregos precários.

Essas transformações estruturais ocorreram em um momento em que a economia brasileira estava sendo aberta para o mercado estrangeiro, diminuindo o controle sobre as relações formais de trabalho. Conforme Castro e Ribeiro (2009) também ocorreram transformações no cotidiano das relações de trabalho, enquanto as empresas expostas a concorrência externa foram obrigadas a se reestruturar buscando um novo sistema de produção que envolvesse mais produtividade, com menos gastos, entende-se menos pessoal. Uma forma encontrada, para isso foi a contínua terceirização dos processos de produção. Logo as demissões ocorreram em cima das categorias de trabalhadores mais organizadas, já que eram essas que forçavam os maiores salários. Além do fato de que grande parte dos empregos criados em 1990 concentraram-se áreas não financeiras como o interior, onde havia pouca tradição sindical. Esses processos contribuíram para a redução da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional, de 52% em 1990 para 40% em 2003, além da vertiginosa queda em relação aos valores

do salário mínimo, que após se manter entre o equivalente a R\$ 350,00 e R\$ 400,00 nos anos 70, chegou em 1988 a R\$ 259,00 e em 1991 a R\$ 130,00.

Com a implantação dessa política neoliberal de abertura econômica e baixo investimento social, agregou-se no final dos anos 80 um novo contingente demográfico aos antigos pobres do país. De acordo com Castro e Ribeiro (2009) se antes a população pobre era geralmente semi-analfabeta, com famílias numerosas, migrantes e com ocupação mal remunerada, a partir dos anos 80, incorporam-se a essas contingentes pessoas com alguma escolaridade, pertencentes a famílias pequenas e urbanas e geralmente desempregadas. Os mesmos autores ressaltam que durante os anos 80 os indicadores sociais permaneceram em níveis extremamente baixos: a esperança de vida ao nascer era de apenas 60 anos; a taxa de mortalidade infantil era de 88 por mil nascidos vivos; o analfabetismo na população de 15 anos ou mais era de 25%; apenas 80,4% da população de 7 a 14 anos freqüentavam escola, e 14,5% da população de 15 a 19 anos estavam no ensino médio; a cobertura vacinal de menores de 1 ano era de 56% para a vacina Sabin, 37,4% para difteria, coqueluche e tétano e 69% para a anti-sarampo; e 42,6% dos domicílios urbanos não tinham acesso a esgoto. Medido em valores atuais, o valor do salário mínimo caiu aproximadamente de R\$ 350,00 para R\$ 250,00 ao longo dos anos 1980 – além de oscilar muito devido ao processo inflacionário. A desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini era de 0,592. Em meio a essa situação social a Constituição Federal foi elaborada, contrapondo os desejos de reformas sociais, com uma agenda de política liberal, que incluía a abertura dos mercados e a maior exposição dos trabalhadores não qualificados. Juntamente com crise econômica, dificuldade de estabilização da inflação. Perante esse quadro o então Presidente Fernando Collor de Melo optou por elaborar um plano com base em severa restrição da liquidez, através do bloqueio dos ativos bancários e apostar em um programa de abertura econômica que foi ampliado com as privatizações nos governos seguintes.

A situação econômica começa a melhorar somente com a implantação do plano real em 1994, que trouxe estabilização econômica e aumento real nos rendimentos, principalmente na base da distribuição. A proporção de pobres passou de 30,4% (43,2 milhões de pessoas) em 1993, para 20,6% (30,4 milhões de pessoas) em 1995 (ROCHA, 2004).

No entanto para compreender de fato as melhoras que ocorreram na situação social nas últimas duas décadas e discutir sobre as respectivas repercussões nas dinâmicas migratórias, é preciso primeiro entender a importância que teve as mudanças ocorridas na Constituição Federal

de 1988. Já que se considera que grande parte dessas mudanças esteja associada às mudanças nas políticas sociais, não apenas na forma como elas foram redigidas, mas pela forma como elas passaram a fazer parte permanente da agenda política.

1.1. Política social a partir dos anos 80

Conforme Draibe (1998) a crise econômica dos anos 80 acompanhada da redemocratização fez surgir novas bases para a política social que assentou-se em dois movimentos: 1) abertura do sistema político, com a reafirmação da idéia de descentralização das políticas para os estados e municípios; 2) ajustamento econômico, tendo em vista os custos sociais da recessão e dos programas sociais, já que a abertura econômica que ocorreu a partir dos anos 80, fez com que o processo de pobreza fosse acentuado, e a instabilidade econômica reduzisse a receita para investimento em políticas sociais. Porém, apesar da falta de recursos e do conseqüente crescimento da pobreza, pode-se afirmar que a Constituição Federal (CF) de 1988, foi uma revolução dentro da área das políticas sociais. Draibe (1998, p.16) destaca como inovações da atual CF: 1) A ampliação e extensão dos direitos sociais; 2) A concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; 3) Certo afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; 4) A universalização do acesso e a expansão da cobertura; 5) A recuperação e redefinição de patamares mínimos dos valores dos benefício sociais; 6) Um maior comprometimento do Estado. No entanto, a mesma autora também destaca como limites da CF a permanência da dependência das contribuições sociais, apesar da diversificação do financiamento; o continua centralização dos recursos no Executivo Federal, o que dificulta outras iniciativas de políticas; a permanência de fortes privilégios corporativos, sendo a previdência social a parcela da política social que mais demanda recurso (DRAIBE, 1998, p.17). Mesmo assim, é preciso destacar que se não fosse a CF de 1988 a recessão que se seguiu nos anos 90, poderia ter tido mais impacto na política social então existente, como destacam Pochman e Amorim (2009, p.133):

A Constituição Federal de 1988 permitiu a construção de um conjunto abrangente e sofisticado de políticas sociais que definiram ações positivas sobre o conjunto mais pobre dos brasileiros. Por exemplo, a descentralização dos gastos com saúde, educação, previdência e assistência social, cada uma à seu tempo, permitiu a chegada mais efetiva de recursos à população. Além disso, foi fundamental o avanço da política previdenciária, que contribuiu enormemente para a redução da pobreza, sobretudo a rural. Adiciona-se a isso a estruturação da Lei Orgânica da Assistência Social e do

seguro-desemprego, para citar algumas inovações constitucionais, com importante repercussão afirmativa sobre a base da pirâmide social. Noutras palavras, o ambiente de baixo dinamismo econômico do período de predomínio neoliberal dos anos 1990 foi contraposto pelas políticas sociais que tiveram por base a Constituição Federal de 1988. Os pequenos avanços foram respostas coletivas e não individuais, que permitiram, em cenário adverso, lograr alguns avanços sobre o que pode ser considerada a maior chaga da sociedade brasileira (POCHMAN; AMORIM, 2009, p.133).

Apesar dos avanços da CF de 1988, a sua implementação foi interrompida durante o governo Collor, de 1990 a 1992. A partir de 1993 a sociedade consegue retomar os processos até então interrompidos. Para Castro e Ribeiro (2009) um dos maiores impactos sociais que se seguiu após o governo Collor foi a implantação da nova legislação referente à previdência rural, com a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que fez com que o número de benefícios aumentasse significativamente, além da implementação do Benefício de Prestação Continuada.

Embora se reconheça ser preciso maior profundidade para discutir a importância da reformulação das políticas sociais que também englobarem a justiça, direitos humanos e cidadania, segurança pública, igualdade de gênero e raça, educação, trabalho e renda, desenvolvimento agrário, cultura, entre outros, para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por decompor melhor a seguridade social, principalmente a assistência social, com certo destaque também para a previdência social, consideradas aqui essenciais para investigar as prováveis conexões entre desigualdades intra e inter-regional, políticas sociais e dinâmica migratória.

Seguridade Social⁶

A definição da seguridade social é o conceito organizador da proteção social brasileira. A CF de 1988 ampliou a cobertura do sistema previdenciário e flexibilizou o acesso aos benefícios deste sistema para os trabalhadores rurais, consolidou a universalização do atendimento a saúde por intermédio do SUS, além de ter reconhecido a assistência social como política pública não contributiva. Uma das principais mudanças com a Constituição Federal reside no fato de as pessoas agora não dependerem mais de caridade. Antes os atendimentos que estavam restritos ao campo privado, agora são frutos de intervenção estatal. Assim a proteção aos idosos, às pessoas

⁶ A descrição e os dados sobre a seguridade social que se segue está baseada em Delgado; Jaccoud e Nogueira (2009).

com deficiência, aos trabalhadores da agricultura familiar e aos doentes sem acesso à assistência médica passam ser entendidas como direito social, universalizando-se a proteção social.

A Seguridade Social é essencialmente inclusiva, quando reconhece o direito dos cidadãos à proteção social com base em critérios universalizantes que não o da contribuição individual dos que estão vinculados ao mercado de trabalho. No Brasil a Constituição Federal de 1988 adotou definições fundamentadas na idéia de que a sociedade brasileira mantinha uma dívida social. Com a ilusão desfeita de que o crescimento econômico seria instrumento de incorporação das camadas mais pobres, a proteção social não mais se conciliava com o princípio de crescimento sem intervenção do Estado.

Nesse contexto, as demandas apresentadas ao Congresso Nacional fizeram com que a Seguridade Social passasse a ter como princípios-chaves de orientação: a) universalidade da cobertura e atendimento; b) uniformidade e equivalência dos benefícios rurais e urbanos; c) seletividade e distributividade na prestação de serviços; d) irredutibilidade no valor dos benefícios; e) diversidade da base de financiamento estruturada em orçamento da Seguridade Social (autônomo); f) equidade na forma de participação no custeio; e g) caráter democrático dos seus subsistemas, a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social.

Considerando os objetivos desse trabalho, a seguir é apresentada a descrição de dois dos seus subsistemas, quais sejam: a Previdência Social e a Assistência Social; que serão considerados ao longo da pesquisa como dimensões importantes para o entendimento dos processos migratórios mais recentes no Brasil.

Previdência Social⁷

De acordo com Rangel et al. (2009) a previdência social atende aproximadamente 58% da População Economicamente Ativa (PEA) e é responsável pelo pagamento de aproximadamente 22 milhões de benefícios, entre aposentadorias e pensões.

As primeiras leis de cunho previdenciário foram a Lei dos Acidentes de Trabalho (Lei nº 3.274/1919) e a lei Eloy Chaves (Decreto-Lei nº 4.682/1923) que estabelecia a criação da primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões (conhecida como CAP, mais tarde surgiram inúmeras CAP's) para os trabalhadores das empresas ferroviárias. No entanto, apenas no governo Vargas foi instaurado um sistema previdenciário de forma mais abrangente, com a criação dos Institutos

⁷ A descrição e os dados sobre a previdência social que se segue está baseada em Rangel et al. (2009).

de Aposentadorias e Pensões (IAPs), organizados por categorias profissionais, que relacionam-se à idéia de cidadania regulada, como já discutido anteriormente. Até os anos 60 cada instituto ou caixa estabelecia as suas próprias regras de funcionamento. Com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) em 1960 inicia-se o estabelecimento de políticas que visavam diminuir as disparidades de atendimento à população conforme a sua categoria profissional. Outro fator fundamental da LOPS foi transferir para o Estado a realização do pagamento dos inativos e pensionistas e respectivos encargos da administração do Sistema Previdenciário, estando obrigado a cobrir a ocorrência de possíveis insuficiências financeiras. No entanto essa lei apenas é colocada em prática em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Com essas mudanças a Constituição Federal de 1988, estabelece como assegurados da Previdência Social:

- Empregados – entendido como aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive quando o dirigente for empregado da empresa.
- Empregado doméstico – entendido como aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
- Contribuinte individual – entendido como aquele que presta serviços de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego; ou, aquele que exerce, por conta própria, atividade econômica remunerada de natureza urbana, com fins lucrativos ou não.
- Trabalhador avulso – entendido como aquele que presta a uma ou mais empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural com intermediação de sindicatos ou de órgãos gestores de mão de obra – normalmente portuários.
- Segurado especial – o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rural, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo (RANGEL et al., 2009, p.47).

Como se observa acima, a CF de 1988 torna constitucional a cobertura previdenciária de alguns grupos como: os empregados domésticos, os trabalhadores individuais e avulsos, e principalmente as pessoas que trabalhavam em regime de agricultura familiar. Rangel et al. (2009) alertam para o aumento da cobertura que ocorreu com a inclusão de categorias profissionais marginalizadas, como a dos autônomos, domésticos e rurais, que começaram a ocorrer no final da década de 1960. A introdução dessa população é um dos primeiros sinais de rompimento de uma concepção contratual, já que essas pessoas não eram contribuintes. Tais mudanças se deram principalmente com o aumento da cobertura no meio rural. A aposentadoria rural por idade se daria nos casos comprovados de 30 anos de trabalho para os homens e 25 para as mulheres. O benefício passa de 50% para 100% do salário mínimo, acrescido de 1% para cada um ano de contribuição. Além dessas mudanças a partir da CF 1988 o benefício é ofertado individualmente e não mais por unidade familiar, permitindo assim mais de um benefício por família. Verifica-se na Tabela 1 que entre 1988 e 2007 a parcela da população economicamente ativa (PEA) cresceu 67%, enquanto que a cobertura manteve-se a mesma (59% em 1988 e 58% em 2007). Porém, apesar do percentual ter se mantido o mesmo, em termos absolutos a cobertura passou de pouco mais de 32 milhões para 54 milhões, sendo que quase todas as categorias mantiveram a sua participação, percebendo-se uma maior diferença de cobertura para os segurados especiais, que entre 1988 e 1993 cresceram quase 10%. Esse percentual voltou a reduzir ao longo dos anos, pois a cobertura dessa população praticamente estacionou, enquanto a PEA aumentou.

O grande aumento da previdência rural apresenta algumas questões interessantes. De um lado, a cobertura do sistema de proteção social aumentou significativamente chegando agora a pessoas que nunca tinham tido atenção do Estado. Por outro lado, há uma expansão do sistema de proteção rural, já que a partir da CF 1988 as pessoas no campo, só precisam comprovar tempo de serviço e não mais contribuição, mas ainda há todo um grupo da população brasileira que continua sem proteção social. Ou seja, aquelas pessoas que vivem no ambiente urbano e que não tem como comprovar contribuição. A única opção que elas têm durante os anos 90 é o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que atende apenas aos idosos e deficientes que pertencem a famílias com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Somente em 2004 surge uma alternativa para a população carente que não encontrava proteção no sistema, o programa Bolsa

Família (PBF) que como o BPC se insere no subsistema de Assistência Social, como descrito a seguir:

TABELA 1 - Contribuição e cobertura previdenciária por posição na ocupação - Brasil

Posição	PEA									
	1988		1993		1998		2003		2007	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Empregado com Carteira	19.471.059	35	19.698.052	31	20.842.202	30	25.465.725	31	31.853.132	34
Funcionário Público-Inclusive militar	5.363.982	10	4.060.531	6	4.514.456	6	5.231.892	6	6.108.850	7
Contribuinte Individual	5.433.291	10	5.223.399	8	5.470.021	8	6.296.197	8	7.827.500	8
Total Contribuintes	30.268.332	55	28.981.982	46	30.826.679	44	36.993.814	45	45.789.482	49
Segurado Especial	2.564.745	5	9.141.094	14	8.538.803	12	8.720.110	10	8.316.998	9
Total Cobertos	32.833.077	59	38.123.076	60	39.365.482	56	54.713.924	55	54.106.480	58
Desempregados	2.097.199	4	3.795.692	6	6.264.488	9	8.184.653	10	7.619.917	8
Informais	20.450.917	37	21.293.484	34	24.754.867	35	29.175.224	35	31.230.442	34
Total Descobertos	22.548.116	41	25.089.176	40	31.019.355	44	37.759.877	45	38.850.359	42
Total (PEA)	55.381.193		63.212.252		70.384.837		83.073.801		92.956.839	

Fonte: Rangel et al. (2009, p.67).

Assistência Social⁸

A assistência social sofre uma modificação fundamental a partir de 1988, pois ela passa a ser entendida como um serviço ao qual todos os cidadãos tem direito, constituindo-se em uma obrigação do Estado e não mais em um conjunto de serviços filantrópicos. A CF de 1988 institui a assistência social como um dos componentes da seguridade social, ao lado da previdência social e da saúde. A partir de 1988 passa a ser constitucional que todo cidadão que necessitasse de auxílio dos Estados fosse atendido, assim como se estabelece uma renda mínima para os idosos e pessoas com deficiência em casos de extrema pobreza, que mais tarde tornou-se o BPC.

Dentre os antecedentes históricos da assistência social, podem-se citar algumas ações públicas como: a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (1938) – que definia o serviço social como um conjunto de obras públicas ou privadas, visando atenuar os problemas da

⁸ A descrição e os dados sobre a assistência social que se segue está baseada em Jacoud; Hadjab e Chaidub (2009).

pobreza; o Decreto-Lei nº 527, que regulava os recursos públicos ofertados às entidades, institucionalizando o papel do Estado de dar suporte financeiro às entidades privadas:

Respondendo à organização institucional montada naquele período, a Assistência Social esteve, nas décadas seguintes, fundamentalmente sob a responsabilidade da iniciativa privada, em que predominavam as obras católicas. Inspirada no conceito de caridade cristã e voltada aos desvalidos e aos miseráveis, muito lentamente, a Assistência Social realiza sua aproximação com o Estado no que diz respeito à responsabilidade deste no atendimento à população. O predomínio do setor privado na oferta de serviços marcou esta trajetória que contou subsidiariamente com a participação do setor público, principalmente no financiamento, seja via subsídios ou isenções, seja via transferências. Dessa forma, pode-se dizer que, historicamente, a intervenção do Estado na Assistência Social desenvolveu-se, predominantemente, não por meio da prestação de serviços, mas pela via do apoio a entidades e organizações privadas (JACOUD; HADJAB; CHAIDUB, 2009, p.177).

Levando em consideração a diferença de princípios que ocorre a partir da CF de 1988, Jacoud; Hadjab e Chaidub (2009) consideram como avanços na política de assistência a integração da Assistência Social a um princípio mais amplo de proteção social, identificado como Seguridade Social, a apropriação do dever de assistir o cidadão pelo Estado, a desvinculação da contribuição - independentemente de ter contribuído ou não, todos tem direito à proteção, e a descentralização da execução das políticas com a centralização de sua coordenação na esfera Federal.

Quanto ao gasto com as políticas da assistência social, houve aumento de 1,3 milhões para 18,8 milhões entre 1995 e 2005, relacionados a pagamentos com o Benefício de Prestação Continuada, Renda Mínima Vitalícia, Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Entre 1995 e 2005 os gastos com os programas da assistência passaram de 0,08% do PIB, para 0,83%. O BPC atendia em 1996, 346.219 pessoas, passando a atender 2,9 milhões em 2008. No mesmo ano o PBF atendia 10,5 milhões de famílias. O PETI passou de 400 mil para 900 mil crianças e adolescentes entre 1995 e 2007.

Como visto, a partir da CF de 1988, ocorreram diversas mudanças na área de Assistência Social, mas pode-se dizer que as políticas implementadas que provocaram as principais mudanças foram aquelas que transferiam renda para os beneficiários, seja com condicionalidades ou não. Entre essas serão destacadas a seguir o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa Bolsa Família (PBF).

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O BPC teve origem no antigo programa de Renda Mensal Vitalícia que existia desde 1974, como parte da Previdência Social. A partir da CF de 1988 a idade mínima para o benefício foi reduzida de 70 para 65 anos, seu valor aumentou de meio para um salário mínimo, sendo a excluída a obrigatoriedade da contribuição, além de passar a incorporar os portadores de deficiência. Em suma, o BPC, garante o benefício de um Salário Mínimo, para os idosos e portadores de deficiência que pertençam a famílias com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Esse programa, embora regulamentado em 1993 pela LOAS, passou por dificuldades orçamentárias e de gestão que adiaram a sua implementação para 1996⁹. Uma importante modificação ocorrida em 2003 com o estatuto do idoso, foi a autorização para que o benefício emitido para um idoso, não conte no cálculo da renda familiar, quando for em vista de beneficiar outro idoso.

Ao lado da previdência rural, o BPC contribuiu fortemente para que a indigência entre a população idosa alcançasse índices marginais em 2007, quando apenas 1,4% dos idosos viviam com uma renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em 2005 o BPC atendia 2.277.365 pessoas, com um dispêndio total de R\$ 7.523.861.444,00, enquanto em 2010 o número de beneficiários era de 3.401.541 e o valor gasto foi de R\$ 20.104.033.027,29. Isso significa um aumento de 46% no número de beneficiários em cinco anos e de 98% do valor no mesmo período.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, instituído pela Lei nº 8.742/93 e regulamentado pela Portaria nº 2.917/00, do Ministério de Desenvolvimento Social, é um conjunto de ações visando a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos da prática do trabalho infantil, sendo que entre 14 e 16 anos a criança pode trabalhar na condição de aprendiz. Este programa tem três eixos: 1) transferência de renda para famílias com crianças ou

⁹ Previsto no Art. 203, inciso V, da CF/88, e tratado nos Arts. 2º, 20 e 21 da Loas (Lei nº 8.742/1993) o BPC foi implementado em janeiro de 1996 após publicação de norma regulamentadora (Decreto nº 1.744/1995) e criação, no mesmo ano, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Atualmente, o benefício é regido pelo Decreto nº 6.214/2007 e faz parte das ações de proteção social básica no âmbito do SUAS.

adolescentes em situação de trabalho; 2) serviços de convivência (em horário contrário ao escolar) e fortalecimento dos vínculos familiares; 3) Acompanhamento familiar.

Atualmente, o programa atende mais de 820 mil crianças afastadas do trabalho em mais de 3,5 mil municípios. O programa reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direito, protegendo-o contra a exploração do trabalho e contribuindo para o seu desenvolvimento integral. Com isso, o PETI oportuniza o acesso à escola formal, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura e profissionalização, bem como a convivência familiar e comunitária.

Como condicionalidades é necessário que os beneficiários de 6 a 15 anos de idade tenham frequência escolar mínima de 85% e aqueles entre 16 e 17 anos frequência mínima de 75%. Além disso, as gestantes e lactantes devem comparecer às consultas de pré-natal e em atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança. Para as crianças menores de 7 anos, é exigido o cumprimento do calendário de vacinação e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Também é necessário que as crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil possuam a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços de convivência.

Em 2005, por meio da Portaria do MDS nº 666/05, ocorre a integração do PETI com o PBF visando o fortalecimento da cobertura e do atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho e maior dedicação às ações do Serviço Sócio educativo. A partir desse momento as famílias com crianças no PETI, que são elegíveis para o PBF, passam a receber o benefício pela Bolsa Família.

Programa Bolsa Família (PBF)

A criação do PBF foi uma das grandes revoluções quando se trata de redução da desigualdade, já que se insere em um conjunto de programas de transferência de renda, condicionada ou não, que pela primeira vez destina-se a pessoas em idade ativa sem problemas de saúde.

Dois programas pilotos de transferência de renda familiar foram implementados em nível local: a) o Programa Bolsa Familiar para Educação – Bolsa Escola¹⁰, no DF; b) o Programa de

¹⁰ Para ter direito ao programa, a família deveria ter os filhos entre 7 e 14 anos matriculados em escolas públicas; ter renda familiar *per capita* igual ou menor a meio salário mínimo; no caso de existir algum membro adulto da família desempregado, ele deveria comprovar que estava procurando emprego; e comprovar residir no DF há, no mínimo, cinco anos consecutivos.

Garantia de Renda Mínima (PGRM)¹¹, em Campinas (SP). Mas a idéia de renda mínima é anterior a esses programas, o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) foi um Projeto de Lei elaborado pelo Senador Eduardo Suplicy, em 1991, que garantia que todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos e que auferiam rendimentos brutos mensais inferiores a C\$ 45.000,00, que correspondiam a 2,5 vezes o SM então vigente, fossem beneficiadas com o complemento da sua renda, por intermédio de um mecanismo de imposto de renda (IR) negativo que corresponderia a 50% da diferença entre aquele patamar e a renda da pessoa, no caso de estar trabalhando, e 30%, no caso de estar tendo rendimento nulo ou não estar exercendo atividade remunerada. Este projeto foi posteriormente modificado reduzindo-se o patamar de 50% para 30% e sugerido que fosse implantado ao longo de oito anos, começando pelos maiores de 60 anos. Em 1996 estabeleceu-se que a implementação começaria pelos estados de menor renda *per capita*, além de incluir a condicionalidade de que as crianças freqüentassem a escola. O PGRM, também conhecido com Renda Básica de Cidadania foi finalmente instituído pela Lei nº 10.835/04. No entanto essa lei nunca foi colocada em prática. Ao contrário, foi elaborada a Lei nº 10.836/04 que instituiu o Programa Bolsa Família, que é considerado por alguns como uma fase de implementação do PGRM, a partir da focalização dos mais pobres, e por outros como uma tentativa de não implantar o PGRM, que seria universal e sem condicionalidades.

O PBF foi editado pela Medida Provisória nº 132/03 e transformado em lei em 2004, com a fundição de outros programas de transferência de renda que já existiam desde 2001, como o: Bolsa Escola, o Vale Gás, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação.

A Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219/01 tinha por objetivo manter as crianças de 6 a 15 anos matriculadas no ensino fundamental. As famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 90,00 tinham direito a receber o benefício de R\$ 15,00, por criança, com no máximo três crianças inscritas no programa e exigia a freqüência regular em 90% das aulas. O Programa Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206/01 tinha por objetivo a melhoria das condições de saúde e nutrição de mães que estivessem amamentando filhos com até seis meses de

¹¹ O PGRM, destinava-se a famílias em situação de risco, com crianças entre 0 e 14 anos ou com filhos ou dependentes portadores de deficiência física. As famílias deveriam residir em Campinas há, no mínimo, dois anos e auferir renda mensal *per capita* inferior a R\$ 35,00. Como contrapartida para manutenção no programa, as famílias deveriam aplicar o subsídio na melhoria das condições de vida do grupo familiar, manter as crianças e os adolescentes na escola e em programas formativos, garantir a atenção à saúde das crianças e dos adolescentes, evitar que os filhos permanecessem nas ruas, e participar mensalmente de reuniões socioeducativas promovidas pelo programa.

idade, bem como de crianças entre seis meses e seis anos e onze meses de idade em famílias com renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo, sendo que cada família recebia entre R\$15,00 e R\$ 45,00. A condicionalidade para continuidade do recebimento era a participação em ações de saúde como o exame pré-natal, vacinação e incentivo ao aleitamento materno, entre outros. O Auxílio Gás, instituído pela Medida Provisória nº 18/01, foi convertido na Lei nº 10.453/02 e subsidiava a compra de um botijão de gás de cozinha para pessoas com baixa renda inscritas no Programa Bolsa Escola e no Cadastro Único dos Programas Sociais. Era pago bimestralmente R\$ 7,50 para as famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 90,00. O Cartão Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 108/03 e transformada na lei nº 10.689/03, tinha o intuito de unificar em um único cartão os demais programas de transferências de renda assegurando um piso para a alimentação das famílias consideradas pobres. A contrapartida era que adultos analfabetos das famílias beneficiárias frequentassem programas de alfabetização. O valor que essas famílias recebiam era de R\$ 50,00.

Enfim, de acordo com Queiroz et al. (2010) o Programa Bolsa Família (PBF) ficou sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). A principal justificativa para a unificação foi evitar a sobreposição de programas, de maneira a aumentar o número de beneficiados e elevar o benefício pago por família. A migração dos programas foi feita com base na utilização do Cadastro Único (CADÚnico) instituído pela Lei nº 3.877/01. Esse cadastro tem como função retratar a situação sócio-econômica de todas as famílias de baixa renda, para a inserção delas nos programas sociais, sendo consideradas famílias de baixa renda aquelas com renda familiar mensal de até três salários mínimos, ou renda familiar *per capita* de meio salário mínimo. Ou seja, visando evitar o desperdício de recursos e a multiplicidade de diferentes benefícios concentrados em poucas famílias, o MDS localizou no CADÚnico todas as famílias que seriam potenciais beneficiárias dos programas de transferência de renda.

O PBF contempla as famílias que estão em situação de extrema pobreza e de pobreza¹². As faixas utilizadas para a formação desses grupos mudaram ao longo dos anos em decorrência de ajustes baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em 2004, eram consideradas famílias extremamente pobres aquelas que possuíam uma renda familiar *per capita*

¹² As famílias que estão em situação de extrema pobreza recebem o benefício básico independentemente da composição familiar. As famílias consideradas pobres recebem o benefício variável, desde que tenham gestantes, nutrízes ou crianças e/ou adolescentes de até dezessete anos em sua composição em função do número de crianças, com um teto máximo de três crianças.

de até R\$ 50,00 e famílias pobres aquelas com renda *per capita* entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00. As famílias extremamente pobres recebiam o benefício básico no valor de R\$ 50,00 mais o benefício variável por criança de R\$ 15,00, observa o número máximo de três crianças por família. Em Março de 2006, o Decreto nº 5.749 passou as linhas de corte para até R\$ 60,00 (famílias extremamente pobres) e no máximo R\$120,00 (famílias pobres), enquanto o Decreto nº 6.157, de julho de 2007, transformou o valor do benefício básico em R\$ 58,00 e o valor do benefício variável em R\$ 18,00. Em junho de 2008 o Decreto nº 6.491, reajustou o benefício básico para R\$ 62,00 e o variável para R\$ 20,00. Após três anos houve um novo reajuste, com o Decreto nº 6.824, de abril de 2009, que passou as linhas de corte para R\$ 69,00 e até R\$ 137,00, sendo que o Decreto nº 6.917, de julho de 2009, arredondou esses valores para R\$ 70,00 e R\$ 140,00.

Além dos reajustes, em dezembro de 2007 a Medida Provisória nº 411, introduziu o Benefício Variável vinculado ao Adolescente (BVJ) que estendeu o benefício para os jovens de até 17 anos. Esse benefício pagava R\$ 30,00 para cada adolescente de 16 ou 17 anos matriculados na escola, observando-se número de beneficiários de dois jovens por família. Em julho de 2009 houve um último reajuste com o Decreto nº 6.917 que passou o benefício básico para R\$ 68,00, o benefício variável para R\$ 22,00 e o BVJ para R\$ 33,00.

No tocante às condicionalidades, assim como com o programa anterior PETI, as famílias beneficiadas assumem compromissos nas áreas da educação, da saúde e assistência social. Na área da educação as exigências são a matrícula e a frequência escolar mínima de 85% para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, enquanto para os adolescentes entre 16 e 17 anos a frequência mínima é de 75%; na área de saúde o acompanhamento do calendário vacinal para as crianças de até 7 anos e o pré-natal das gestantes em dia; e na assistência social ações sócio-educativas para as crianças e adolescentes de até 15 anos em situação de trabalho infantil, a partir de frequência mínima de 85% relacionados com os serviços sócio-educativos. Tais condições visam criar chances para que as famílias superem a sua condição de pobreza ou extrema pobreza.

Em 2005 o PBF atendia a 8.700.445 famílias, com um dispêndio total de R\$ 5.691.667.041,00, enquanto em 2010 o número de beneficiários foi de 12.769.155 e o valor gasto de R\$ 10.662.932.502,00. Isso significa um aumento de 46% no número de beneficiários em cinco anos e de 87% do valor no mesmo período.

Como visto acima, o PBF unificou outros programas de transferência de renda, visando evitar duplicidades, com o objetivo de aumentar o número de beneficiários. Além dessa

unificação, a maior novidade do PBF foi atender a uma parcela da população que antes não era atendida por nenhum programa, aqueles adultos com possibilidade de trabalhar, sem filhos e que são considerados extremamente pobres.

1.2. Avanços na última década

Com as mudanças políticas ocorridas desde a CF 1988, que causaram alterações na política de cidadania regulada, todas as pessoas passaram a ser considerados cidadãos detentores de direitos, independentemente da categoria profissional. Assim o Estado acabou tomando para si a responsabilidade de garantir que todos tenham o necessário para garantir o mínimo para a sua sobrevivência. O fato desse mínimo ser em moeda corrente e não em comida ou outras coisas, faz com que todas as pessoas passem a fazer parte de uma sociedade de consumo, o que por si só aquece a economia. Essas políticas fazem não só com que ocorra uma melhora da situação social do Brasil, com a redução da pobreza, mas que acima de tudo essa pobreza se reduza em consequência da redução das desigualdades. Infelizmente as mudanças ocorridas na Constituição Federal de 1988, demoraram mais de uma década para começarem a serem implantadas e a surtir efeito, logo as melhoras sociais puderam ser sentidas somente a partir dos anos 2000.

Pochman e Amorim (2009) lembra que entre 2001 e 2007 o PIB brasileiro cresceu em termos reais 23,8%, com o aumento da renda familiar *per capita* de 15,6%. O crescimento econômico permitiu que o Estado exercesse seu papel constitucional de melhorar a distribuição de renda, e essa melhora por sua vez acelerou o ritmo de crescimento econômico do país. De acordo com Barros et al. (2009) em 2007 o coeficiente de Gini, uma das medidas mais tradicionais da desigualdade de renda, alcançou seu menor valor nos últimos 30 anos. Mesmo com um crescimento econômico lento a renda dos mais pobres cresceu, fazendo com que os níveis de pobreza fossem reduzidos. Entre 2001 e 2007, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua. O coeficiente de Gini caiu sete pontos percentuais – de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007.

Talvez o mais importante desta evolução, seja que pela primeira vez a pobreza não diminui apenas em ocasião da expansão econômica, mas sim em consequência da redução das desigualdades. Mantida a desigualdade constante, a redução no percentual de pobres, teria sido de apenas 5,4 pontos, e na de extremamente pobres, 3,3 pontos. Como a porcentagem de pobres declinou 10,7 pontos entre 2001 e 2007, 50% desta queda se dá por causa da redução no grau de

desigualdade. A contribuição para a redução no grau de desigualdade é ligeiramente maior para a extrema pobreza – 55% da queda na porcentagem de extremamente pobres. Assim cerca de 7 pontos de queda na pobreza, 4,5 p (mais de 60%) estão relacionados à redução da desigualdade de renda (Barros et al., 2009, p.96). Mas quais seriam os fatores de redução da desigualdade de renda. Conforme Barros et al. (2009) seriam os fatores demográficos, como a proporção de adultos na família, as mudanças na renda derivada do trabalho e as não derivadas do trabalho. Sendo que as duas últimas têm maior efeito na redução da desigualdade, de uma maneira mais imediata.

Mas o que é a renda não derivada do trabalho? No geral ela é computada como aposentadoria, pensões e outros seguros e benefícios, bem como aluguel, doação, juros e transferência de renda do Estado. O maior programa atual de transferência de renda é o Programa Bolsa Família. Mas será que eles atuam de maneira substancial na redução das desigualdades.

De acordo com Montali e Tavares (2008) as transferências de renda melhoraram a renda da população brasileira de uma forma geral, mas o impacto dessa melhora foi menor nas regiões metropolitanas. Para Rocha (2004) foram os programas de transferência de renda um dos principais causadores da redução da pobreza nas zonas rurais, já que os valores desses benefícios (que tem valores fixos nacionalmente) costumam ter baixo impacto nas áreas urbanas e maior impacto nas zonas rurais, onde o custo de vida é mais baixo. Rocha (2008) em um trabalho em que analisa o impacto das transferências na redução da desigualdade conclui que as mesmas estão tendo um impacto positivo. Para chegar a essa conclusão a autora trabalha com os dados do suplemento da PNAD 2004 sobre transferências de renda. Como em 2004 os programas de transferência de renda (bolsa alimentação, cartão alimentação, bolsa escola e auxílio gás) haviam acabado de serem transformados no Programa Bolsa Família, muitas pessoas ainda não sabiam que recebiam esse programa em questão. Logo, houve uma grande discordância entre os dados da PNAD e os registros administrativos. Como estratégia de análise, a autora realizou uma simulação em que todos os potenciais beneficiários, de acordo com a renda *per capita* da PNAD, estariam recebendo o benefício do programa. Após a simulação, se conclui que as transferências teriam maior impacto na redução da pobreza das zonas rurais, onde em decorrência do menor custo de vida o benefício seria suficiente para elevar as pessoas à cima da linha de pobreza. No entanto, mesmo naquelas situações em que o valor do benefício não era suficiente para retirar as

pessoas da pobreza, ele as aproximava da linha de corte, principalmente naquelas situações em que a renda familiar *per capita* era igual a zero.

Oliveira (2009) ao analisar a pobreza em Sergipe chega à conclusão de que apesar de ter ocorrido entre 1980 e 2000 uma redução na importância da renda do trabalho nas famílias Sergipanas, houve uma redução da pobreza no estado e que tal redução foi fruto não de uma melhora econômica, mas no aumento da importância das transferências de renda no orçamento familiar.

Síntese do Capítulo

No final do século XIX com o fim da escravidão se aproximando já se notava no Brasil uma enorme convivência dos trabalhadores livres, com a sociedade cativa, principalmente no Nordeste onde em muitos locais os senhores de terra não apresentavam recursos para manter uma grande quantidade de escravos. Esses homens livres eram compostos por uma população mestiça, sem renda, que muitas vezes viviam de trabalhos esporádicos e de lavouras de subsistência. Ou seja, o término da escravidão faz com que a enorme massa de negros se juntasse a já grande quantidade de trabalhadores livres, aumentando ainda mais o percentual de pobres no Brasil, que viviam principalmente na zona rural.

Com o advento da lei áurea e a ampliação das lavouras de café a necessidade de mão-de-obra aumentava cada vez mais. No entanto a existência de um poder dividido entre os senhores de terra, principalmente no Nordeste, dificultava a transferência de pessoas dessa região para a região Sudeste. Com a consolidação da política cafeeira, e o desenvolvimento do eixo Rio - São Paulo começa a se desenvolver a idéia de um poder nacional, centralizado nesse eixo. Com o poder se centralizando tem início a transferência de mão-de-obra do Nordeste para o Sudeste, dando partida a um êxodo rural que se intensificará a partir dos anos 30.

O início do século XX traz consigo o começo da industrialização e do processo de urbanização, que vem acompanhado do início de algumas políticas sociais. No entanto essas políticas, que foram aprimoradas no governo Vargas, tiveram como base a idéia de cidadania regulada. Esse conceito de baseia em regular a cidadania através do controle das profissões, ou seja, todos que não se encaixavam em nenhuma profissão (que no geral eram urbanas) não tinham acesso aos benefícios sociais. Porém já na década de 30, Vargas apresentava preocupação em promover políticas sociais orientadas para a área rural, visando evitar um grande

deslocamento populacional do meio rural para o urbano, na medida em que as pessoas tenderiam a se deslocar para as cidades em busca de melhores condições de vida. Porém, essa grande transferência populacional, principalmente das pessoas que saíram de áreas estagnadas, fez com que ocorresse uma grande transferência da pobreza rural para as cidades. Com o agravante de que pelo menos nas áreas rurais, as pessoas contavam com uma renda não monetária proveniente da agricultura de subsistência, renda que eles passaram a não ter mais nas cidades.

O êxodo rural foi de substancial importância para garantir o período desenvolvimentista que se acentua a partir dos anos 50, no entanto as áreas rurais ficaram a margem do processo, que atuou desenvolvendo as grandes cidades. Ao mesmo tempo, nesse período houve uma significativa redução da pobreza, mas com aumento da desigualdade. No entanto apesar da redução da pobreza, as taxas ainda se mantiveram altas, frente a políticas incipientes de resolução do problema e de um novo tipo de pobreza resultante da abertura econômica promovida no Brasil desde o final dos anos 80.

A situação da pobreza a partir do final dos anos 80 poderia ter sido pior se não fossem as mudanças ocorridas na Constituição Federal de 1988, que passaram a vincular algumas receitas, não deixando mais toda a política social a mercê das variações de mercado. Outra alteração de suma importância da CF 88 foi a implantação do conceito de seguridade social, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de profissão, fossem protegidos de alguma forma pelo Estado.

Com as mudanças iniciadas com a nova constituição têm-se a ampliação de programas de transferência de renda, que se iniciam com programas ligados a população idosa, para em 2004, com o surgimento do Programa Bolsa Família, haver uma extensão dos benefícios sociais para a população em idade ativa. Esses programas segundo diversos autores são responsáveis por significativa redução da desigualdade no Brasil nos últimos anos.

Pensando em como se deu o êxodo rural no Brasil, em decorrência da grande desigualdade regional e na falta de oportunidades enfrentada pelos habitantes do Nordeste. Os novos programas de transferência de renda poderiam estar atuando de uma forma não planejada e influenciando na mobilidade espacial da população, fazendo com que as pessoas que seriam potenciais migrantes não migrem, ou ainda que esses programas estejam influenciando um aumento do retorno dos migrantes as locais de origem. Para buscar esses indícios, será utilizado

como estudo de caso o estado da Bahia, que apresenta um significativo histórico migratório e importância significativa nas transferências de renda.

CAPÍTULO 2

2. Fontes de informação e estratégias para as análises empíricas

Para explorar as possíveis influências dos programas de transferência de renda nos movimentos migratórios, focar-se-á na dinâmica dos municípios de pequeno e médio porte do estado da Bahia, bem como na população que possui uma renda *per capita* domiciliar de até ½ salário mínimo (que de uma forma geral é a população alvo desses programas). Parte-se do pressuposto de que os municípios de menor porte populacional são mais afetados positivamente em termos econômicos pelo crescimento das transferências de renda (MONTALI; TAVARES, 2008; ROCHA, 2004), além de apresentarem, em geral, menor crescimento populacional devido à emigração.

Como estratégia as análises empíricas foram divididas visando quatro objetivos específicos: 1) Demonstrar que as transferências de renda influenciam de forma mais significativa os municípios de pequeno e médio porte; 2) Demonstrar diferenciais no ritmo de crescimento populacional entre os municípios, segundo porte populacional e estrato de renda domiciliar *per capita*; 3) Analisar os volumes migratórios, bem como os saldos líquidos e os índices de eficácia migratória, buscando diferenciais por estrato de renda domiciliar *per capita* e porte municipal; 4) Finalmente, analisar a importância das transferências de renda na composição da renda domiciliar, segundo status migratório: não migrantes, imigrantes e retornados.

Antes de prosseguir, é necessário entender primeiro o porquê da escolha do Programa Bolsa Família (PBF) como objeto de estudo, dentre os programas mais recentes, além de outros programas de transferência de renda, e o porquê do Estado da Bahia como estudo de caso.

2.1. Bahia e Programas de Transferência de Renda

O porquê da Bolsa Família?

De acordo com Golgher (2006), o grupo populacional em idade ativa é o mais representativo dentro da categoria migrante. Nas duas últimas décadas do século XX, 75% dos migrantes encontravam-se nas faixas etárias de 15-64 anos (SEI, 2007). Se considerarmos que conforme Singer (1980) as pessoas migram em busca de mobilidade social e essa costuma ser encontrada principalmente por intermédio do trabalho, um programa que tivesse como público

alvo a população em idade ativa, poderia influenciar na mobilidade espacial, em busca de uma melhoria na renda. Assim o Programa Bolsa Família, seria o objeto de estudo ideal para buscar uma relação entre as transferências de renda e os fluxos migratórios, tendo em vista que a maior parte dos responsáveis pelo benefício encontram-se nos grupos etários de 25 a 44 anos (BRASIL, 2008), que é onde se concentra a cúspide etária dos migrantes.

Além do mais o Programa Bolsa Família é dentre os programas ligados a Assistência Social¹³ aquele que atende a maior quantidade de pessoas. O Programa Bolsa Família atendeu em 2010 o montante de 12.778.220 famílias, despendendo um valor de R\$14.372.702.865,00. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) no mesmo ano apresentou um gasto de R\$ 18.372.387.026,00, atendendo 3.382.653 pessoas. Sendo importante lembrar que o BPC atende apenas os idosos ou as pessoas com deficiências. Perante esses dados pode-se pensar que o Programa Bolsa Família está atendendo a mais de 50 milhões de pessoas sendo que 98,1% dessas estão em idade ativa (BRASIL, 2008).

Se for considerado que a migração está relacionada às desigualdades nas oportunidades encontradas em cada local se poderia pensar que os recursos destinados as populações de mais baixa renda poderiam afetá-las na necessidade da realização de movimentos migratórios, principalmente àquelas que residem em áreas rurais ou urbanas de pequeno porte. Segundo o perfil dos beneficiários da Bolsa Família-2008 49,3% dos responsáveis pelas unidades familiares não trabalham, 15,6% são trabalhadores rurais, 67,0% tem ensino fundamental incompleto e 15,0% são analfabetos. Ou seja, com tal perfil, grande parte das pessoas de baixa renda poderiam ser consideradas não empregáveis e, caso estejam ocorrendo mudanças nos fluxos migratórios, essas mudanças poderiam ser atribuída às transferências de renda que atualmente alcançam a maior parte da população que tem como renda domiciliar *per capita* até ½ salário mínimo.

O porquê dos outros programas?

Além do PBF também será focado o BPC e a Aposentadoria Rural (AR). Infelizmente, a análise conforme os portes municipais só é possível através da utilização do Censo Demográfico. Como até a data de realização dessa dissertação só estavam disponíveis os Censos Demográficos

¹³ As aposentadorias tanto rurais quanto urbanas, despendem uma maior quantidade de dinheiro, porém elas estão ligadas aos recursos da Previdência Social.

até o ano de 2000 e tendo em vista que o programa Bolsa Família tem início a partir do ano 2004, não é possível captar a influência desse programa no Censo Demográfico.

Logo, os principais programas que estavam atuando à época do Censo Demográfico de 2000 eram o BPC e a AR, cujo benefício de um salário mínimo podia impactar na renda familiar de uma forma geral, embora fossem voltados principalmente para os idosos. Assim, parte das análises consideraram o Censo Demográfico de 1991, quando não havia nenhum desses programas em atuação e o Censo Demográfico de 2000, quando BPC e a AR já haviam sido implementados.

O porquê da Bahia?

A escolha concentrou-se na Região Nordeste, em decorrência do histórico de região mais pobre do país, assim como de grande fornecedor de mão de obra para o restante do Brasil. Dentre todos os estados da federação, a Bahia desde 2004, ano em que o Programa Bolsa Família foi implantado, é o estado que atende o maior percentual de beneficiários em relação ao Brasil, (12,8%), o que corresponde a uma média de 1.399.012 beneficiários atendidos. Os benefícios geraram um gasto médio ao longo desses anos de R\$1.323.409.798,00, que correspondeu a uma média percentual de 34,6% ao longo do período da relação gasto com o PBF pelo Fundo de Participação do Município. Em 2007 a Bahia apresentou o sexto maior PIB do Brasil, o que representou ao longo do período uma média percentual de 4%¹⁴ do PIB Brasileiro. Em relação ao BPC, a Bahia é o terceiro estado com o maior percentual de beneficiários (9,6%) apenas atrás de Minas Gerais e São Paulo. No entanto, em relação à aposentadoria rural, a Bahia é o estado que tem o maior percentual de pessoas recebendo esse benefício (12,1%). Enquanto a Bahia apresenta o sexto maior PIB, também apresenta o sexto pior índice de Gini do Brasil, igual a 0,560 (IPEA, 2008), e o quinto pior do Nordeste (sendo que a diferença entre o índice da Bahia e o da Paraíba que é o mais baixo do Nordeste é de 0,03).

Além de a Bahia ser um estado relativamente rico, mas extremamente desigual e com o maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família, o estado é o sexto com maior porcentagem de imigrantes (4,8%) em relação ao Brasil, e o segundo estado com maior proporção de emigrantes (9,9%) (SEI, 2007), o que representa uma grande quantidade de fluxos migratórios, como se observa na Tabela 2:

¹⁴ Dados IPEA (2010).

TABELA 2 - Imigrantes e emigrantes de 5 anos e mais de idade por Unidade da Federação - Brasil, de 1986 a 1991 e de 1995 a 2000

Unidades da Federação/Grandes Regiões	1986-1991				1995-2000			
	Imigrantes	%	Emigrantes	%	Imigrantes	%	Emigrantes	%
Rondônia	127.184	2,53	94.462	1,9	84.383	1,6	72.735	1,4
Acre	12.979	0,26	14.343	0,3	13.856	0,3	16.070	0,3
Amazonas	59.603	1,19	44.286	0,9	90.670	1,7	58.657	1,1
Roraima	35.354	0,7	6.694	0,1	47.956	0,9	14.379	0,3
Pará	212.520	4,23	183.195	3,6	185.208	3,5	234.239	4,5
Amapá	23.641	0,47	7.147	0,1	44.596	0,8	15.113	0,3
Tocantins	82.417	1,64	71.805	1,4	95.975	1,8	82.515	1,6
Maranhão	103.568	2,06	237.927	4,7	102.444	1,9	274.469	5,2
Piauí	73.112	1,46	139.447	2,8	89.503	1,7	140.815	2,7
Ceará	121.767	2,43	245.164	4,9	164.713	3,1	186.710	3,6
Rio Grande do Norte	75.570	1,51	76.444	1,5	78.397	1,5	71.287	1,4
Paraíba	88.909	1,77	174.058	3,5	102.855	2	163.485	3,1
Pernambuco	171.743	3,42	317.232	6,3	167.596	3,2	280.290	5,3
Alagoas	60.881	1,21	112.632	2,2	56.910	1,1	127.948	2,4
Sergipe	55.978	1,12	42.213	0,8	52.668	1	56.928	1,1
Bahia	186.756	3,72	469.091	9,3	253.238	4,8	518.036	9,9
Minas Gerais	372.577	7,42	479.397	9,6	450.452	8,6	408.658	7,8
Espírito Santo	135.438	2,7	90.909	1,8	130.094	2,5	95.168	1,8
Rio de Janeiro	254.637	5,07	295.071	5,9	323.087	6,1	274.213	5,2
São Paulo	1.396.113	27,81	647.993	12,9	1.242.974	23,7	883.885	16,8
Paraná	269.540	5,37	475.190	9,5	299.949	5,7	336.998	6,4
Santa Catarina	170.361	3,39	125.002	2,5	201.117	3,8	139.667	2,7
Rio Grande do Sul	114.410	2,28	138.854	2,8	114.015	2,2	152.890	2,9
Mato Grosso do Sul	124.046	2,47	105.023	2,1	97.944	1,9	108.738	2,1
Mato Grosso	226.906	4,52	118.332	2,4	172.467	3,3	123.724	2,4
Goiás	268.295	5,34	156.665	3,1	374.739	7,1	169.900	3,2
Distrito Federal	195.312	3,89	143.674	2,9	216.864	4,1	188.577	3,6
TOTAL	5.019.617		5.019.617		5.254.672		5.254.672	

Fonte: SEI (2007).

*Migração por Data-Fixa.

Aliando o raciocínio de que os fluxos migratórios são estimulados pela desigualdade regionais, as informações anteriores justificam a escolha da Bahia para a realização deste estudo.

2.2. Transferência de renda e desenvolvimento econômico dos municípios

Para demonstrar a importância das transferências para os municípios foi utilizada a relação entre os valores transferidos pelos programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada e o PIB municipal através de dados do Ministério do Desenvolvimento Social, por intermédio da Matriz de Informação Social e de dados obtidos por meio do IPEADATA. Além da relação entre os mesmos programas e as receitas municipais, obtidas por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional¹⁵. Infelizmente a Previdência Social, não disponibiliza os dados referentes as aposentadorias e pensões a nível municipal, dessa forma a análise segundo porte de municípios só poderá ser realizada para os programas Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

2.3. Crescimento populacional por estrato de renda domiciliar per capita e porte municipal

A análise da taxa de crescimento dos municípios baianos, segundo porte municipal e agrupamento por estrato de renda domiciliar *per capita*, teve por objetivo principal observar se houve alguma mudança no ritmo de crescimento populacional para o grupo com menor renda. As taxas foram calculadas para três períodos entre 1991 e 2000, quando inicia-se a influencia do BPC e da aposentadoria rural e entre 2000 e 2009, quando há a implantação do PBF em 2004. Para o cálculo das taxas de crescimento populacional entre 1991 e 2000, serão utilizados os Censos Demográficos de ambos os anos. Já para o cálculo do crescimento populacional entre 2000 e 2009, será utilizado o Censo Demográfico de 2000 e a PNAD de 2009. Porém quanto ao último período é importante frisar que a PNAD 2009 é uma pesquisa que tem amostra baseada na projeção populacional feita a partir do Censo Demográfico de 2000.

Cabe aqui explicar a razão da escolha da renda domiciliar *per capita* e das cidades por porte municipal. De acordo com Tolosa (1991) a aferição da pobreza absoluta é feita através da medição dos desvios na renda dos indivíduos em relação a uma linha definida por critérios nutricionais e antropométricos. Outra prática no Brasil é definir a linha de pobreza em unidade de salário mínimo como forma de evitar os difíceis problemas de deflacionamento e de preços relativos envolvidos nas comparações intertemporais. O problema do conceito de pobreza como insuficiência de renda refere-se ao fato de esta não refletir adequadamente diferenças na acessibilidade a serviços. Alguns autores procuram desenvolver indicadores de pobreza absoluta

¹⁵ Porém infelizmente o Tesouro Nacional, não conta com os dados de todos os municípios baianos, dessa forma o ano de 2004 conta com 387 municípios e 2009 com 383 municípios.

capazes de incorporar diferenças nas condições de acessibilidade aos serviços de infra-estrutura. No entanto, em decorrência das dificuldades operacionais, ainda é mais utilizado o critério tradicional de renda. Apesar de o critério utilizado ser a renda, é possível amenizar os problemas buscando utilizar rendas diferentes por região. Já que cada local tem suas próprias características nutricionais, além do mesmo benefício ter uma durabilidade diferente em cada região, pois cada uma possui custo de vida diferenciado.

Apesar de todas as questões postas acima, como este trabalho tem por objetivo buscar indícios de relações entre a evolução das políticas de transferências de renda e mudanças nos movimentos migratórios, considerou-se mais adequado utilizar os critérios de definição de pobreza dos programas de transferência de renda. Tendo em vista facilitar a operacionalização dos programas, as linhas de cortes são as mesmas para todo o país e são definidas como frações de salário mínimo.

Os programas de transferência de renda têm como foco de atuação a família. Rocha (2005) ao escrever sobre o programa de transferência de renda Mexicano, afirma que sempre cabe à família a responsabilidade de prover aos indivíduos a proteção que os sistemas precários de proteção não conseguem oferecer, ou seja: *“en la práctica, la familia es la única institución que amortigua las crisis económicas, el desempleo y la enfermedad”* (ROCHA, 2005, p.3). Esse modelo de proteção social, com base na família adotado pelo México, tem início, desde o final dos anos 1980, com a piora das condições sociais e fiscais do Estado por intermédio da crise econômica. O Brasil, que tem no programa de transferência de renda Mexicano (Oportunidades), uma das bases da elaboração do Programa Bolsa Família, assenta a idéia de proteção ligada a família, apenas com a implantação do mesmo em 2004. Até então os programas tinham como público alvo, os membros da família e não essa enquanto unidade.

Tendo em vista a utilização da família como foco de atuação dos programas de transferência de renda, os critérios de elegibilidades dos mesmos se dá em termos de renda familiar *per capita*. A definição de família do Programa Bolsa Família é: “a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (BRASIL, Lei nº 10.836/04, Artº 2, § 1ª, I). Essa definição de

família assemelha-se à definição de domicílio encontrada na PNAD¹⁶, que é: “Classificaram-se os domicílios como **particulares** quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência” (FUNDAÇÃO IBGE, 2009, p.13). Conforme as duas definições acima conclui-se que a definição de família do Programa Bolsa Família e de domicílio do IBGE são semelhantes. No entanto o percentual de famílias conviventes é de 4,9% pequeno, mas não desprezível, por uma questão de simplificação, neste trabalho será utilizado como *proxy* o critério de renda domiciliar *per capita*, no lugar de renda familiar *per capita*. No entanto é preciso lembrar que em um estudo comparativo entre o Cadastro Único (CADÚnico) e a PNAD 2006, Bartholo e Araújo (2008), concluem que apesar da definição de família do CADÚnico assemelhar-se a definição de domicílio da PNAD, no ato do cadastramento eles acabam por adotar como unidade de registro os núcleos familiares e não a unidade doméstica. A divisão das unidades domésticas no ato do cadastramento pode estar acontecendo a fim de aumentar a possibilidade de serem atendidas pelo programa, ou por que os cadastradores, não se apropriaram devidamente do conceito de família utilizado pelo CADÚnico.

Apesar desse estudo, as análises segundo diferentes estratos de renda domiciliar *per capita* seguirão os critérios dos programas de transferência condicionada de renda, em que a unidade familiar é mais ampla do que o núcleo. Com o corte de renda do BPC - de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo de renda familiar *per capita*, e do PBF - de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda familiar *per capita*. Essa análise será de fundamental importância para verificar se houve diferença no crescimento populacional nas cidades baianas conforme estratos econômicos diferentes.

Outro critério importante adotado nas análises foi a divisão dos municípios baianos por porte municipal. Montali e Tavares (2008) escrevem que entre 2004 e 2006 o impacto das transferências de renda para a redução da pobreza tem sido menor nas regiões metropolitanas. Rocha (2004), como já mencionado no capítulo anterior, ao notar uma maior redução da pobreza nas áreas rurais em decorrência do aumento das aposentadorias rurais, acredita que esse maior impacto está atribuído ao fato dos custos de vida ser mais reduzidos nas áreas rurais. Ainda conforme Rocha (2008), ao realizar uma simulação de como seria a redução da pobreza se todos

¹⁶ A definição de domicílio no Censo é a mesma.

os pobres recebessem Bolsa Família, a autora conclui que haveria um maior impacto nas zonas rurais do Norte e do Nordeste.

No entanto, separar a população em urbano e rural hoje é complicado, já que 84% do Brasil é urbano apesar do grau de urbanização na Bahia ser de apenas 69,6¹⁷. Assim optou-se por utilizar como critério de análise o porte populacional dos municípios. Martine (1994) escreve que se usarmos a definição oficial do urbano chega-se a constatação de que o nível de urbanização no Brasil já atingia patamares muito elevados. Entretanto, a definição oficial é baseada em um conceito político-administrativo que abrange uma série de localidades com suas diversidades, incluindo como urbano pequenos vilarejos com população vivendo basicamente das atividades na agricultura, e incluindo no rural algumas zonas de cidades completamente urbanizadas. Assim, em um estudo sobre a redistribuição da população brasileira o autor utiliza a definição de urbano para cidades acima de 20 mil habitantes.

Pensando nesses dois fatores: 1) As transferências de renda terem maior impacto nas áreas rurais; 2) A definição das áreas rurais serem critério político-administrativo, que nem sempre correspondem à realidade; é que, as análises foram construídas segundo o porte populacional dos municípios. No entanto, as cidades baianas com menos de 20 mil habitantes representam nada menos que 61% das cidades, ou seja, mais da metade do estado. Assim, consideraram-se como cidades pequenas aquelas com até 15 mil habitantes, procurando realizar uma melhor distribuição da população pelo estado da Bahia. Logo, a população se dividirá em grupos residentes nos municípios pequenos de até 15 mil habitantes, médios entre 15 e 50 mil habitantes e grandes com mais de 50 mil habitantes. É importante destacar que mais de 90% das cidades baianas são classificadas como pequenas ou médias, sendo a maior parte (48%), cidades médias segundo os critérios adotados.

2.4. Volumes migratórios, saldo líquido e índices de eficácia migratória

A terceira estratégia utilizada considerou alguns elementos típicos dos movimentos migratórios, procurando buscar diferenciais em relação aos estratos de renda domiciliar *per capita*, conforme os portes municipais. Os motivos da utilização da renda domiciliar e dos municípios segundo o tamanho, já foram explicados no tópico anterior. Além disso, é importante ressaltar que nas análises sobre características migratórias serão destacados a Região

¹⁷ SEI - Principais Resultados da PNAD 1999-2009.

Metropolitana de Salvador e o próprio núcleo dessa RM, por entendermos que as RMs possuem dinâmicas específicas que as diferenciam quanto aos condicionantes de atração e expulsão de migrantes.

Como mencionado, o objetivo da análise será observar os diferenciais quanto a esses elementos, já que a hipótese é da ocorrência de diferenciais de comportamento migratório para os grupos que estão nas primeiras faixas de renda. A definição de migração utilizada será: *“La migración se define como un traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o traslado a una distancia mínima especificada) se ha hecho durante um intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia”* (ONU, 1972, p.2).

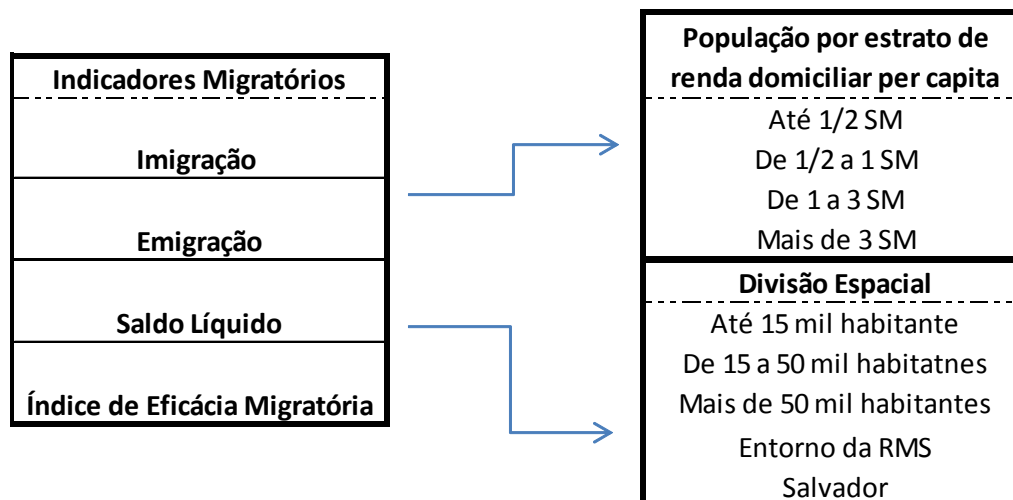
A dimensão temporal desta análise se dará entre 1991 e 2000, a partir dos dados dos Censos Demográficos. Infelizmente não foi possível acessar os resultados do Censo Demográfico 2010 até o final da realização deste trabalho. Como já havia mencionado, o Programa Bolsa Família teve início apenas em 2004, assim, para a década de 1990 os diferenciais notados conforme os estratos de renda poderão ser indicativos apenas da influência dos programas de aposentadoria rural e do Benefício de Prestação Continuada¹⁸. Também poderá ser realizada a análise em 2009, visando localizar a influência do Programa Bolsa Família, porém apenas para a Região Metropolitana de Salvador e o interior do estado.

Para a realização das análises foi utilizada o critério da data fixa (Residência cinco anos antes), introduzido nas pesquisas domiciliares a partir do Censo Demográfico de 1991. Segundo Cunha (2002), a particularidade de fixar claramente um período para a migração implica em vantagens para os cálculos demográficos, como taxa de migração, saldos líquidos migratórios, entre outros. Assim, cruzando os municípios de residência atual, com os municípios cinco anos antes da data de referência, será possível realizar as análises pretendidas. Essas se darão conforme o diagrama abaixo. Serão elaborados os indicadores migratórios (Imigração, Emigração, Saldo Líquido e índice de Eficácia Migratória), para a população segundo os estratos de renda domiciliar *per capita* e segundo divisões espaciais.

¹⁸ Esses dois programas em âmbito federal. Em alguns municípios como o Distrito Federal e Campinas, já havia desde 1998 programas de transferência de renda- Bolsa Escola.

DIAGRAMA 1

Diagrama da análise dos indicadores migratórios



No entanto quanto às análises sobre migração por estratos de renda domiciliar *per capita*, é preciso atentar para algumas ressalvas. Tanto os Censos Demográficos quanto as PNADs, são pesquisas estáticas, isto é, retratam a situação de rendimento tal como ela é na data de referência. Conforme Cunha:

Com exceção de um quesito referente à ocupação prévia do indivíduo, a grande maioria das informações coletadas diz respeito ao momento do levantamento (como uma verdadeira fotografia) que, se não inviabiliza seu uso, já que ao menos permite discutir a forma de inserção do migrante no lugar de destino, no mínimo o torna pouco satisfatório para enfrentar várias questões. Este é o caso, por exemplo, de estudos que buscam conhecer as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes no momento de suas mudanças (CUNHA, 2002, p.9).

Ou seja, não há como saber se antes da realização do movimento migratório as pessoas se encontravam no mesmo estrato de renda domiciliar *per capita*, podendo ter obtido mobilidade entre os estratos ou não após a mudança de residência. Porém, como apesar da redução recente da desigualdade, os programas de transferência estão atingindo mais positivamente os indigentes (BARROS et al., 2007) do que de fato possibilitando que os pobres deixem de ser pobres, justifica-se a utilização das análises por estrato de renda, mesmo que não seja possível garantir que as pessoas se mantenham no mesmo estrato de renda domiciliar *per capita* nos períodos analisados.

2.5. Composição da renda domiciliar por status migratório

Em novembro de 2006 o jornal O Globo publicou uma notícia online cuja manchete era: Bolsa Família causa migração de retorno:

SÃO PAULO. O sonho acabou. Para muitos nordestinos que escolheram São Paulo como local para construir uma nova vida, o caminho agora é de volta. A terra paulista, que foi nas últimas décadas o principal destino dos migrantes do Nordeste, perdeu seu principal atrativo. Os empregos, abundantes nas décadas de 80 e 90, desapareceram com a precarização do trabalho. Quando encontra o "serviço", o nordestino ganha menos. Na terra natal, além de reencontrar os familiares, os programas sociais do governo, como o Bolsa Família, garantem a sobrevivência e são hoje um dos principais atrativos para o retorno (BARBOSA, 2006).

Com o objetivo de buscar indícios da relação entre a implementação e evolução dos programas de transferência de renda e a mobilidade populacional, construiu-se a análise da composição da renda, segundo status migratório: Não Migrantes, Migrantes Não Naturais e Migrantes Retornados.

Com dados secundários, a melhor maneira de se analisar os impactos do Programa Bolsa Família, é através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, já que é periódica e tem cobertura nacional, apesar de promover uma subestimação dos beneficiários, como afirma Soares et al. (2010).

No entanto ao se utilizar a PNAD os mesmos autores afirmam a necessidade de se tomar cuidado, com o fato de que não se pode utilizar de maneira integral à variável “outros rendimentos”, já que se trata de uma variável muito heterogênea¹⁹. Uma solução para isso seria utilizar os suplementos da PNAD que tratam das transferências de renda, no entanto esses suplementos só aconteceram em 2001, 2004 e 2006. Como não se pode restringir os estudos há esses anos específicos, optou-se por restringir a análise da variável “outros rendimentos” aos valores típicos do benefício da Bolsa Família²⁰. Como os beneficiários tendem a arredondar os valores recebidos, utiliza-se como critério de corte o valor máximo possível a ser recebido pelos

¹⁹ Esta variável inclui rendas referentes ao: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, dos programas remanescentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás), do Bolsa Família, além de rendas provenientes de programas estaduais e municipais, bem como as declarações referentes aos juros de aplicações financeiras.

²⁰ A variável “outros rendimentos” seria a indicada para captar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no entanto como ele é um benefício pago pelo INSS e vinculado aos deficientes ou idosos, a maior parte das pessoas que o recebe, o confundem com a aposentadoria e a declaram na categoria referente a aposentadoria ou pensão.

beneficiários. Essa última metodologia será a utilizada para localizar aproximadamente a renda proveniente do Programa Bolsa Família na renda domiciliar.

Foram utilizadas as PNAD de 2004 e de 2009, já que o programa Bolsa Família tem o seu início em 2004 e 2009, não só é a última informação disponível como completa um período de cinco anos de implementação do programa. Nesses cinco anos o programa evoluiu em 47% a mais de beneficiários do que em 2004, o que corresponde a um volume de 5.799.076 de famílias as mais atendidas no Brasil. A renda dos três grupos citados acima foi decomposta entre rendimentos provenientes do trabalho e outras fontes. A análise do conjunto das variáveis descritas no Quadro 1 nos permite captar a renda que não é proveniente do trabalho. Sendo que para cada uma das variáveis entre a V1251 e a V1272, há a discriminação dos valores recebidos. O principal foco de análise foram os valores descritos na variável V1273, sobre outros rendimentos. Montali e Tavares (2008) e Batholo e Araujo (2008) utilizam a variável V1273 (outros rendimentos) para localizar os beneficiários do programa Bolsa Família. A utilização dessa variável se justifica porque inclui informações sobre rendimento mensal recebido de programa governamental de transferência de renda e também juros e outras aplicações financeiras. Montali e Tavares (2008) isolam essa variável excluindo os domicílios com rendimentos superiores ao 8º decil de rendimento domiciliar *per capita*, que correspondiam a R\$ 705,28 em 2004 e a R\$ 800,00 em 2006, visando reduzir a interferência dos rendimentos oriundos de juros e aplicações financeiras. Já Bartholo e Araujo (2008), para buscar a renda familiar *per capita* sem os valores pagos pelos programas de transferência de renda, optaram por zerar os valores²¹ tipicamente pagos pelo Programa Bolsa Família. Assim, localizando as pessoas com renda *per capita* inferior a um salário mínimo familiar *per capita*²², e verificando os valores que elas declararam na variável em questão é possível, por aproximação localizá-las na PNAD. Para este trabalho serão considerados como beneficiários do Programa Bolsa Família, todos aqueles que responderem na variável 1273 um valor superior a zero e inferior a R\$90,00 em 2004 e a R\$ 200,00 em 2009.

²¹ Os valores retirados em questão foram: 7, 15, 22, 25, 30, 42, 45, 50, 52, 65, 72, 80, 87, 95, 100 e 102. Esses são valores típicos do programa Bolsa Família e de alguns programas remanescentes.

²² O limite superior para entrar no cadastro único do governo federal, é meio salário mínimo familiar *per capita*. No entanto como a renda das famílias dos estratos econômicos inferiores é bastante maleável, já que normalmente elas não provem de um trabalho fixo, optou-se por estender para um salário mínimo de renda familiar *per capita*, para não correr o risco de perder os beneficiários em questão.

Uma diferença importante entre as análises elaboradas visando o conhecimento sobre os volumes migratórios e possíveis impactos no crescimento populacional segundo estratos de renda, daquelas sobre composição de renda por status é que para esta última é utilizado o critério de migração pela “UF de residência anterior” (última etapa). De acordo com Cunha (2002), a partir da última etapa pode-se traçar um quadro mais atual do processo migratório, na medida em que são computados os últimos movimentos realizados pelos migrantes. Outro fato importante que nos leva a optar pela utilização da última residência na definição dos migrantes é que como o Programa Bolsa Família teve início em 2004, é de suma importância captar movimentos que tenham ocorrido após a implantação do mesmo.

No entanto, ao se trabalhar com migração de retorno, é necessário prestar atenção nos efeitos indiretos desse tipo de migração. Ribeiro; Carvalho e Wong (1996) classifica os efeitos indiretos em dois: 1) imigração de não naturais, associadas ao retorno de naturais; 2) nascimentos na região de destino, filhos de naturais retornados, ou seja, o migrante retornado não só volta muitas vezes acompanhado por uma família, como também amplia a família após o retorno. Pensando nisso, a classificação dos domicílios será feita conforme a situação migratória do chefe do domicílio.

QUADRO 1 - Variáveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

V 9122	Na data de referência era aposentado de instituto de previdência federal (INSS) estadual, municipal ou do governo federal?
V9123	Na data de referência era pensionista de instituto de previdência federal (INSS) estadual, municipal ou do governo federal?
V9124	Na data de referência, recebia normalmente rendimento de pensão alimentícia ou de fundo de pensão, abono de permanência, aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos ou outro qualquer?
V 9125	Qual era o rendimento que recebia normalmente, na data de referência?
V 1251	Aposentadoria de instituto de previdência ou governo federal
V 1254	Pensão de Instituto de previdência ou do governo federal
V 1257	Outro tipo de aposentadoria
V 1260	Outro tipo de pensão
V 1263	Abono de permanência
V 1266	Aluguel
V 1269	Doação recebida de não morador
V 1272	Juros de Caderneta de poupança, e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos.

Fonte: Fundação IBGE. Questionário das PNAD's (2004; 2009).

Síntese do Capítulo

Levando em consideração que os municípios de menor porte são os mais influenciados pelas transferências de renda e historicamente são os que apresentam proporcionalmente as perdas populacionais mais significativas, tendo em vista a baixa capacidade econômica de reter a população, frente a melhores oportunidades. Esse trabalho se focará em buscar indícios de que a dinâmica migratória está sofrendo alterações nos municípios de menor porte para a população de baixa renda, principalmente para a população com uma renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo.

Para alcançar esse objetivo serão adotadas quatro estratégias: 1) A demonstração de que as transferências causam mais influências a municípios menores, por meio da relação das transferências com o PIB municipal; 2) A demonstração dos diferenciais no ritmo de crescimento populacional, conforme estrato de renda domiciliar *per capita* e porte municipal; 3) A análise dos volumes migratórios, saldos líquidos e Índice de Eficácia Migratória, por estrato de renda domiciliar *per capita* e porte municipal (A estratégia 2 e 3 serão realizadas para os anos de 1991 e 2000, com o auxílio do Censo Demográfico e para 2009 com o auxílio da PNAD, sendo que o último período só permite a análise por interior e região metropolitana); 4) A análise da importância das transferências de renda por status migratório, através da análise das variáveis referentes a “outros rendimentos” na PNAD 2004 e 2009.

As análises terão como foco espacial o estado da Bahia, em decorrência da importância das transferências de renda e da dinâmica migratória para esse estado. Além disso, os programas de transferência de renda que apresentarão destaque na análise serão: A aposentadoria rural, o Benefício de Prestação Continuada (que começaram no início dos anos 90) e o Programa Bolsa Família (que apesar de ser recente, é o único programa de transferência de renda voltado para população em idade ativa).

CAPÍTULO 3

3. Panorama demográfico e migratório da Bahia

3.1. Panorama demográfico – Bahia 1980 a 2009

A Bahia é o quinto estado do país em extensão territorial com 564.830,859Km², correspondendo a 36,6% da área total do Nordeste. O estado tem divisa com: Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Piauí, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Tocantins. Ou seja, com quatro estados da região Nordeste, dois da região Sudeste e dois da região Centro Oeste²³. Atualmente conta com 417 municípios²⁴ e tem uma malha rodoviária de 14.222Km, o que representa 7,3% da malha rodoviária Brasileira e 26,8% do Nordeste. Considerando que o território Baiano cobre 36% do território Nordestino, a cobertura da malha rodoviária pode ser considerada pequena. Esse fato já revela uma das dificuldades da interiorização do desenvolvimento econômico, resultando que ele se concentre em alguns locais específicos nas divisas da Bahia com outros estados.

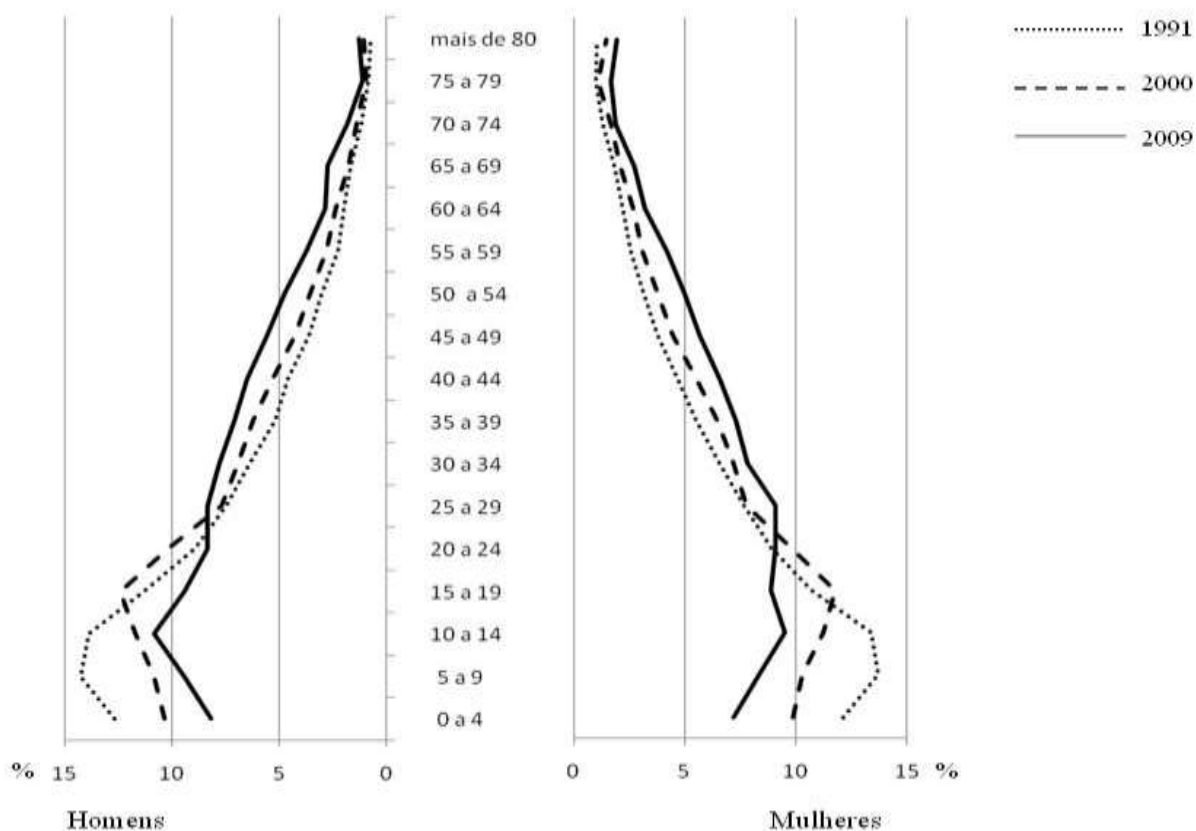
Segundo projeções populacionais, e conseqüente expansão da amostra da PNAD 2009, a Bahia é o quarto estado mais populoso do Brasil e o primeiro da região Nordeste, tendo 7,7% da população do Brasil e 27% da população do Nordeste. O estado, com uma razão de sexo de 97,4, apresenta maior quantidade de mulheres do que de homens, como o restante do Brasil, (já que apenas alguns estados da região Norte e o Mato Grosso do Sul, apresentam uma razão de sexo superior a 100), no entanto é 2,4 pontos maiores que a razão de sexo do Brasil.

Em relação à distribuição etária, verifica-se pela pirâmide etária (Figura 1) que a população concentra-se na faixa que vai dos 10 aos 25 anos. É uma população muito jovem, no entanto já se nota um processo de envelhecimento, tendo em vista que a base da pirâmide está mais estreita do que o seu meio. O que significa que nos últimos anos tem nascido uma menor quantidade de crianças. Mantido esse padrão, com o passar dos anos teremos uma maior quantidade de pessoas, nas idades ativas, e menores nas faixas etárias relativas às crianças e adolescentes. No futuro, os grupos etários que contêm uma maior quantidade de pessoas comporão a terceira idade, dessa forma mantido o mesmo padrão, iniciou-se um processo de envelhecimento populacional na Bahia.

²³ Este fato é importante, para compreender a dinâmica migratória da Bahia.

²⁴ No entanto até o Censo Demográfico de 2000 eram 415 municípios.

FIGURA 1 - Pirâmide etária da Bahia, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e PNAD (2009).

Além do envelhecimento populacional relativo, que reflete em grande medida a forte queda da fecundidade, a população tem vivenciado aumento na longevidade (Tabela 3). Ao mesmo tempo em que houve uma redução no número de nascimentos, também houve um aumento na esperança de vida ao nascer, o que faz com que a população torne-se cada vez mais envelhecida. A razão de dependência do estado da Bahia em 2009 era de 52,2, e o índice de envelhecimento de 28,5. Além das tendências da fecundidade e da esperança de vida, observa-se que a taxa de crescimento populacional cai pela metade entre 1991 e 2000, se comparada a observada nos anos 80, e estima-se que continua diminuindo no geral entre 2000 e 2009, porém voltando a crescer nas áreas rurais. Ao mesmo tempo em que o grau de urbanização cresceu em 20,3 pontos em todo o período, passando de 58,8 em 1980 para 72,6 em 2009.

TABELA 3 - Indicadores demográficos - Bahia 1980 a 2009

Especificação	População				Taxa Geométrica de Crescimento (a.a %)		
	1980	1991	2000	2009	80/91	91/00	00/09
Total	9.454.346	11.867.991	13.070.250	14.306.523	2,09	1,08	1,01
Urbana	4.660.304	7.016.770	8.772.348	9.954.732	3,79	2,51	1,41
Rural	4.794.042	4.851.221	4.297.902	4.351.791	0,11	-1,34	0,14
Grau de Urbanização	49,3	59,1	67,1	69,6	–	–	–
Taxa de Fecundidade Total	6,2	3,6	2,5	1,9	–	–	–
Esperança de vida ao nascer	58,8	64,7	67,7	72,6	–	–	–

Fonte: Guimarães (2004); SEI (2009).

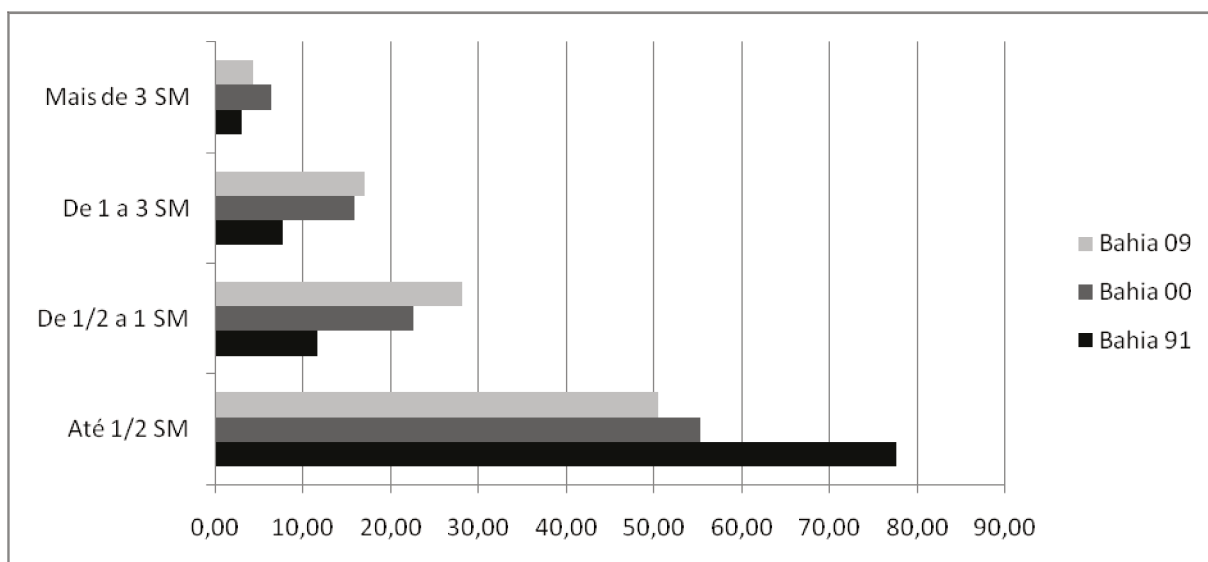
Antes de prosseguir, é importante desenvolver um pouco o perfil demográfico da população residente no estado da Bahia, por período, conforme a renda domiciliar *per capita*, já que as análises que se seguem serão feitas com base nessa divisão. Percebe-se conforme a Tabela 4 e a Figura 2 abaixo que apesar da população que compõem o estrato de renda mais pobre ainda ser a maior, a proporção diminui ao longo das décadas, enquanto aumentou a proporção de todas as outras, com exceção do último estrato de renda, que volta a diminuir em 2009. Sendo que o estrato que mais aumentou foi aquele composto pelo grupo com rendimento domiciliar *per capita* entre ½ e 1 salário mínimo.

TABELA 4 - Proporção da população por estrato de renda domiciliar *per capita* - Bahia e Brasil 1991, 2000 e 2009

	Bahia			Brasil		
	1991	2000	2009	1991	2000	2009
Até 1/2 SM	77,59	55,25	50,4	52,97	33,52	31,1
De 1/2 a 1 SM	11,6	22,59	28,1	21,2	23,27	29,4
De 1 a 3 SM	7,73	15,83	17	19,14	28,53	30,7
Mais de 3 SM	3,08	6,33	4,4	6,7	14,68	8,9

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) PNAD (2009).

FIGURA 2 - Proporção da população por estratos de renda domiciliar *per capita*. Bahia, 1991, 2000 e 2009



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

Em relação à razão de sexo por estratos de renda, de uma forma geral são semelhantes a da população total, em torno de 97,0 (Tabela 5). Apenas o segundo estrato de renda que em 1991 apresenta uma maior quantidade de homens do que de mulheres com uma razão de sexo de 101,25. Porém, nas décadas seguintes todos os grupos já apresentavam maior quantidade de mulheres do que de homens. Em suma, houve uma maior feminização da população baiana entre 1991 e 2000, a não ser para os mais pobres.

TABELA 5 - Indicadores demográficos da população segundo estratos de renda domiciliar per capita. Bahia. 1991, 2000 e 2009.

		1991	2000	2009
Razão de Sexo	Até 1/2 SM	97,6	99,23	96,45
	De 1/2 a 1 SM	101,25	97,49	99,82
	De 1 a 3 SM	98,92	97,03	96,65
	Mais de 3 SM	98,92	95,7	95,26
Razão de Dependência	Até 1/2 SM	96,36	77,35	64,23
	De 1/2 a 1 SM	57,06	54,81	46,65
	De 1 a 3 SM	48,2	38,6	34,6
	Mais de 3 SM	40,87	32,6	31,27
Grau de Urbanização	Até 1/2 SM	49,58	53,65	58,98
	De 1/2 a 1 SM	78,74	73,72	73,96
	De 1 a 3 SM	91,42	89,3	86,82
	Mais de 3 SM	95,88	96,54	96,23
Porcentagem de Negros na População	Até 1/2 SM	82,51	77,53	80,06
	De 1/2 a 1 SM	78,18	73,88	78,14
	De 1 a 3 SM	68,51	67,5	70,12
	Mais de 3 SM	46,5	47,2	52,39

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) PNAD (2009).

Quanto à razão de dependência desses grupos, percebe-se que à medida que a renda aumenta a razão de dependência diminui da mesma forma que ela reduziu ao longo do tempo. Em relação ao grau de urbanização também se nota que ele vai aumentando conforme aumenta a renda. Sendo importante destacar dois pontos, em 1991 havia mais pessoas na zona rural do que na zona urbana para o primeiro estrato de renda, fato que já se reverte na década seguinte. O outro ponto é que o grau de urbanização diminui em 2000 e 2009 para quem está no grupo de ½ a 1 salário mínimo de renda domiciliar *per capita*. Já em relação à porcentagem de negros na população, como era de se esperar ela diminui a medida que a renda aumenta.

A fecundidade no Brasil encontrou-se durante alguns anos em um processo de queda acelerada que vem desde os anos 40, no entanto o ritmo dessa queda se desacelerou entre 1991 e 2000. O que seria de esperar, já que à medida que a taxa vai se aproximando do nível de reposição, o ritmo da queda tende a se desacelerar. No entanto, como o nível de fecundidade não é a mesmo para todas as brasileiras, o ritmo de queda também não é. Assim entre 1991 e 2000 segundo Berquó e Cavenaghi (2004), as principais quedas aconteceram na população de baixa renda, rural e entre as mulheres negras. Se levarmos em consideração que a maior parte da

população baiana é de baixa renda, e a proporção de pessoas que moram na zona rural e são negras na população de menor renda na Bahia é significativa, pode-se imaginar, que houve uma queda significativa da fecundidade nesse estado durante o período analisado.

Em 1991 apenas as mulheres com até ½ salário mínimo de renda domiciliar *per capita* apresentavam um regime de fecundidade superior à taxa de reposição. Em 2000 o mesmo grupo mantém taxas de fecundidade superiores, com a diferença de que houve uma redução das taxas de fecundidade, inclusive com as mulheres sem rendimento e instrução até 3 anos, passando de uma média de 6,4 para 5,5. No Nordeste as mulheres que tem 5 ou mais filhos representavam 25,8% da população de mulheres em 1991 e 14,9% (índice maior do que a da região norte) em 2000. As mulheres que tinham entre 2,1 e 4,9 filhos representavam nos dois períodos 46,7%. E as que tinham taxa de fecundidade inferior a 2,1 representavam 27,5% em 1991 e 38,4% em 2000. Percebe-se segundo os dados que a proporção de mulheres em regime de alta fecundidade caiu substancialmente no Nordeste ao longo de uma década. Após traçar esse pequeno retrato da Bahia, cabe recordar um pouco da história do desenvolvimento econômico do estado da Bahia.

3.2. Bahia e o desenvolvimento econômico do país

Almeida (1977) traça a história econômica baiana desde meados do século XVIII, e aponta que este estado enfrenta graves crises econômicas desde a primeira metade do século XVII em decorrência do surgimento de outros concorrentes na produção de açúcar, embora no final do século tenha passado por uma breve recuperação da situação econômica, quando o mercado europeu abriu-se para o comércio do fumo. No entanto, com a febre da mineração no século XVIII, o açúcar teve a sua crise agravada, já que perdeu muitos trabalhadores livres e escravos para a região que concentrava a busca por ouro. A guerra da independência americana e a revolução industrial vieram para dar um novo fôlego para a economia baiana, com uma abertura de oportunidades para o algodão. Com o fim da guerra de independência dos Estados Unidos, restou no século XIX o consumo crescente de algodão pela indústria inglesa, ao mesmo tempo em que o açúcar da beterraba começava a se estabelecer na Europa, diminuindo a demanda pelo açúcar baiano. Em 1850, foi dada maior atenção para a economia baiana, no entanto houve uma epidemia de cólera em 1855, aliada a um enorme período de seca que perdurou entre 1857 e 1861. Entre 1860 e 1865 a guerra de secessão nos Estados Unidos ofereceu uma nova oportunidade para a melhora da economia, mas logo em seguida veio à guerra do Paraguai, que

exigiu muitos escravos para servirem de soldados, o que fez com que a Bahia não aproveitasse o lucro do período anterior. A seguir surge à concorrência dos diamantes do Cabo (que atrai mais investimento de Portugal) e o êxodo de escravos para o sul deflagra outra crise que se prolonga até 1890. A partir desse ano surge o cacau e a borracha, com uma crescente comercialização principalmente do cacau a partir de 1900.

Com a primeira guerra mundial, o açúcar ganha novas oportunidades, assim como o café, devido ao aumento do seu preço. Entretanto, com as constantes crises de flutuação de preços, bem como com uma sucessão de crises climáticas a Bahia novamente não conseguiu acumular capital, para prosseguir com os investimentos. Além do mais, a Bahia apresenta um histórico de concentrações de terras e capital na mão de uma minoria, o que contribui para a maior dificuldade de se realizar investimentos. Essa concentração e a convivência dos minifúndios com os latifúndios vêm desde a época colonial, com a distribuição das sesmarias²⁵. Os pequenos agricultores que não tinham acesso à distribuição de terras iam atrás de terras longe do alcance das autoridades, situada entre os limites das grandes propriedades. Desde a época colonial a situação dos grandes latifúndios se perpetua, através da manutenção da mesma elite no poder.

Diante desse quadro, entre 1920 e 1949 alguns municípios perderam cerca de 50% das suas populações para São Paulo, mas, apesar dessas oscilações a variedade da exportação agrícola lhe assegurou um grau menor de instabilidade que outros estados do país. Além do mais, a variedade de produção para consumo interno, manteve um padrão de vida não-monetário que, embora baixo, ainda apresentava-se melhor do que outros locais. Não obstante, frente às oscilações das exportações, reduziu-se a sua capacidade de importar alguns bens que iam surgindo com os hábitos modernos enquanto as condições econômicas não favoreciam a criação e manutenção de atividades industriais. Os obstáculos naturais aos transportes, a carência de energia e a deficiência de capitalização vieram a retardar a recuperação da Bahia, fazendo com que os capitais e muitas pessoas de iniciativa passassem a buscar oportunidades fora do estado.

Pedrao (2003) alerta que os capitais formados no sistema produtivo tradicional conseguiram usar o seu patrimônio e seu poder para participar da modernização sem perder a sua base rural tradicional. A herança do sistema escravista juntamente com a concentração das propriedades rurais e a automação da agricultura gerou uma enorme exclusão social. Com o

²⁵ A princípio as sesmarias poderiam ter o tamanho apenas que um homem e a sua família pudessem cultivar. Mas essa regra nunca foi obedecida, e as propriedades eram divididas em grandes latifúndios.

advento do capitalismo industrial temos uma desorganização da produção mercantil na Bahia e a fragilidade da industrialização, na medida em que o pouco que produzia era para exportação, gerando um mercado regional instável. Enquanto ocorria no Sudeste uma concentração de capitais e conseqüentemente de emprego, ocorria na região nordeste uma concentração da pobreza, resultante não só da falta de emprego, como do alto índice de agricultura de subsistência e dos baixíssimos salários. Esses foram os fatos que formaram a dinâmica econômica do estado da Bahia.

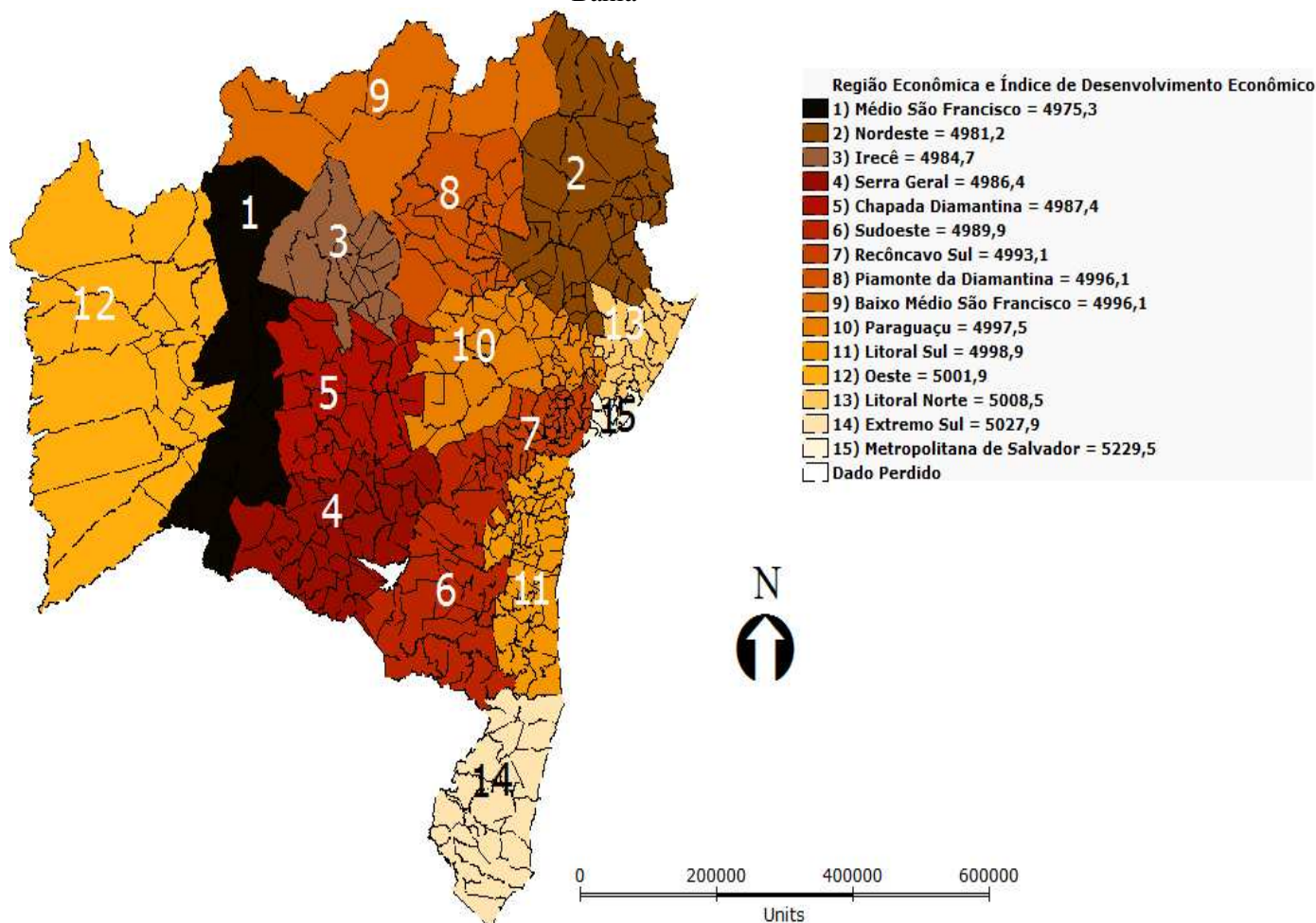
Atualmente a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI divide a Bahia em 15 regiões econômicas, e ao se analisar a economia baiana conforme essas regiões percebem-se que apesar de haver alguns pontos de desenvolvimento industrial ainda é o desenvolvimento agrícola a principal fonte de desenvolvimento econômico da Bahia. As regiões econômicas são: Metropolitana de Salvador, Extremo Sul, Paraguaçu, Oeste, Serra Geral, Litoral Norte, Sudoeste, Litoral Sul, Piamonte da Diamantina, Médio São Francisco, Baixo médio São Francisco, Nordeste, Irecê, Chapada Diamantina, Recôncavo Sul²⁶ (Mapa 1).

A Região Metropolitana de Salvador é a mais desenvolvida do estado, concentrando-se nela as principais indústrias, como as de metal-mecânico e petroquímica, além de outras de bens de consumo, como a indústria têxtil. O Extremo Sul é a segunda região de maior atração de investimentos, com a concentração da produção de celulose, fruticultura e setor mineral, além de um acentuado desenvolvimento agropecuário e o segundo mais importante pólo turístico da Bahia, contemplando o circuito do descobrimento do Brasil. A Região de Paraguaçu conta com a cidade de Feira de Santana (segunda maior concentração urbana), que desfruta da economia de aglomeração da RMS, sendo um ponto de passagem entre o Sudeste e o restante do Nordeste, funcionando como uma cidade de desenvolvimento no setor de serviços. Na região Oeste localiza-se a cidade de Barreiras, que se destaca e atualmente na produção de grãos, na fruticultura e na pecuária extensiva. A Região da Serra Geral é a região menos urbanizada da Bahia, possuindo uma agricultura fundamentalmente baseada na cultura do algodão e na atividade de mineração. A Região do Litoral Norte tem uma produção diversificada contando com a exploração petrolífera, fruticultura e beneficiamento de madeira. A Região Sudoeste tem a sua referencia em Vitória da Conquista, com a cafeicultura e a indústria de transformação e um importante pólo têxtil em Jequié. Na Região Litoral Sul os principais municípios são Ilhéus e

²⁶ A descrição que se segue está baseada em Alcoforado (2003).

Itabuna com a atividade cacauieira e a pecuária bovina, além da atividade turística. A Região Piamonte da Diamantina é a mais pobre do estado, contando principalmente com investimentos na área da mineração, mas também com inversões na pecuária bovina e na plantação de sisal. A Região do Médio São Francisco tem em Bom Jesus da Lapa o seu principal pólo, com a produção de frutas para exportação e hortícolas irrigadas, com tecnologia de ponta. A região do Baixo Médio São Francisco tem Juazeiro como o seu expoente, tem a agricultura irrigada, o comércio e os serviços as suas principais atividades econômicas. A Região Nordeste tem o seu principal pólo em Paulo Afonso com a agropecuária e a produção de energia elétrica. A Região do Irecê recebe o nome da sua principal cidade, com a cultura do feijão, e mais recentemente a produção de furtas e hortaliças. A Região da Chapada Diamantina, tem em Seabra e Lençóis as suas principais cidades e tem na atividade mineral e no turismo as suas principais atividade econômicas. Por último a região do Recôncavo Sul, que não apresenta nenhuma atividade econômica específica (ALCOFORADO, 2003).

MAPA 1 - Região econômica e índice de desenvolvimento econômico - Bahia



Fonte: SEI.

Apenas cinco municípios²⁷ representaram 46,9% do PIB²⁸ da Bahia em 2007, sendo que só a RMS de Salvador era responsável por 41,7% do PIB e a cidade de Salvador por 24,9%. No entanto, essa concentração já reduziu. Em 1999 as cinco cidades eram responsáveis por 51,4%, enquanto a RMS participava com 46,7% do PIB. Em 2007 o PIB baiano cresceu 5,3%, principalmente em função do bom desempenho do setor de serviços e da indústria, 5% e 4,5% respectivamente, representando juntos 91% do PIB estadual (sendo 63% de serviços e 28% de indústria). No entanto, foi a agropecuária que por todo o território, principalmente na região Oeste, que apresentou o maior crescimento (9,1%).

²⁷ Essas cidades são: Salvador (24,37%); Camaçari (9,49%); São Francisco do Conde (6,52%); Feira de Santana (4,31%); Candeias (2,26%).

²⁸ Informações em: SEI – Resultado do PIB municipal revela leve desconcentração espacial na economia Bahiana.

Como se vê na descrição das principais atividades econômicas, a maior parte do estado da Bahia tem sua vocação voltada para o setor primário. O que não é de se estranhar caso se leve em consideração que enquanto o grau de urbanização do Brasil é de 84,0% na Bahia é de 69,6%²⁹. A grande extensão de área rural também se reflete na densidade demográfica desse estado. Enquanto a Bahia é, conforme o Censo Demográfico de 2010, o quarto estado mais populoso do Brasil com 14.021.432 habitantes, é o 15º estado com maior densidade demográfica, com 24,83 habitantes por Km². Tendo em Salvador e Lauro de Freitas as cidades mais povoadas.

A Bahia desde a sua origem teve no rural o seu principal meio de obtenção de divisas, assim sempre conviveram juntos os grandes latifúndios com os pequenos proprietários que viviam de uma agricultura de subsistência. Com o passar dos anos e a crescente urbanização, os pequenos proprietários que vivem em áreas estagnadas que não apresentavam possibilidades de obtenção de renda, se viram obrigados a optar pela migração. Assim, inicia-se a partir dos anos 40 um significativo êxodo principalmente da população excedente, da Bahia para os estados do Sudeste.

3.3. Um pouco da história migratória da Bahia

A migração é um fenômeno social e como tal está condicionada aos processos sociais e não a vontade individual de cada um. Conforme Dias (2007) as dinâmicas sociais incidem sobre os grupos sociais estimulando-os ou desacelerando-os frente às oportunidades de movimentação entre um local e outro. Embora o que realmente se apresenta como os motivos do movimento seja a busca por melhores condições de vida, essas condições podem variar conforme a cultura, a posição na estrutura socioeconômica, a inserção no mercado de trabalho, o contexto ideológico, político e espacial. Ainda é importante lembrar que Singer (1980) já ressaltava que apesar da migração ter uma causa quase sempre de fundo econômico, essas causas atingem os diferentes grupos que compõem a estrutura social de forma diferente. Sendo importante ressaltar que depois dos anos 80, principalmente a partir do século XXI a dinâmica econômica deixa de determinar de forma tão direta as dinâmicas migratórias, apesar da localização das atividades econômicas disponibilizarem emprego e renda, o excesso de pessoas pode trazer outros problemas como a precarização da infra-estrutura, o déficit habitacional, o aumento da desigualdade, entre outros.

²⁹ Dados SEI - PNAD 2009. No entanto de acordo com o censo demográfico 2010, o grau de urbanização está em 72,06.

Antes de declarar um lugar como um atrativo populacional, é preciso entender que as vantagens e desvantagens de um local se dão em relação a outro e dependem do grupo que está, pelo menos potencialmente, em movimento. Segundo Dias (2007) a precariedade da infra-estrutura na origem tende a afetar mais os pobres, que não tem como acessar esses serviços por meios próprios. Assim, as pessoas que estão nos estratos mais baixos da renda não são tão atraídas pelos fatores positivos do destino, mas sim expulsas pelos fatores negativos na origem. Por outro lado, os fatores de atração causariam maior impacto nas pessoas de maior renda. Entre os fatores de expulsão podemos destacar: falta de infra-estrutura, emprego, serviços sociais (educação, saúde, assistência social, lazer, etc.), de habitação, falta de políticas agrícolas e anormalidades climáticas.

A história migratória da Bahia começa com a vinda dos portugueses para o Brasil, para a ocupação das grandes áreas agriculturáveis presentes no estado. No entanto, o surgimento da Bahia como um dos principais estados emissores de população se inicia no começo do século XX, com a emergência da indústria paulista, que além de monopolizar os investimentos, passa a demandar uma grande quantidade de mão de obra. Muitos desses imigrantes que se dirigiam para o Sudeste foram para a zona rural, ocupando o espaço que os próprios habitantes da zona rural do Sudeste deixaram. Entre os anos 1930 e 1970 os estados Nordestinos foram os maiores fornecedores de mão-de-obra para a industrialização que se intensificava no Sudeste e entre os estados dessa região a Bahia foi o maior emissor de população para outras regiões. Em 1940 já haviam se dirigido para outros estados uma população superior à de Salvador. Na segunda metade do século XX, se inicia uma série de grandes investimentos na Bahia, com a intenção de produzir insumos para a crescente indústria paulista. Esses investimentos deram-se principalmente no setor petrolífero com a instalação da Refinaria Landulpho Alves, localizada no recôncavo baiano, com o Centro Industrial de Aratu e com a instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari. Esses novos investimentos geraram desenvolvimento e por consequência mudanças estruturais no mercado de trabalho e no setor de serviços, fazendo com que as atividades que estavam ligadas as culturas tradicionais, que já estavam em retração, viessem a se esgotar completamente, acelerando assim a imigração. Porém, assim que se iniciam investimentos voltados para a área industrial e para o desenvolvimento da agroindústria, nos anos 1970, passa a ocorrer uma redução do saldo líquido migratório negativo. Ainda há uma maior emigração do que imigração, porém esse *gap* vem diminuindo nos últimos 30 anos.

É importante ressaltar, que o grande peso da imigração para a Bahia, sempre esteve nos próprios estados Nordestinos. Além disso, entre 1960 e 1980 notaram-se dois fenômenos paralelos: 1) a tendência de diminuição da emigração inter-regional; 2) a persistência do êxodo rural, mas agora dirigido para as próprias áreas urbanas Nordestinas (SEI, 2007).

3.3.1. Migração interestadual

Serão traçados alguns aspectos das tendências migratórias interestaduais que ocorreram para a Bahia nas últimas décadas do século XX, com os dados dos Censos de 1991 e 2000. Tanto a imigração quanto a emigração cresceram em termos percentuais, tanto que a Bahia continua no término do período analisado sendo o estado que apresenta os saldos migratórios negativos de maior valor absoluto³⁰. No entanto, o crescimento da imigração foi mais significativo (saindo de 3,7% para 4,8%, enquanto a emigração passou de 9,3% para 9,9% - Tabela 1 do anexo), fazendo com que a magnitude desse saldo reduzisse ao longo do período. Quando se analisa a proporção de imigrantes e emigrantes em relação à população total da Bahia, observa-se que enquanto a proporção de imigrantes passou de 1,8% para 2,1% a de emigrantes se manteve praticamente a mesma passando de 4,5% para 4,4% (Tabela 2 do anexo). A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) também alerta para o fato de que com essa proporção de emigrantes em torno dos 4,5% a Bahia está longe de ser o estado com os maiores índices de incidência emigratória do país ou mesmo da região Nordeste.

Ao analisar os fluxos migratórios da Bahia em relação ao Brasil, nota-se que as trocas migratórias são mais intensas em relação à Região Sudeste, a proporção dos fluxos tanto da emigração quanto da imigração aumentaram ao longo do período estando acima de 50%. A segunda troca mais significativa em relação à imigração é com a própria Região Nordeste, que apresentou queda ao longo do período em decorrência da maior concentração na Região Sudeste no último período. Já em relação à emigração a Região Nordeste divide o segundo lugar com a Região Centro Oeste, devido à diminuta diferença entre as duas, sendo que no último período o Centro Oeste ultrapassa o Nordeste em números absoluto (Tabela 3 do anexo). Ao considerar as informações estaduais, o estado que tem a maior participação na imigração para a Bahia é o Estado de São Paulo, com uma proporção que passou de 31,4% no primeiro período para 42,2%

³⁰ O saldo migratório residual é de -267.466 de 1986 a 1991, porém no primeiro período, de 1995 a 2000 era de -282.477.

no segundo. Logo, o crescimento na participação relativa de São Paulo faz com que ocorra uma redução na participação de outros estados. Da mesma forma que na imigração a maior proporção de emigrantes também se encaminha para São Paulo, que concentrou mais de 50% do efetivo de emigrantes procedentes da Bahia. Pernambuco aparece como o segundo estado que mais fornece imigrantes para a Bahia, tendo sua participação diminuída ao longo do período em decorrência do aumento da participação de São Paulo. Em relação à emigração, temos alguns outros estados além de São Paulo que participam de maneira geral mais ou menos com a mesma importância como receptores da população baiana, entre eles estão os outros estados do Sudeste além de Goiás e do Distrito Federal (Tabela 4 do anexo).

A Região Metropolitana de Salvador (RMS), a Extremo Sul e a Nordeste, se mantiveram em 2000 como as regiões mais atrativas de moradores do estado da Bahia. No entanto, a importância relativa dessas regiões sofreu uma pequena queda durante os dois períodos analisados, principalmente em relação à RMS que sofreu queda percentual de 3,2 pontos. No que se referem à emigração, as regiões econômicas que registraram as maiores perdas foram o Litoral Sul, a RMS e a Sudoeste, sendo que dessas apenas o Litoral Sul apresentou aumento na participação relativa das emigrações passando de 1,2% para 15,2%, mesmo com a emigração da região Sudoeste tendo caído em termos absolutos entre os dois períodos. Também é importante destacar que a região Sudoeste foi a que apresentou maior ganho de incremento relativo (90%). (Tabela 5 do anexo). De acordo com a SEI (2007), no ano de 2000, dos 417 municípios baianos 21 abrigavam pouco mais de 50% do contingente de imigrantes - Salvador sozinho era responsável por 14% dos imigrantes. Enquanto um grupo de 32 municípios respondeu por mais de 50% da emigração interestadual. De um modo geral, esses municípios apresentavam-se como os mais significativos em termos demográficos e econômicos do Estado.

Também é importante destacar a importância da imigração de retorno para o estado da Bahia. O imigrante retornado é o indivíduo natural da Bahia que não declarou esse estado como local de residência em 1986, no Censo de 1991, ou em 1995, no censo de 2000. Entre os períodos analisados verificou-se um aumento considerável na participação dos imigrantes de retorno que passou de 32,7% no primeiro período para 43,1% no segundo período. Entre os imigrantes de retorno a Região Sudeste é o principal local de saída dessas pessoas, passando de 74,7% no primeiro período para 77,3% no segundo. Quando olhamos para a espacialização da migração de retorno na Bahia observamos que a RMS de Salvador tem a maior participação na recepção dos

retornados, observando-se, no entanto, uma queda acentuada nessa participação de 17% para 13,3% no período analisado (1986-1991 e 1995-2000), enquanto a Região Sudeste passa de terceiro centro receptor de retornados para segundo lugar no mesmo período.

O retorno na primeira década do século XXI tem ganho cada dia mais importância. Segundo a Tabela 6, percebe-se que durante a última década o percentual de retornados esteve sempre acima dos 50%, sendo que o seu menor valor foi obtido em 2004, voltando a crescer e atingir o percentual de 63% em 2009. Entretanto é importante notar que o volume de imigrantes para a Bahia, variou entre esses mesmos anos, atingindo o seu menor valor em 2004, voltando a crescer em 2006 e reduzindo novamente nos anos seguintes. Apesar de entre 2008 e 2009 a quantidade de imigrantes diminuir, a quantidade de retornados aumenta em termos absolutos. Em suma, é preciso ter em mente que a migração de retorno compõe atualmente a maior parte da imigração baiana.

TABELA 6 - Proporção de migrantes de retorno e migrantes não naturais - Bahia 2002 a 2009

	2002		2004		2006		2008		2009	
	População	%	População	%	População	%	População	%	População	%
Retornados	321.174	60,42	260.164	55,99	287.227	56,37	292.412	61,61	293.290	62,98
Não Naturais	210.397	39,58	204.514	44,01	222.299	43,63	182.213	38,39	172.427	37,02
Migrantes	531.571	100	464.678	100	509.526	100	474.625	100	465.717	100

Fonte: Fundação IBGE - PNAD's (2002; 2004; 2006; 2008; 2009).

3.3.2. Migração intra-estadual

Em relação à migração intra-estadual, 26 municípios baianos foram responsáveis pela metade dos imigrantes, com Salvador sendo responsável pela maior absorção, de 13,7% dos imigrantes intra-estaduais. Essa importância torna-se mais significativa quando se nota que esse percentual é quase 10 pontos acima do percentual de Feira de Santana, segundo município receptor com apenas 4%. As outras cidades que participam com mais de 2% na recepção dos imigrantes são: Porto Seguro, Barreiras, Lauro de Freitas, Camaçari e Vitória da Conquista. No entanto, apesar de Salvador ser o principal receptor da migração intra-estadual, a cidade também é a principal emissora de população, sendo responsável por 14,7% das pessoas que decidem migrar para outros municípios baianos. Quanto à emigração, a diferença entre Salvador e as demais cidades é mais significativa, sendo a diferença de 11,7 pontos entre a capital e Feira de

Santana, que também é a segunda principal cidade quando se trata de emigração intra-estadual. A outra única cidade que participa com mais de 2% das emigrações é Itabuna. Salvador se configura assim como uma cidade que tanto atrai quanto expulsa, servindo de ponte para outros deslocamentos. Considerando as entradas e saídas dentro da Bahia, apenas sete municípios apresentaram saldo migratório positivo: Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas, sendo que Porto Seguro apresenta o maior saldo migratório positivo.

De acordo com a SEI (2007) a migração na Bahia é um fenômeno seletivo que se concentra nas idades economicamente ativas. Assim ela costuma se concentrar nas idades adultas entre 15-64 anos, com alguma participação significativa das crianças e adolescentes entre 0-14 anos, já que esse grupo, em geral, é obrigado a seguir as decisões migratórias de seus pais. Em 2000 o grupo em idade economicamente ativa representava 74,4% dos imigrantes com concentração de 37,5% entre as idades de 20-34 anos. Todas as faixas sofreram aumento em termos absolutos, sendo a faixa etária 45-49 anos a que sofreu maior incremento em termos relativos, o que poderia, de acordo com a SEI (2007), significar uma maior influência da migração de retorno. Quanto aos outros grandes grupos etários, houve uma redução na participação das crianças passando de 27,6% para 23%, enquanto os idosos tiveram um pequeno aumento de 0,6 pontos percentuais. A redução no primeiro grupo etário não significa que esteja ocorrendo uma menor imigração de famílias, estando relacionado à queda da fecundidade e ao aumento da longevidade, como ocorre na população em geral. Entre os emigrantes a maior representatividade também está no grupo 15-64 com um aumento entre os períodos de 75,8% para 77,1%, enquanto o grupo das crianças sofreu uma redução de 1,6 pontos percentuais e os idosos um aumento de 0,3 pontos. Entre os adultos, o grupo de maior representatividade se estabeleceu entre os 15 e 29 anos mostrando um perfil mais jovem da emigração se comparado à imigração (Tabela 6 no anexo).

Em relação à distribuição por sexo dos migrantes, observa-se no último período que a razão de sexo³¹ dos imigrantes foi de 101,4, enquanto no primeiro período era 99,0. Segundo a SEI (2007), a maior participação masculina pode estar relacionada ao aumento da migração de retorno, já que o percentual de homens nesse grupo é maior do que entre os não naturais. Entre os

³¹ A razão de sexo de determinada população é obtida dividindo-se o número total de homens pelo de mulheres e multiplicando-o por 100.

emigrantes a razão de sexo passou de 96,7 para 91,1 entre os dois períodos. Assim, observou-se um aumento na participação feminina entre as pessoas que estão saindo da Bahia. A SEI (2007) ao realizar uma análise da estrutura etária dos emigrantes, imigrantes e não migrantes aponta para o fato de que a cúspide para os não migrantes em 2000 encontrava-se entre 10-14, enquanto a dos emigrantes estava localizada entre 15-19 e dos imigrantes entre 30-39:

Tal distribuição etária demonstra que os fluxos de saída de pessoas do estado da Bahia são compostos predominantemente por pessoas mais jovens, ao passo que nos fluxos de entrada é maior a incidência de pessoas em idade mais maduras. Esta evidência estatística confirma um fenômeno percebido empiricamente no interior do estado, onde a saída de pessoas costuma ocorrer em idades mais jovens devido à falta de oportunidades de emprego e, também, de estudo para estas faixas etárias. A partir dos 40 anos, os maiores percentuais de participação são encontrados entre os não migrantes, confirmando ser esta categoria mais envelhecida do que os migrantes (SEI, 2007, p.75).

Da mesma forma que em relação à migração interestadual, os migrantes intra-estaduais concentram-se no grupo de idade ativa (15-59 anos). Sendo que a maior participação desse grupo se dá na cidade de Salvador, o que indica a maior procura por trabalho na maior cidade do estado. Também nota-se uma importância significativa das crianças, ao redor dos 20%, o que denota a importância da migração familiar. Além do mais, três municípios da Região Sudoeste (Jequié, Itapetininga e Poções) destacam-se na imigração de idosos, com uma população migrante de cerca de 9%. Quanto à razão de sexo, a menor é encontrada em Salvador (69,9%), o que demonstra o papel significativo das mulheres entre os imigrantes desse município, fato que pode estar associado à crescente importância do setor de serviços nessa cidade, setor que atrai muitas mulheres. Por outro lado nota-se um maior percentual de mulheres emigrantes entre municípios próximos da mesma região, indicando que talvez as mulheres realizem mais movimentos de curta distância. Enquanto isso, três cidades da região Extremo Sul (Santa Cruz de Cabrália, Itamaraju e Eunápolis) registraram um maior percentual de homens do que de mulheres entre os imigrantes, fato que pode estar associada à importância da produção de celulose na região, atividade que demanda mão de obra masculina. Em contrapartida há uma maior participação de homens entre a emigração de Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Barreiras. Nos dois primeiros esse fato pode estar associado a uma crescente importância do setor de serviços que demanda mais mão de obra feminina e por outro lado a crescente indústria agrícola tradicional que se desenvolve no sul do estado. Em relação ao município de Barreiras, os homens, principalmente os de baixa

escolaridade, podem estar procurando emprego nos municípios próximos em decorrência da especialização da agricultura de alta tecnologia neste município.

No que trata da escolaridade, a população concentra-se no grupo de 4 a 7 anos de estudo, o que é natural na medida em que a população brasileira está concentrada no mesmo grupo, no entanto o segundo grupo mais significativo é o de 11 anos ou mais de estudo. Sendo que nos municípios localizados ao sul da Bahia, encontram-se mais de 30% dos imigrantes concentrados no grupo de até 3 anos de estudo, fato que pode estar associado a região estar ligada a zonas de agricultura tradicional como a produção do cacau e da celulose. Por outro lado, Salvador e Lauro de Freitas foram às cidades com o maior percentual de imigrantes intra-estaduais com mais de 11 anos de estudo.

3.3.3. Saldos migratórios dos municípios Baianos

Segundo a SEI (2007), levando em consideração os movimentos interestaduais e intra-estaduais, em 2000 existiam 91 municípios com saldos migratórios positivos contra 324 com saldos negativos. Dos municípios com saldo positivo, apenas 19 tinham saldos superiores a mil indivíduos e, desses, cinco são da RMS (Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Dias d'Ávila e Vera Cruz), sendo Lauro de Freitas o único município com saldo superior a vinte mil migrantes. Esse município, além de contar com o dinamismo da RM de Salvador, e com a proximidade à capital, conta com uma dinâmica econômica própria e boa infra-estrutura em termos de trabalho, comércio e serviços. Além disso, outros municípios como Dias d'Ávila e Vera Cruz são considerados locais tranquilos para moradia, ao mesmo tempo em que desfrutam da dinâmica econômica da RM. Da região Econômica do Extremo Sul, há quatro municípios com saldos positivos (Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia, Mucuri e Teixeira de Freitas). A maior imigração para esses locais está associada ao aumento do turismo na região e da implantação da indústria de celulose. Os demais municípios distribuem-se por mais nove Regiões Econômicas: dois localizados no Piemonte da Diamantina (Pindobaçu e Ponto Novo); dois no Médio São Francisco (Sítio do Mato e Serra do Ramalho); e um nas Regiões Oeste (Barreiras), Recôncavo Sul (Cruz das Almas), Baixo Médio São Francisco (Juazeiro), Chapada Diamantina (Ibicoara), Nordeste (Santaluz), Sudoeste (Poções) e Serra Geral (Piripá). Os saldos positivos nesses municípios estão associados a diferentes razões: A localização estratégica de Barreiras e Juazeiro (sendo municípios de divisa), com a ampliação de projetos de irrigação; a implantação de

projetos de mineração em Ponto Novo; a existência de assentamentos rurais em Serra do Ramalho, Sítio do Mato e Poções, sendo que Poções ainda recebe uma porção dos imigrantes que se dirigem para Vitória da Conquista.

Ainda segundo a SEI (2007), dentre os municípios que apresentaram saldo migratório negativo entre 1995 e 2000 39 apresentaram perdas superiores a dois mil indivíduos. Grupo composto predominantemente por municípios da Região Econômica Litoral Sul (com 14 deles), além de mais três municípios do Extremo Sul, o que dá um total de 17 municípios na parte sul da Bahia com saldos negativos significantes. Também com três municípios cada, aparecem as Regiões Recôncavo Sul, Médio São Francisco e Piamonte da Diamantina. Entre os municípios que apresentaram saldo migratório negativo se incluem alguns com grande importância para a economia baiana, como o eixo Itabuna-Ilhéus, Jequié, Senhor do Bonfim, Serrinha, Alagoinhas, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa, Irecê e Jacobina. É importante ressaltar que esses municípios de uma forma geral estão próximos a outros com saldos positivos, principalmente no sul do estado onde nota-se uma grande circulação de pessoas. Também é importante destacar que Salvador aparece nesse quadro como a principal cidade perdedora de população com um saldo negativo de -22.084 habitantes sendo que grande parte desse contingente migra para as outras cidades da própria RM, com alguns de maior escolaridade e renda indo para municípios como Lauro de Freitas e os de menor renda e escolaridade indo para municípios como Camaçari.

Neste ponto é importante destacar que se, por um lado, a concentração da dinâmica econômica em teoria faz com que os municípios sejam atrativos, por outro lado, essa mesma razão também pode fazer com que eles não o sejam, já que um município que abriga grande parte da dinâmica econômica de uma região também apresenta altos custos de moradia e outros problemas de cunho ambiental e de infraestrutura. Com a ampliação das tecnologias de comunicação e da rede de transporte, as pessoas podem estar economicamente ligadas a um município, mas morarem em outro. Fato que ocorre não apenas na Região Metropolitana de Salvador, mas como na região de Barreiras, de Juazeiro, de Feira de Santana entre outras.

3.4. Tamanho e distribuição populacional do estado da Bahia

A distribuição espacial da população baiana de acordo com a Tabela 7 concentra-se, como é de se esperar, nas cidades com mais de 50 mil habitantes com 43,72% da população em 1991 e 48,26% em 2000, demonstrando uma maior concentração da população nas cidades maiores.

Houve uma redução de cerca de dois pontos na parcela da população que vivia nas cidades pequenas e médias entre um ano e outro (passando de 16,81% para 14,19% nas cidades pequenas e de 39,47% para 37,55% nas cidades médias). Sendo importante ressaltar que enquanto cerca de 15% da população vivia em cidades pequenas, elas compunham mais de 40% das cidades baianas. Também é importante destacar que aproximadamente ¼ da população baiana (2.881.158 pessoas em 1991 e 3.380.913 pessoas em 2000) concentra-se em apenas quatro municípios: Ilhéus, Vitória da Conquista, Feira de Santana e Salvador. Sendo aproximadamente 4% em Feira de Santana e 18% em Salvador.

TABELA 7 - Distribuição das cidades e da população por volume populacional - Bahia, 1991 e 2000

População	1991				2000			
	Nº Cidades	%	População	%	Nº Cidades	%	População	%
Até 15.000	188	45,41	1.977.939	16,81	176	42,41	1.852.396	14,19
De 15.000 a 50.000	193	46,62	4.645.190	39,47	201	48,43	4.900.324	37,55
Mais de 50.000	33	7,97	5.144.975	43,72	38	9,16	6.297.911	48,26
Total	414	100	11.768.104	100	415	100	13.050.631	100

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

De acordo com Muricy (2003), apesar da taxa de fecundidade total encontrar-se atualmente abaixo do nível de reposição, a taxa de crescimento populacional passou por momentos de significativo crescimento. Entre as primeiras décadas do século XX e a metade dos anos 1960, houve uma combinação do declínio persistente da mortalidade, com níveis muito altos de fecundidade que fez com que a Bahia atingisse um patamar próximo a 3% de crescimento ao ano na década de 60. Durante esse período houve um rejuvenescimento da população, fazendo com que a população entre 0 e 14 anos passasse da marca dos 45% do total. No entanto, após os anos 60, a contínua queda da mortalidade que se acentuou depois dos anos 70, passou a ser acompanhada por uma queda rápida e contínua também das taxas de fecundidade, que passa no Brasil de 6,5 filhos por mulher em 1940 para 4,2 em 1980, com uma alteração de 35,4% nesse período. Essa combinação fez com que a proporção de menores de 14 anos passasse para 38%.

A redução do ritmo de crescimento demográfico está diretamente relacionada com a queda vertiginosa da fecundidade na Bahia. Segundo Guimarães (2008) a taxa de fecundidade passou em 5,7 filhos por mulher em 1980 para 3,3 em 1991 e 2,3 em 2000 e o ritmo de crescimento vem sendo afetado principalmente pelo componente vegetativo da equação

demográfica³², com a taxa anual de crescimento vegetativo reduzindo 2,38% entre 1950 e 1960, 2,65% de 1960 a 1970, 2,48% na década de 1970, 1,8% entre 1980 e 1991 e 1,35% entre 1991 e 2000. Guimarães (2008) ressalta que a taxa de fecundidade baiana continua declinando durante a última década sendo de apenas 1,9 filhos por mulher em 2007, ou seja, abaixo do nível de reposição e da média nacional (1,95). No entanto, é importante lembrar que conforme Berquó e Cavenaghi (2004) mesmo que a maior parte da população brasileira ainda apresente níveis baixos de fecundidade, ainda existem segmentos populacionais para os quais a fecundidade está nos patamares do início da transição em meados da década de 1960. Apesar de esses grupos serem compostos por parcela cada vez menor da população, ainda fala-se de quase 3 milhões de mulheres que em 2000 apresentava taxas de fecundidade superiores a 5 filhos por mulher, o que representava 6% da população feminina em idade reprodutiva, observando-se que essas mulheres se concentravam nas camadas mais pobres da sociedade.

O ritmo de crescimento da Bahia vem mudando ao longo das últimas décadas. Segundo Muricy (2003), entre 1991 e 2000 a taxa geométrica de crescimento foi 1,52% ao ano, 0,57 pontos a menos que na década anterior (de 2,09% entre 1980 e 1991 e de 2,35% entre 1970 e 1980.) Essa redução no ritmo de crescimento demográfico reflete uma série de transformações que tem origem nas primeiras décadas do século XX, e vem se desenvolvendo até os dias atuais. O crescimento demográfico de um local está associado diretamente a dois elementos endógenos (a natalidade e a mortalidade) e a dois elementos exógenos (emigração e imigração). Esses elementos não são meros reflexos da esfera biológica ou econômica, mas enquanto elementos estruturantes de uma sociedade são afetados por todos os fenômenos sociais. Por exemplo, uma mudança na dinâmica religiosa de uma sociedade pode afetar as relações conjugais que conseqüentemente podem afetar a fecundidade de uma população.

Outro fato importante da dinâmica demográfica do estado da Bahia é a grande parcela da população residindo em zona rural, o que implica em dinâmicas diferenciadas tanto em relação à fecundidade, mortalidade e acesso a serviços, quanto como às possibilidades de obtenção de renda. Até 1970 mais da metade da população baiana encontrava-se na área rural. O grau de urbanização do estado começa a aumentar quando nos anos 1970 inicia-se o tão conhecido “milagre econômico”, com a ida de empresas automobilísticas e petrolíferas. Com a ampliação da força industrial, iniciou-se uma ampliação dos direitos trabalhistas e da previdência social, que

³² O crescimento vegetativo é proporcional ao número de nascimentos, menos o número de óbitos, ou seja, $CV = N - O$

alcançou inclusive a população rural. A possibilidade de auxílio saúde e da previdência social para a população rural fez com que essas pessoas vivessem mais e melhor, desonerando também a sobrecarga sobre o restante da família.

Dias (2007) levanta que a Bahia no início dos anos 1950 experimentava um processo de estagnação econômica e de perda de prestígio econômico e político. No entanto, em meados dessa década houve uma série de alterações relacionadas à inserção da Bahia no processo de industrialização nacional, favorecida pela descoberta do petróleo no recôncavo baiano. Esse fato fez com que ocorressem mudanças na distribuição da população baiana, com a consolidação da Região Metropolitana de Salvador e alterações nas tendências de concentração e desconcentração dos seus moradores. A estruturação da RMS e as transformações de áreas que antes eram tipicamente rurais para áreas industriais fizeram com que houvesse um desenvolvimento estrutural (com o desenvolvimento das estradas e de uma rede mais consolidada de transportes), que impulsionaram novos fluxos migratórios no estado e redistribuição espacial da população. Dias (2007) também alerta para outros acontecimentos na Bahia que alteraram o fluxo migratório interno e conseqüentemente alteraram o ritmo de crescimento das cidades. Entre esses acontecimentos destacam-se a implantação na década de 1970 do complexo agroindustrial no pólo de Juazeiro e a instalação de áreas de agricultura moderna de grãos em Barreiras. Assim, esses municípios em 2000 compunham o seletor grupo de municípios que registraram uma população superior a 100 mil moradores.

Desde a década de 1940 a Bahia vem perdendo população sistematicamente para o sudeste, apresentando saldos migratórios líquidos sempre negativos. Esses grandes fluxos emigratórios contribuíram para que em muitas cidades houvesse um arrefecimento do crescimento das cidades baianas. Muricy (2003) destaca que entre 1940 e 1980 deixaram a Bahia cerca de 1.566.814 pessoas. Segundo Dias (2007) a partir da década de 1930 inicia-se uma tendência a concentração populacional no país, principalmente nas áreas urbanas de grande porte no Centro-Sul, com o principal fluxo migratório sendo do Nordeste para o Sudeste. O ritmo de crescimento acelerado nas grandes cidades se arrefece nos anos 80, quando passa a ocorrer uma desconcentração produtiva e populacional, aliada a até então contínua expansão das fronteiras agrícolas e minerais. Com as cidades médias passando a ganhar significativa importância no panorama nacional.

A Bahia, apesar de ser um estado que se destaca pela emigração, também recebeu grandes contingentes de imigrantes que teve um papel importante no crescimento das cidades. Os principais fluxos em direção à Bahia vinham de outros estados da região Nordeste, de Minas Gerais e de São Paulo, sendo que 60% desses imigrantes residiam em áreas urbanas nos seus antigos estados e se dirigiram para áreas urbanas principalmente para Salvador. Era para a capital que também se dirigia uma expressiva quantidade de imigrantes provenientes do interior da Bahia. Salvador não só era um ponto de atração dos imigrantes dos demais estados Nordestinos e do interior da Bahia, como era um ponto de passagem para quem se dirigia para o Sudeste, assim a cidade cresceu em um ritmo muito mais acelerado do que as demais cidades baianas.

De acordo com Souza (1985 *apud* Muricy, 2003) os saldos migratórios líquidos negativos ao longo da segunda metade do século XX fez com que houvesse uma redução no ritmo de crescimento que era potencialmente oferecido pelo crescimento vegetativo. Essas perdas populacionais implicaram em uma redução no contingente de baianos de -0,36% a.a. entre 1950/60, de -0,26% a.a. entre 1960/70 e de -0,13% a.a. entre 1970/80. Com o crescimento vegetativo sempre superior ao crescimento total se não fosse a emigração a Bahia teria crescido num ritmo anual de 2,38%; 2,65% e 2,48% respectivamente, e teria alcançado um milhão e meio de pessoas a mais no final dos anos 80.

3.5. Ritmo de crescimento dos municípios baianos

Ainda conforme Muricy (2003), as estimativas para o crescimento vegetativo na Bahia variaram entre 1 e 1,99% ao ano entre 1991-2000. Logo, haveria indícios de que os municípios que crescessem com uma taxa superior a 2% ao ano estariam submetidos a regimes de imigração e as cidades que crescessem a taxas inferiores a 1% estariam submetidas a regimes de emigração. Sendo que as taxas negativas já representam perdas absolutas de população.

Se for utilizado o mesmo critério para analisar as taxas de crescimento das cidades segundo o porte municipal e por estrato de renda domiciliar *per capita*, é preciso ressaltar que na última década as taxas de fecundidade continuaram em queda, o que continuou imprimindo outro ritmo de crescimento vegetativo. Porém feita essa ressalva, será adotado o mesmo critério para fins de análise. Conforme a Tabela 8 pode-se concluir que, à única exceção dos grupos com renda domiciliar *per capita* menor que ½ SM, todos os outros casos sugerem que houve crescimento populacional em decorrência da migração na última década do século passado.

Mas antes de prosseguir é importante ressaltar que o crescimento ou decrescimento analisado por grupo de renda não acontece apenas devido aos nascimentos, óbitos e saldos migratórios, em razão da seletividade diferenciada entre os imigrantes e emigrantes, mas também como função da mobilidade entre os estratos de renda interna aos municípios. Ou seja, se um município tem maior emigração da população da base da pirâmide e recebe imigrantes de alta escolaridade e renda, é claro que sua população apresentará maior crescimento neste último estrato, mesmo que a população natural não tenha experimentado melhoria na renda. Por outro lado, se um estrato de renda apresentou altas taxas de crescimento em uma cidade pode ser devido à mobilidade entre os estratos de renda dentro do próprio município. Assim, a evolução do tamanho da população por estrato de renda reflete não apenas os diferenciais no crescimento vegetativo e na migração, como também a mobilidade entre os próprios estratos.

A Tabela 8 demonstra que em relação à população total apenas nas cidades pequenas houve decrescimento absoluto da população. Nas cidades médias, e no entorno da Região Metropolitana de Salvador (RMS) o crescimento manteve-se dentro da expectativa de crescimento vegetativo. Já nas cidades grandes e em Salvador a taxa de crescimento muito provavelmente foi influenciada pela imigração, embora Salvador apresente um grande volume de emigração também (Tabela 9 no anexo).

Em relação à população que compõem os estratos de renda é importante lembrar que isso não significa que o crescimento ou decrescimento tenha sido na cidade e sim que as pessoas possam ter mudado de estrato de renda, dentro da mesma cidade. Nota-se que houve queda absoluta das pessoas que compunham o primeiro estrato de renda *per capita*, o que era de se esperar já que a literatura indica que houve redução da pobreza durante esse período. No entanto também é importante notar que nas cidades menores a redução foi mais significativa do que no restante. Esse fato pode ser um indicador de que o impacto da redução da pobreza aconteceu de forma mais intensa nas cidades menores.

Já que houve um decrescimento absoluto no primeiro estrato de renda, é natural que tenha acontecido um crescimento nos outros estratos, já que as pessoas migraram socialmente do estrato de renda mais baixo, para os seguintes. Nos dois próximos estratos de renda, de renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e de 1 a 3 salários mínimos, o principal crescimento aconteceu nas cidades pequenas e médias. Sendo que apenas na cidade de Salvador o crescimento foi inferior a 5%. Já para o último estrato de renda o crescimento nas cidades

pequenas e médias é igualmente significativo, porém há um crescimento também significativo para as cidades grandes e para a RMS, sendo que para esse grupo o crescimento de Salvador é superior a 5%.

Importa ressaltar, como se verifica na Figura 3 , que apesar do último estrato de renda ser o que ainda possui a menor quantidade de pessoas, esse é o grupo que apresentou o maior crescimento³³. Da mesma forma, o terceiro grupo apresentou a segunda maior taxa e assim por diante, até o primeiro grupo que apresentou crescimento negativo.

³³ No entanto é preciso sempre ter em mente que apresentar um maior crescimento relativo, não significa ter de fato um grande acréscimo populacional. No caso do último estrato de renda o volume já era reduzido, assim qualquer acréscimo por menor que seja, apresenta-se como significativo.

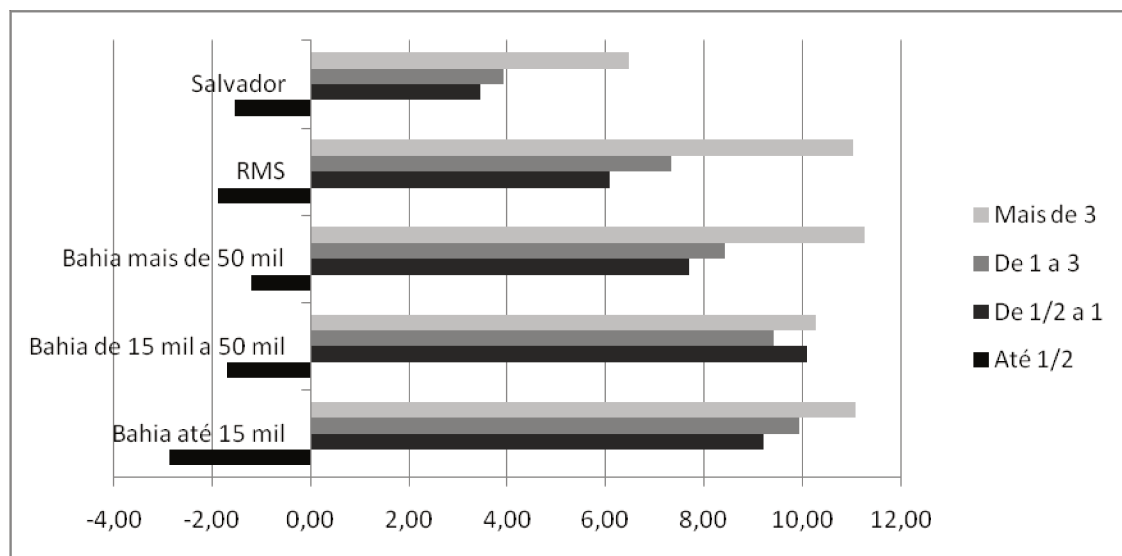
TABELA 8 - Taxa de crescimento populacional por tamanho do município e rendimento domiciliar *per capita* - Estado da Bahia de 1991 a 2000

Porte e tipo de Município	1991	2000	Taxa de Crescimento Geométrico Anual (%)
População Total			
Até 15 mil habitantes	1.753.806	1.729.968	-0,15
De 15 mil a 50 mil habitantes	3.930.130	4.308.321	1,03
Mais de 50 mil habitantes	2.565.188	3.289.574	2,8
Entorno RM de Salvador	1.016.171	1.184.395	1,72
Sede RM de Salvador	1.952.794	2.406.747	2,35
Total	11.218.089	12.919.005	1,58
População com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo			
Até 15 mil habitantes	1.504.648	1.162.113	-2,83
De 15 mil a 50 mil habitantes	3.316.565	2.854.101	-1,65
Mais de 50 mil habitantes	1.731.106	1.560.627	-1,15
Entorno RM de Salvador	689.154	583.289	-1,84
Sede RM de Salvador	791.217	695.250	-1,43
Total	8.032.690	6.855.380	-1,75
População com renda <i>per capita</i> entre 1/2 e 1 salário mínimo			
Até 15 mil habitantes	176.726	393.112	9,29
De 15 mil a 50 mil habitantes	399.211	958.008	10,22
Mais de 50 mil habitantes	454.080	890.841	7,78
Entorno RM de Salvador	192.379	328.670	6,13
Sede RM de Salvador	452.833	619.333	3,54
Total	1.675.229	3.189.964	7,42
População com renda <i>per capita</i> entre 1 e 3 salários mínimos			
Até 15 mil habitantes	63.444	151.045	10,12
De 15 mil a 50 mil habitantes	176.884	403.394	9,59
Mais de 50 mil habitantes	297.713	620.996	8,51
Entorno RM de Salvador	111.425	212.075	7,41
Sede RM de Salvador	467.666	665.797	4
Total	1.117.132	2.053.307	7
População com renda <i>per capita</i> superior a 3 salários mínimos			
Até 15 mil habitantes	8.988	23.697	11,37
De 15 mil a 50 mil habitantes	37.469	92.817	10,6
Mais de 50 mil habitantes	82.288	217.110	11,38
Entorno RM de Salvador	23.212	60.362	11,2
Sede RM de Salvador	241.077	426.367	6,54
Total	393.034	820.353	8,52

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000)

*Excluídos aqueles que não declararam renda.

FIGURA 3 - Taxa de crescimento anual (%) por tamanho do município e rendimento domiciliar *per capita*. Bahia de 1991 a 2000

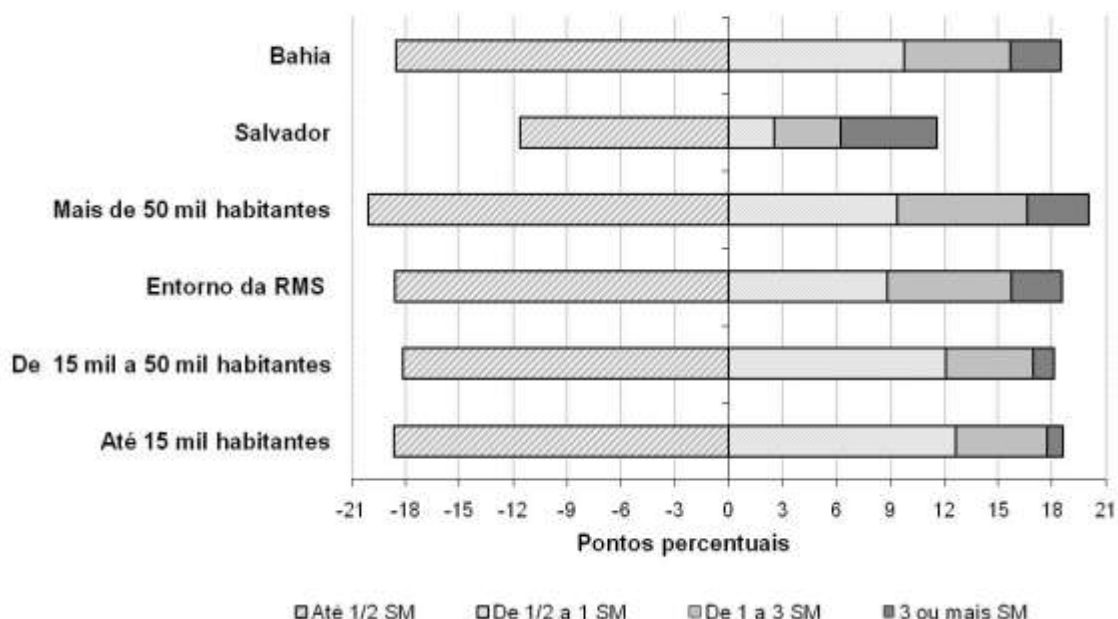


Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

Quanto à diferença percentual da importância da composição dos grupos de renda dentro da população total, percebe-se conforme a Figura 3 que no geral entre um período e outro o primeiro grupo perdeu cerca de dezoitos pontos percentuais de importância na população total, com exceção da cidade de Salvador, que perdeu cerca de onze pontos percentuais. Da mesma forma foi na capital da Bahia onde ocorreu o menor aumento, em relação ao segundo estrato de renda, de 2,5 pontos percentuais. Enquanto para as outras regiões o aumento situou-se em torno dos dez pontos percentuais, com maior crescimento para as cidades pequenas e médias. Outro ponto importante a se destacar é que a maior diferença percentual de crescimento para o grupo de maior renda deu-se nas cidades de Salvador e para as que possuem mais de cinquenta mil habitantes. Ou seja, a redução em termos percentuais do primeiro estrato de renda foi menor em Salvador, da mesma forma que o aumento do segundo estrato de renda foi mais significativo para as cidades pequenas e médias e do último grupo foi maior para Salvador e para as cidades grandes.

FIGURA 4

Diferença entre 1991 e 2000 no percentual dos grupos de renda, por porte populacional e região do município. Bahia, 1991 a 2000.



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

A Bahia a partir dos anos 70 passa a receber investimentos em torno de alguns pólos de desenvolvimento³⁴, porém essa concentração de atividades acaba por agravar o problema da distribuição de renda (ALVES, 2008). Além disso, Vidal (2003) também destaca outro problema inerente da economia baiana. As mazelas da seca não afetam todos igualmente, há diferenças entre os grupos sociais, já que os efeitos da seca concentram-se principalmente nos que mais dependem da lavoura de auto-consumo para formar uma renda não monetária. Logo esses efeitos provocam uma emigração em massa para os pólos de desenvolvimento tanto dentro quanto fora do estado. Sendo que essa emigração em massa poderia ser amenizada caso houvesse políticas de proteção social, que se apoiasse na transferência de uma renda monetária, para trabalhadores rurais. Principalmente se considerarmos que nos dias atuais o grau de urbanização de 69,9% em 2009 permanece inferior ao do Brasil de 81,2% e nordestino de 72,8%. Além disso, conforme o

³⁴ A produção de grãos no Oeste, a celulose e a silvicultura no sul, a fruticultura irrigada no médio São Francisco, a indústria automobilística com empreendimento da Ford na RM de Salvador e o turismo no litoral norte e sul do estado.

Censo Agropecuário de 2006 do contingente de 2,3 milhões de trabalhadores existentes nos 765 mil estabelecimentos agropecuários recenseados na Bahia, 1,9 milhão de pessoas, ou seja, 82% estavam vinculadas a agricultura familiar³⁵. Assim, Guimarães (2008) alerta que a proliferação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e dos programas de transferência de renda, que a exemplo da Bolsa Família, poderiam estar contribuindo para reter a população nas áreas rurais.

Dessa forma com o crescimento econômico concentrando-se em alguns pólos específicos de desenvolvimento, os programas de transferência de renda poderiam estar atuando como uma forma de ajudar a reduzir a pobreza nas áreas rurais e nas pequenas e médias cidades. Assim, com a redução da desigualdade entre as áreas de desenvolvimento e os demais, pode vir a ocorrer mudanças na dinâmica migratória, principalmente para a população de baixa renda.

Síntese do Capítulo

A Bahia é quarto estado mais populoso do Brasil, com 7,74% da população brasileira. Entre os principais indicadores demográficos, a razão de sexo do estado é de 97,4, com uma população predominantemente jovem. Tanto as taxas de fecundidade das mulheres baianas quanto a esperança de vida apresentaram uma melhora significativa em 30 anos. Passando de 6,2 filhos por mulher em 1980 para 1,87 em 2009 e de 58,8 anos para 72,6 anos, no mesmo período.

Quando se divide a população segundo a renda domiciliar *per capita*, percebe-se que a maior parte se concentra no primeiro estrato de renda (até ½ salário mínimos), apesar desse estrato ser o único que apresentou redução entre 1991 e 2000. Percebe-se também que a razão de dependência e o percentual de negros na população diminuem conforme a renda aumenta, enquanto o grau de urbanização aumenta conforme a renda.

Quanto ao diferencial de fecundidade observou-se ao longo do período que recentemente a maior redução nas taxas de fecundidade aconteceram para as mulheres de baixa renda, já que as mulheres com maior renda, já apresentavam taxas de fecundidade mais reduzidas. Sendo que atualmente as mulheres nordestinas que apresentam um padrão de alta fecundidade, são apenas 14,9% da população feminina em idade reprodutiva. Apesar dessa redução é preciso sempre considerar a inércia demográfica, ou seja, como a redução da fecundidade para as camadas mais

³⁵ Na medida em que possuíam algum vínculo de parentesco com o produtor.

pobres deu-se apenas recentemente, ainda durante algum tempo estará presente nessa população uma grande quantidade de pessoas, principalmente de jovens, resultante dos regimes de alta fecundidade no passado.

Como foi examinado, o grau de urbanização da Bahia ainda é pequeno comparado com o Brasil e mesmo em comparação com o Nordeste. Esse grau de urbanização pequeno é visto por vários autores, como resultado de uma história econômica de tradição rural, onde a elite agrária permanece no poder, em detrimento de todas as mudanças que aconteceram ao longo do tempo. Em decorrência da grande ruralização, a economia industrial, acabou se concentrando em alguns pontos específicos. Dessa forma o PIB baiano é concentrado principalmente na Região Metropolitana de Salvador, com a indústria petroquímica, e na Região de Barreiras, no entanto, nesse caso com a agroindústria.

A crescente urbanização a partir dos anos 50, tanto no Sudeste que demandava quantidades crescentes de mão de obra, quanto no Nordeste que promovia a expulsão das pessoas das áreas estagnadas fez com que ocorresse um grande êxodo rural da Bahia para os estados do Sudeste.

Com a desconcentração industrial que passa a acontecer a partir dos anos 70, a perda populacional da Bahia começa a se reduzir. Apesar de ainda existir grandes volumes emigratórios, fazendo com que os saldos líquidos migratórios ainda permaneçam negativos, a quantidade de imigrantes está aumentando. As principais trocas migratórias permanecem sendo com o Sudeste principalmente São Paulo, e com o Centro Oeste, principalmente Goiás e Distrito Federal. Pernambuco também se destaca principalmente na imigração. Os principais movimentos dentro da Bahia tanto de saída quanto de entrada de pessoas acontecem na RMS, na parte Sul do estado e na Região Oeste. Outro destaque em relação à migração é a importância dos retornados entre os imigrantes, que passou de 32,7% no período 1986-1991, para 43,1% entre 1995-2000, para 62,9% entre 2004-2009.

Da mesma forma que se observam ilhas de desenvolvimento na Bahia, também se observa que a população concentrou-se nas poucas cidades com mais de 50 mil habitantes, $\frac{1}{4}$ da população baiana concentra-se em quatro municípios, sendo 18% apenas em Salvador. Além do mais, apesar de apenas 15% da população viver nas cidades com menos de 15 mil habitantes, esses municípios representam 40% das cidades baianas.

O ritmo de crescimento das cidades baianas foi significativo por muitos anos, e só não foi maior em decorrência da perda populacional para outros estados. A redução da fecundidade (que passou de 2,09 em 1980 para 1,52 em 2000, ou seja, bem inferior ao necessário para a reposição populacional) tem sido fundamental para a redução contínua do ritmo de crescimento populacional. Mas é preciso pensar que a fecundidade se reduz por diversos fatores que afetam a sociedade de uma maneira geral, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a maior urbanização, o aumento da escolaridade entre outros. Esses fatores fizeram com que acontecesse uma “rearrumação” populacional, concentrando a maior parte da mesma perto dos pontos de desenvolvimento.

Quando se analisa o crescimento conforme porte municipal e estrato de renda domiciliar *per capita* percebe-se que nas cidades pequenas houve decrescimento populacional, da mesma forma como houve redução das pessoas que compunham o primeiro estrato de renda. A redução das pessoas que compunham o primeiro estrato foi maior nas cidades pequenas, o que pode ser um indicativo de que houve uma maior mobilidade entre os estratos nessas cidades ou de que houve uma perda migratória mais significativa nas cidades pequenas para as pessoas com menor renda. Nos dois estratos de renda seguintes o crescimento foi maior nas cidades pequenas e médias, sendo que apenas para o último estrato houve um crescimento maior para a RM e para Salvador. Quanto à importância da composição dos grupos por estrato de renda na população baiana, a redução em termos percentuais do primeiro estrato de renda foi menor em Salvador, da mesma forma que o aumento do segundo estrato de renda foi mais significativo para as cidades pequenas e médias e do último grupo foi maior para Salvador e para as cidades grandes.

Como dito, anteriormente, diversos fatores fizeram com que ocorresse uma mudança no ritmo de crescimento populacional, e com que esse crescimento fosse diferente conforme a renda de cada grupo. No entanto, como apesar do aumento da urbanização e da industrialização a Bahia continua sendo um estado com enorme vocação rural programas de transferência de renda que visem transferir uma renda monetária fixa, para uma parte da população que até então nunca havia tido garantia de renda, podem fazer com que essas mudanças ocorram de uma forma diferenciada nas cidades menores e para a população mais pobre.

CAPITULO 4

4. Crescimento Populacional e Migração: Diferenciais por renda

Como dito no capítulo anterior, a Bahia é um estado em que o PIB está extremamente concentrado, com apenas alguns pontos de desenvolvimento industrial enquanto o resto do estado permanece significativamente rural. Essa configuração faz com que o estado seja extremamente desigual. Em, 1991 os 50% mais pobres da Bahia se apropriavam de 14,5% do rendimento do estado, enquanto que o 1% mais rico se apropriava de 15% desse total, em 1999 esses valores passaram a ser 16,8% e 15,2% (DIAS; FERNANDES, 2008). Apesar da pequena melhora nesses indicadores, é preciso destacar que em termos absolutos tal fato equivale a dizer que em 1999 cerca de 6,5 milhões de pessoas detinham a mesma quantidade que 130 mil pessoas. No entanto, na RMS a concentração de renda passou de 14% para 12,4% entre os 50% mais pobres e de 13,8% para 14,1% entre os 10% mais ricos. As desigualdades também se apresentam de uma maneira muito forte na renda familiar *per capita*, a renda oscilou entre uma média de 6,3 salários mínimos no grupo formado pelos 10% mais ricos, e 0,15% do salário mínimo entre os 10% mais pobres. No entanto, na RMS enquanto os 10% mais pobres recebem uma média de 0,15% do salário mínimo os 10% mais ricos apresentam uma média de 12,5 salários mínimos por renda familiar *per capita*.

Em um estudo da SEI de 2008, os pesquisadores da instituição ao estabelecerem uma linha de corte de pobreza de R\$100,00 para a renda *per capita* domiciliar, concluem que, ao comparar os dados da Bahia com Pernambuco e São Paulo, a Bahia foi o estado que apresentou maior redução da pobreza entre 1995 e 2004. Já que nesse período o percentual de pessoas que estavam abaixo da linha de corte passou de 49,67% para 40,14%, enquanto em Pernambuco a redução foi menor saindo de 42,7% para 40,81%, e São Paulo apresentou aumento nessa variação, de 8,84% para 9,26%. A mesma análise é realizada para a RMS, para os espaços urbanos e para os espaços rurais. Enquanto na RMS a queda é de apenas 0,7 pontos percentuais, no urbano é de 10,2 e no rural de 11,3 pontos³⁶. O mesmo estudo (SEI, 2008) extrai três conclusões importantes sobre o período 1995 a 2004: 1) A RMS manteve a mesma proporção de pobres, porém com crescimento populacional; 2) nas áreas urbanas houve queda significativa na

³⁶ RMS (de 27,7% para 27%); Urbano (de 46,5% para 36,3%); Rural (de 66,4% para 55,1%).

proporção de pobres, com crescimento populacional; 3) no rural, houve uma queda significativa na proporção de pobres, mas com perda populacional no período analisado. Os autores concluem que a redução da pobreza tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas podem ser explicadas por um conjunto de fatores associados a políticas públicas, como a extensão dos benefícios previdenciários para a população rural e a forte expansão do BPC e do PBF.

4.1. Os municípios baianos e as transferências de renda

O PBF em 2004 propiciou na Bahia renda a 839 mil famílias, sendo que esse montante em 2009 passou a ser de 1,5 milhão (cerca de 5,5 milhões de pessoas). Na mesma tendência, o BPC que em 2004 atendia a 213,4 mil pessoas em 2009 já atendia a 315,7 mil. Já a previdência que em 2004 concedia R\$ 8,7 bilhões em benefícios, passou em 2009 para R\$ 12,3 bilhões. Mas não se pode-se esquecer que mesmo com a importância das transferências de renda no estado, a principal renda dos baianos continua sendo a renda do trabalho. De acordo com Lima; Santana Filho e Bulcão (2010), as aposentadorias e pensões são mais importantes para compor a renda das famílias de classe A, B e C e as transferências são mais importantes para as famílias de classe D e E.

Conforme Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) no ano 2000 a Região Nordeste foi a que apresentou a maior concentração de municípios que dependiam das transferências de renda, já que no Brasil das 73 cidades que tinham pelo menos 30% da população com mais da metade da sua renda originada por aposentadorias, pensões e outros programas sociais de transferência de renda, 70 estavam no Nordeste, dessas, dez na Bahia. Sendo importante ressaltar que os programas de transferência de renda como a Bolsa Família e o BPC são considerados bem focalizados, com cobertura para os que estão abaixo da linha de pobreza, de 80% e 74% respectivamente. De acordo com Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) os mesmos autores, entre 2004 e 2008 as transferências de renda do governo federal às famílias baianas apresentaram elevação maior do que a taxa média do crescimento econômico estadual. O repasse às famílias subiu de R\$ 8,38 bilhões para R\$ 14,07 bilhões, passando de 10,6% a 11,7% do PIB estadual entre 2004 e 2008. No mesmo período, o PIB e as transferências de renda cresceram 4,2% e 8,6% ao ano, respectivamente. Dentro dessa perspectiva, Lima; Santana Filho e Bulcão (2010) afirma que os programas sociais de transferência de renda governamentais foram responsáveis por quase 40% da redução da desigualdade de renda na Bahia.

Considerando a significativa redução da desigualdade que os programas de transferência de renda têm trazido para o Brasil e para a Bahia, é importante verificar qual é sua importância para os municípios baianos.

De acordo com a Tabela 9, verifica-se que os programas de transferência de renda são mais significativos em relação ao PIB dos Municípios pequenos e médios, e que a importância dos programas praticamente duplica entre 2004 e 2009 para os três grupos. Sendo que nos dois períodos a razão entre a relação PBF/PIB e BPC/PIB, entre as cidades pequenas e médias é de cerca de 1,15 e 0,85 respectivamente, o que indica que o PBF é mais significativo nas cidades pequenas e o BPC nas cidades médias.

TABELA 9 - Relação do Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com o PIB Municipal, por porte municipal - Bahia, 2004 e 2009

	2004		2009		2004	2009
	PBF/PIB	BPC/PIB	PBF/PIB	BPC/PIB	PBF e BPC/PIB	PBF e BPC/PIB
Até 15 mil habitantes	3,58	2,47	8,93	5	6,06	13,93
De 15 a 50 mil habitantes	3,14	2,89	7,74	5,94	6,03	13,68
Mais de 50 mil habitantes	1,89	2,14	4,82	4,52	4,03	9,35

Fonte: MDS e IPEA-DATA.

Outra forma de olhar a importância dos programas de transferência de renda para o município é observar a importância dos programas em relação à receita municipal. Essa é dividida em receita própria, ou seja, aquela que o município arrecada por conta própria por meio dos impostos e receitas de transferência, que são recursos transferidos tanto do governo federal quanto do estadual, quanto de outros municípios. Essas receitas, juntamente com as receitas de capital (que são recursos voltados para investimento) formam a base dos recursos que os municípios possuem para pagamento de pessoal e investimento local. No entanto os programas de transferência de renda não fazem parte dessa receita, já que eles são transferidos para as pessoas e não para o município. Percebe-se na Tabela 10, que nos municípios de pequeno e médio porte, o valor transferido pelo PBF e BPC ultrapassa o valor arrecado pelos municípios, sendo que essa relação aumenta entre os dois períodos o que é de se esperar, já que o valor dos programas aumenta significativamente de 2004 para 2009. No entanto ao olharmos para a relação entre os programas e as transferências ou entre os programas e a receita total, essa relação passa a

ser mais significativa para os municípios de médio porte, depois de grande e em seguida de pequeno porte. Esse fato pode estar relacionado ao tamanho da população, quanto mais pessoas em um município, maior é o valor em termos absolutos transferidos pelos programas, o que torna essa relação mais significativa. Porém essa lógica não se repete integralmente para os municípios de grande porte, que contam com uma receita própria e de transferências mais significativa

TABELA 10 - Relação entre o PBF e o BPC com as receitas próprias, de transferências e receitas totais dos municípios, por porte municipal - Bahia 2004 e 2009

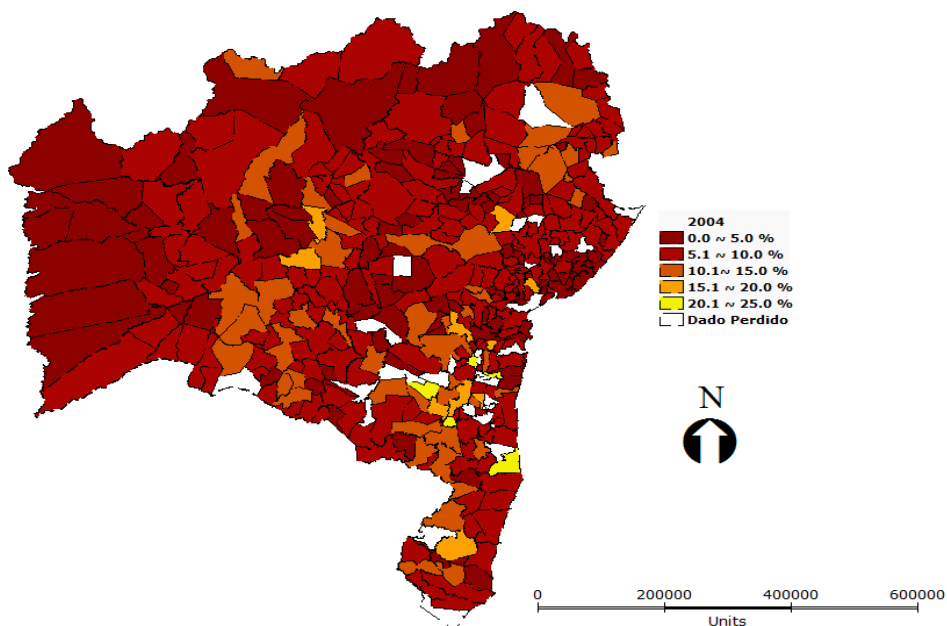
Tamanho Populacional	PBF e BPC /Receitas Próprias	PBF e BPC /Transferências	PBF e BPC /Receitas Totais
2004			
Até 15 mil	274,37	5,67	5,55
De 15 a 50 mil	273,12	7,34	7,15
Mais de 50 mil	50,29	6,66	5,88
2009			
Até 15 mil	358,45	8,63	8,42
De 15 a 50 mil	251,52	10,76	10,32
Mais de 50 mil	80,18	10,57	9,34

Fonte: Matriz de Informação Social (MDS) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota: Nas receitas totais não se incluem as receitas de capitais.

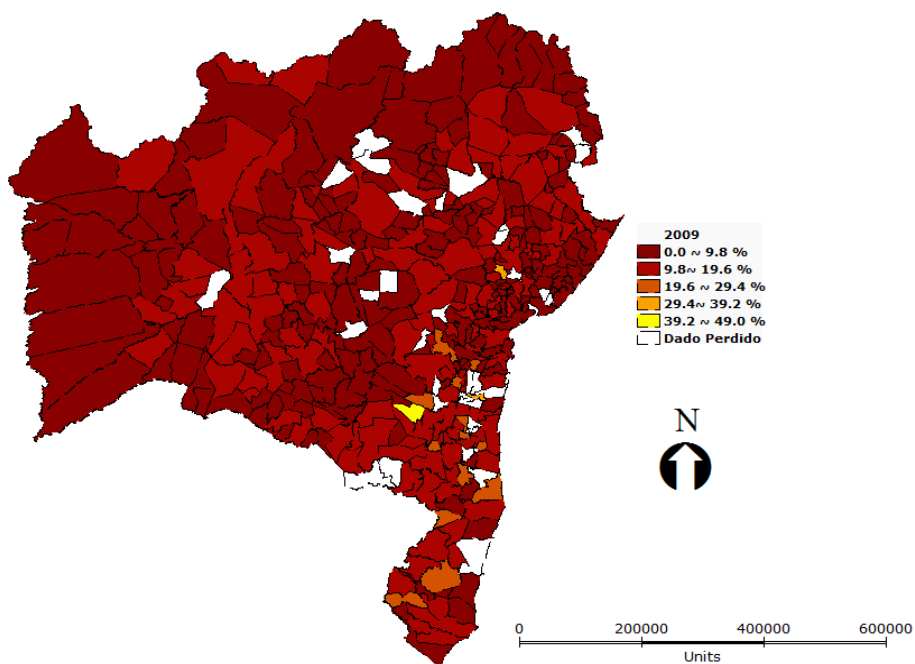
Também se pode examinar esse relação por município por meio dos mapas, representados nas Figuras 3 e 4. Nota-se que entre os dois períodos aumentou a razão entre os programas e as receitas municipais, fato que pode estar relacionado ao aumento na cobertura desses programas e conseqüentemente no aumento do valor dos recursos repassados. Porém, apesar desse aumento nota-se que em 2009 há uma maior quantidade de municípios no primeiro grupo (223, contra 108 em 2004). O que demonstra que em mais da metade dos municípios baianos em 2009 a razão entre as transferências e as receitas municipais situa-se abaixo de 9,8%. Se considerarmos o primeiro e o segundo grupo somados, em 2004, 320 municípios apresentavam razão inferior a 10%, enquanto em 2009, 365 municípios apresentavam razão inferior a 19,6%. Ou seja, apesar de no segundo período os municípios concentrarem-se mais nos primeiros grupos, a razão é superior ao primeiro período.

MAPA 2 - Mapa com a razão dos programas de transferência de renda (PBF+BPC) com as receitas totais dos municípios. Bahia - 2004



Fonte: Matriz de Informação Social (MDS) e Secretaria do Tesouro Nacional.

MAPA 3 - Mapa com a razão dos programas de transferência de renda (PBF+BPC) com as receitas totais dos municípios. Bahia - 2009



Fonte: Matriz de Informação Social (MDS) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Ademais, é importante salientar que a concentração dos municípios no segundo grupo acontece principalmente no Oeste da Bahia e na região do semi-árido, observando-se no segundo período a concentração de alguns municípios na Região Sul da Bahia (Litoral Sul, do Extremo Sul e Recôncavo Sul), que apresentam razões superiores a 30%.

É importante destacar ainda que, conforme a Tabela 11, o crescimento da relevância das transferências, que em um período de cinco anos mais do que dobrou de importância para todos os municípios. No período o valor do PBF aumentou 212%, do BPC 164%, dos dois somados 186% e do PIB 17%. O que é uma demonstração de que o aumento no valor repassado, apesar de pequeno em comparação ao PIB pode estar causando um impacto diferencial.

TABELA 11 - Valor do PBF, BPC, PIB Municipal e variação no período entre 2004 e 2009 no estado da Bahia

	2004	2009	Crescimento entre 2004 e 2009.(%)
	Valor (R\$ 1,00)	Valor (R\$ 1,00)	
PIB	53.419.143.469,04	62.740.127.971,23	117,45
PBF	532.684.471,00	1.663.238.830,00	312,24
BPC	612.508.101,33	1.618.170.641,75	264,19
PBF e BPC	1.145.192.572,33	3.281.409.471,75	286,54

Fonte: MDS e IPEA-DATA.

4.2. Alterações na dinâmica migratória

As Tabelas 9 e 10 apresentadas evidenciam que ambos os programas podem estar influenciando significativamente a economia dos municípios baianos, principalmente dos pequenos e médios, muito provavelmente, sua dinâmica migratória. Recordando que Singer (1980) defendia que os fatores de atração e repulsão atuam de forma distinta dependendo da situação social de cada cidadão. Da mesma forma, Ântico (1997 *apud* DIAS, 2007) acredita que o nível socioeconômico diferencia comportamentos em relação aos processos migratórios e que os vínculos familiares, por exemplo, são mais importantes para as pessoas das classes mais baixas, devido à importância das redes de proteção social para essas pessoas.

Nota-se na Tabela 12 que tanto em relação à imigração quanto em relação à emigração, a maior parte da população encontra-se dentro do primeiro estrato de renda, o que é de se esperar, já que cerca de 71,6% em 1991 e 61,1% em 2000 da população concentra-se dentro desse estrato. No entanto apesar da maior parte da população compor o primeiro estrato de renda, é no terceiro

que há o maior saldo migratório líquido negativo (-82. 217 habitantes em 1991 e -98.751 habitantes em 2000), além do mais esse estrato foi o único em que o saldo foi maior em 2000 do que em 1991. Porém ao considerar-se os dados da Tabela 13, percebe-se que apesar do saldo negativo ter diminuído em termos absolutos, quando levado em conta a razão entre o mesmo saldo e a população, houve um aumento considerável de -7,4% para -4,8%. Porém, esse estrato continua possuindo o saldo líquido negativo de maior representatividade entre todos os estratos.

TABELA 12 - Volume (em mil) e percentual de emigrantes e imigrantes dos maiores de cinco anos, por migração intraestadual e interestadual. Data-Fixa - Bahia, 1991 e 2000

		1991				2000			
		Imigração		Emigração		Imigração		Emigração	
		Volume	(%)	Volume	(%)	Volume	(%)	Volume	(%)
População Total	Intraestadual	540,8	74,1	540,8	58,9	591,1	68,4	591,1	56,8
	Interestadual	189,2	25,9	376,31	41	273,5	31,6	449,6	43,2
	Total	730,1	100	917	100	864,6	100	1.040,70	100
População com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo.	Intraestadual	349,9	77,7	349,9	73,1	269,6	70,7	269,6	67,6
	Interestadual	100,5	22,3	129,1	27	111,7	29,3	129,2	32,4
	Total	450,4	100	479	100	381,3	100	398,8	100
População com renda <i>per capita</i> entre 1/2 e 1 salário mínimo.	Intraestadual	94,8	72,6	94,8	48,2	149,1	69,9	149,1	54,3
	Interestadual	35,7	27,4	102,1	51,8	64,1	30,1	125,8	45,8
	Total	130,5	100	196,9	100	213,2	100	274,9	100
População com renda <i>per capita</i> entre 1 e 3 salários mínimos.	Intraestadual	71,5	67,6	71,5	38,1	114,8	66,5	114,8	42,3
	Interestadual	34,3	32,4	116,5	62,0	58,0	33,6	156,7	57,7
	Total	105,8	100	188	100	172,7	100	271,5	100
População com renda <i>per capita</i> de mais de 3 salários mínimos.	Intraestadual	24,6	56,7	24,6	46,2	57,6	59,1	57,6	55
	Interestadual	18,8	43,3	28,6	53,8	39,8	40,9	47,1	45
	Total	43,4	100	53,2	100	97,4	100	104,7	100

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

Nota: Exclui-se os que não declararam a renda e os que declararam como condição na unidade domiciliar, ser empregados, parentes de empregados ou pensionista.

*Migração por Data-Fixa.

Também é importante destacar que o primeiro estrato de renda, apesar de ter a maior parte da população, é o grupo com menor saldo líquido negativo em relação à população total (-0,4%

em 1991 e -0,3 em 2000 – Tabela 13), observando-se que foi o que apresentou a maior redução em termos de volume entre os dois períodos (-28.641 habitantes em 1991 e -17.554 habitantes em 2000, contabilizando uma redução de 11.087 indivíduos- Tabela 11), e não se esquecendo que há mais pessoas no primeiro grupo, o que permite que grandes mudanças nos volumes não afetem a população de maneira mais significativa. Ao considerar-se as Tabelas 12 e 13 pode-se raciocinar que dentre os que emigram da Bahia e dentro da Bahia há uma predominância entre o grupo que possui uma renda domiciliar *per capita* que varia entre 1 e 3 salários mínimos nos dois períodos, com um maior peso para emigração interestadual. Dentre os que imigram (movimento que aumentou entre os dois períodos), o último grupo imigra proporcionalmente mais que o primeiro, porém com um maior peso da imigração intraestadual. No entanto ao considerar o saldo líquido, ou seja, a dinâmica entre imigração e emigração, o grupo que perde menos população é o estrato de até ½ salário mínimo de renda domiciliar *per capita*.

TABELA 13 - Volume (em mil) e razão pela população de emigrantes e imigrantes dos maiores de cinco anos, por tipo de movimento. Bahia - 1986 a 1991 e de 1995 a 2000

Tipo de Movimento Migratório		Grupo de Renda domiciliar per capita	1991			2000				
			Volume (por mil)			Razão pela População em 1991 (por 100)	Volume (por mil)			Razão pela População em 2000 (por 100)
			Imigração (IM)	Emigração (EM)	Saldo (S)		IM	Imigração (IM)	Emigração (EM)	
Intra-estadual	Bahia	540,821	540,821	0	4,8209679	591,093	591,093	0	4,5753774	4,575
	Até 1/2 SM	349,9	349,9	0	4,3559451	269,6	269,6	0	3,9326662	3,933
	De 1/2 a 1 SM	94,802	94,802	0	5,6591452	149,108	149,108	0	4,674232	4,674
	De 1 a 3 SM	71,544	71,544	0	6,4044401	114,785	114,785	0	5,5902693	5,59
	Mais de 3 SM	24,575	24,575	0	6,2531807	57,6	57,6	0	7,0209654	7,021
Inter-estadual	Bahia	189,223	376,247	-187,024	1,6867651	273,509	458,773	-185,3	2,1171066	3,551
	Até 1/2 SM	100,474	129,115	-28,641	1,2508123	111,655	129,209	-17,55	1,628716	1,885
	De 1/2 a 1 SM	35,702	102,057	-66,355	2,1312082	64,074	125,769	-61,7	2,0085893	3,943
	De 1 a 3 SM	34,267	116,484	-82,217	3,0674962	57,964	156,715	-98,75	2,8229679	7,632
	Mais de 3 SM	18,78	28,591	-9,811	4,778626	39,816	47,08	-7,264	4,8532423	5,739
Total	Bahia	730,055	917,079	-187,024	6,5078311	864,635	1049,899	-185,3	6,6927394	8,127
	Até 1/2 SM	450,385	479,026	-28,641	5,6068943	381,288	398,842	-17,55	5,5618636	5,818
	De 1/2 a 1 SM	130,504	196,859	-66,355	7,7903534	213,182	274,877	-61,7	6,6828213	8,617
	De 1 a 3 SM	105,811	188,028	-82,217	9,4719363	172,749	271,5	-98,75	8,4132372	13,22
	Mais de 3 SM	43,355	53,166	-9,811	11,031807	97,416	104,68	-7,264	11,874208	12,76
Proporção da População por estrato de renda domiciliar per capita		População			(%)	População			(%)	
População (%)	Bahia	11218,1			(100)	12919			(100)	
	Até 1/2 SM	8032,7			(71,6)	6855,4			(61,1)	
	De 1/2 a 1 SM	1675,2			(14,9)	3190			(28,4)	
	De 1 a 3 SM	1117,1			(10,0)	2053,3			(18,3)	
	Mais de 3 SM	393			(3,5)	820,4			(7,3)	

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000).

*Migração por Data-Fixa.

Há mais uma diferença importante entre os estratos de renda. De uma forma geral a migração intraestadual apresenta maior importância do que a migração interestadual. Assim, nota-se que em razão da renda familiar dos migrantes há um diferencial de comportamento. Ou seja, a relação entre emigração e imigração é menor para os mais pobres, bem como a migração intraestadual tem mais peso para as pessoas com menores rendimentos, o que pode estar associado aos menores riscos dos deslocamentos de curta distância.

Seguindo com a análise sobre migração e renda domiciliar *per capita*, também é importante separar esses diferenciais migratórios conforme o tamanho dos municípios nos quais as pessoas entraram ou saíram. Sabe-se que há muitos municípios pequenos com grande importância econômica e outros com maior população que não se destacam dentro da dinâmica baiana. Como exemplo pode-se citar os municípios de: Piripá, Ponto Novo, Mucuri, Ibicoara (com populações de: 16.089, 17.187, 27.992 e 15.125, respectivamente) que apresentavam saldos migratórios superiores a mil indivíduos. Enquanto municípios como: Senhor do Bonfim, Serrinha, Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa (com populações de 67.401, 82.912, 129.659 e 54.291, respectivamente) apresentavam saldo migratório negativo de mais de dois mil indivíduos. Não obstante, mantém-se a utilização do conceito de porte municipal para prosseguir com a análise, pois como já mencionado no capítulo dois, acredita-se que as transferências de renda podem ter mais impacto nas dinâmicas migratórias entre os municípios menores, sendo sempre importante separar a Região Metropolitana e a cidade de Salvador, por apresentarem dinâmicas muito específicas. Logo, será utilizado o conceito de Índice de Eficácia Migratória (IEM), para realizar as análises que seguem.

O IEM³⁷ varia entre -1 e 1 e quanto mais próximo de 1 mais forte é a retenção migratória, quanto mais próximo de -1 maior é a expulsão das pessoas, e quanto mais próximo de 0, maior é a rotatividade migratória (BAENINGER, 2008). A mesma autora considera que as áreas podem ser consideradas como de retenção se apresentam IEM superior a 0,12 e consideradas de perdas se apresentarem IEM superior a -0,12, ou seja, as áreas que apresentarem índices dentro desses limites devem ser áreas de rotatividade migratória, sendo importante lembrar que uma área que nacionalmente é entendida como de perda, retenção ou rotatividade, pode mudar quando analisada em relação a um local específico. Nesse caso as análises serão os municípios baianos em relação aos demais municípios tanto da Bahia, quanto do restante do Brasil, por porte municipal, Região Metropolitana de Salvador e o núcleo dessa RM.

Conforme a Tabela 14 abaixo a Bahia era em 1991 e continuou sendo em 2000 uma área de rotatividade migratória, com um índice na última década mais próximo de zero. Com a diferença de que em 1991 as cidades médias apresentavam IEM indicando perda superior às cidades pequenas fato este que se inverte em 2000, enquanto a RMS continua sendo área de retenção migratória. Quando se passa para a análise segundo os estratos de renda domiciliar *per*

³⁷ $IEM = (Imigração - Emigração) / (Imigração + Emigração)$.

capita, é importante ressaltar que as pessoas ao declararem estar em outro local em 1986 ou em 1995 que não o local de referência, foram classificadas dentro dos estratos na data de realização dos Censos Demográficos. Ou seja, as diferenças temporais podem ser devido à mobilidade espacial diferenciada na seletividade, à mobilidade entre os estratos ou, ainda, à interação entre as duas.

Observa-se na Tabela 14 e nas figuras 5 e 6 a seguir que as cidades pequenas e médias apresentam comportamento semelhante nos dois períodos, com os índices indicando perda para todos os grupos, com exceção do primeiro, porém se aproximando mais de zero no último períodos. O primeiro estrato de renda nas pequenas e médias cidades apresenta IEM que indica rotatividade migratória, e conforme os demais também se aproximam mais de zero em 2000.

Nas cidades grandes há uma mudança importante entre as duas décadas analisadas, com passagem da indicação de perda populacional para rotatividade para quem está no segundo e no último estrato de renda. Já o entorno da RMS é o único local onde se verificam índices que indicam retenção migratória, tendo o índice aumentado significativamente para o último estrato de renda e passado de retenção para rotatividade no segundo grupo.

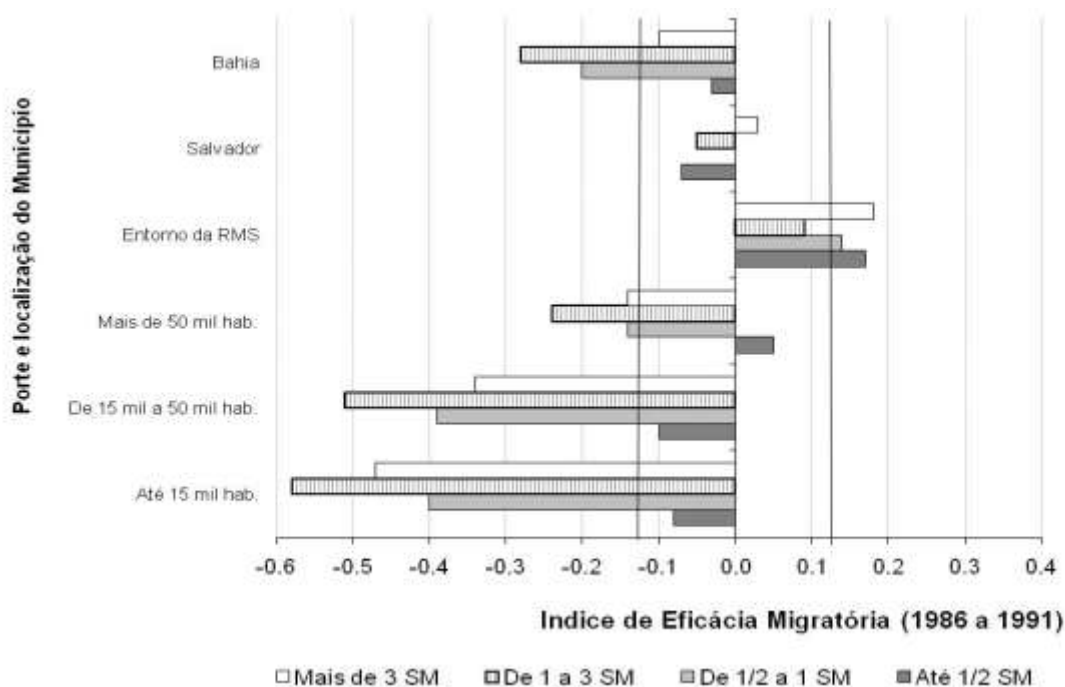
Salvador é o local que apresenta mudanças mais expressivas entre os dois períodos. Enquanto em 1991 para todos os grupos o IEM indicava rotatividade em 2000 para o primeiro grupo passa a indicar perda, sendo que o valor do índice aproxima-se de zero conforme o estrato de renda domiciliar *per capita* aumenta.

TABELA 14 - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias, Bahia, segundo o tamanho populacional dos municípios, Região Metropolitana de Salvador e a cidade de Salvador, 1986/1991 e 1995/2000*

Porte dos Municípios	1991				2000			
	Imigração	Emigração	Saldo	Índice de Eficácia	Imigração	Emigração	Saldo	Índice de Eficácia
População Total								
Até 15 mil hab.	91.313	137.512	-46.199	-0,2	96.658	140.951	-44.293	-0,19
De 15 mil a 50 mil hab.	231.908	360.397	-128.489	-0,22	266.706	377.055	-110.349	-0,17
+ de 50 mil hab.	213.263	240.790	-27.527	-0,06	276.125	304.121	-27.996	-0,05
Entorno da RMS	91.364	67.863	23.501	0,15	111.252	78.391	32.861	0,17
Salvador	102.211	107.411	-5.200	-0,02	113.897	140.195	-26.298	-0,1
Bahia	730.059	913.973	-183.914	-0,11	864.638	1.040.713	-176.075	-0,09
Renda per capita de até meio salário mínimo								
Até 15 mil hab.	72.368	84.548	-12.180	-0,08	57.766	62.809	-5.043	-0,04
De 15 mil a 50 mil hab.	172.252	209.904	-37.652	-0,1	149.102	164.445	-15.343	-0,05
+ de 50 mil hab.	124.115	111.787	12.328	0,05	109.635	103.561	6.074	0,03
Entorno da RMS	48.326	34.481	13.845	0,17	41.248	28.931	12.317	0,18
Salvador	33.324	38.306	-4.982	-0,07	23.537	39.096	-15.559	-0,25
Bahia	450.385	479.026	-28.641	-0,03	381.288	398.842	-17.554	-0,02
Renda per capita de meio a um salário mínimo								
Até 15 mil hab.	11.493	27.034	-15.541	-0,4	23.053	35.459	-12.406	-0,21
De 15 mil a 50 mil hab.	32.165	73.832	-41.667	-0,39	64.249	95.960	-31.711	-0,2
+ de 50 mil hab.	43.393	57.807	-14.414	-0,14	72.660	84.144	-11.484	-0,07
Entorno da RMS	20.771	15.642	5.129	0,14	28.801	28.923	-122	0
Salvador	22.682	22.544	138	0	24.419	30.391	-5.972	-0,11
Bahia	130.504	196.859	-66.355	-0,2	213.182	274.877	-61.695	-0,13
Renda per capita de um a três salários mínimos								
Até 15 mil hab.	6.089	22.670	-16.581	-0,58	12.162	33.507	-21.345	-0,47
De 15 mil a 50 mil hab.	20.995	64.588	-43.593	-0,51	38.585	91.073	-52.488	-0,4
+ de 50 mil hab.	34.394	56.263	-21.869	-0,24	62.147	87.978	-25.831	-0,17
Entorno da RMS	16.408	13.746	2.662	0,09	26.348	21.154	5.194	0,11
Salvador	27.925	30.761	-2.836	-0,05	33.507	37.788	-4.281	-0,06
Bahia	105.811	188.028	-82.217	-0,28	172.749	271.500	-98.751	-0,22
Renda per capita de mais de três salários mínimos								
Até 15 mil hab.	1.358	3.785	-2.427	-0,47	3.676	6.661	-2.985	-0,29
De 15 mil a 50 mil hab.	6.495	13.050	-6.555	-0,34	14.773	22.711	-7.938	-0,21
Mais de 50 mil hab.	11.361	15.112	-3.751	-0,14	31.678	34.836	-3.158	-0,05
Entorno da RMS	5.861	4.054	1.807	0,18	14.858	7.285	7.573	0,34
Salvador	18.280	17.165	1.115	0,03	32.431	33.187	-756	-0,01
Bahia	43.355	53.166	-9.811	-0,1	97.416	104.680	-7.264	-0,04

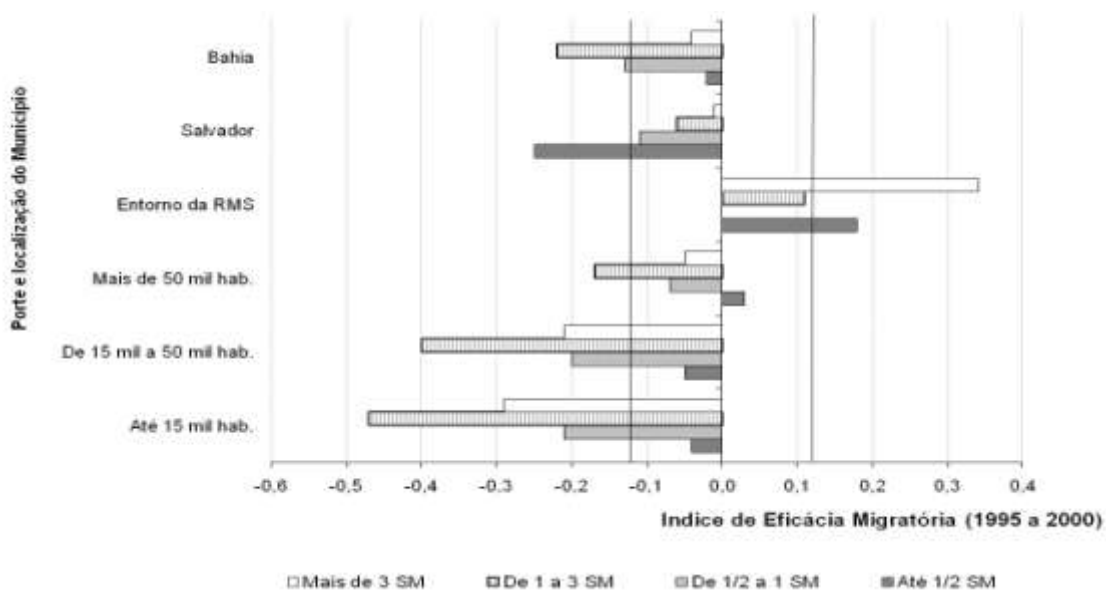
Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000). **Nota:** Exclui-se os que não declararam a renda e os que declararam como condição na unidade domiciliar, ser empregados, parentes de empregados ou pensionista. *Migração por Data Fixa.

FIGURA 5 - Índice de eficácia migratória por porte e localização do município, segundo estrato de renda domiciliar *per capita*. Bahia - 1986-1991



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

FIGURA 6 - Índice de eficácia migratória por porte e localização do município, segundo estrato de renda domiciliar *per capita*. Bahia - 1995-2000



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

Quanto aos índices por estrato de renda, observa-se ainda na Tabela 14 que o único estrato que por si só indica perda no geral é o terceiro, ressaltando-se que o valor do índice entre os três primeiros grupos de renda vai diminuindo conforme a renda vai aumentando, apenas no último grupo é que o índice volta a apontar rotatividade.

É importante destacar nessa análise a diferença entre o que acontece no primeiro e no segundo grupo de estratos de renda entre os dois períodos. Os dois grupos são compostos por pessoas de baixa renda, sendo a sua principal diferenciação o fato de que o primeiro é alvo de programas que compõem as políticas de transferência de renda no Brasil e o segundo não. Com essa ressalva em mente nota-se que, em um contexto onde está havendo uma maior concentração de pessoas nas cidades acima de cinquenta mil habitantes, em relação à população que compõem esses grupos o segundo passou a perder mais população em relação ao território nacional e estadual, enquanto o primeiro manteve-se dentro do conceito de rotatividade. Outra diferença importante em relação a esses dois grupos é quanto ao comportamento em relação às cidades pequenas e a capital. Enquanto no primeiro grupo nota-se uma maior perda em relação à cidade de Salvador, é no segundo grupo que nota-se a principal mudança em relação às cidades pequenas. Ou seja, as cidades pequenas estão com menor capacidade de reter as pessoas que possuem uma renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Por outro lado as cidades pequenas apenas não perdem a população que possui uma renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, ou seja, a população alvo dos programas de transferência de renda. É de fundamental importância aqui recordar que no período analisado, ou seja, entre 1991 e 2000, os programas de transferência de renda que atuavam eram o Benefício de Prestação Continuada e a Aposentadoria Rural.

Agora será investigada a possível influência de outro programa na dinâmica de crescimento populacional dos municípios e na dinâmica migratória. Trata-se do Programa Bolsa Família. O ritmo de crescimento populacional que aconteceu entre 1991 e 2000 sofre alterações na primeira década do século XXI³⁸. Em relação à população total o ritmo de crescimento do interior apresenta um pequeno crescimento, enquanto a RMS deixa de crescer possivelmente em decorrência da migração, perdendo população através de grandes fluxos emigratórios: o IEM entre 2004 e 2009 é de -0.45, conforme apontado na Tabela 15. Outro fato importante a ser

³⁸ Para fazer a comparação com dados do Censo Demográfico e da PNAD, é necessário que se agregue municípios em Região Metropolitana e interior, já que a PNAD, só oferece representatividade para a Região Metropolitana. Para 2009 o total da população dos municípios é estimada.

destacado é que no primeiro estrato de renda enquanto houve um decrescimento absoluto tanto para o interior quanto para a RMS no primeiro período, no segundo essa população volta a crescer no interior, juntamente com um IEM que indica retenção de 0.15, enquanto o mesmo índice para a população geral indica rotatividade. Conforme as figuras 7, 8 e 9, observa-se que o primeiro grupo apresenta índices que indicam retenção, apenas para o interior.

Porém, é preciso destacar que a população de mais baixa renda volta a crescer de uma forma geral, o que pode ser resultante de dois fatores: 1) Está ocorrendo uma maior imigração para a Bahia e retenção de pessoas que estão nesse estrato de renda; 2) A valorização do salário mínimo fez com que aumentasse a parcela de pessoas que se enquadram nesse grupo.

É importante ressaltar a redução do ritmo de crescimento de uma forma geral, sendo que a maior taxa de crescimento se deu para o grupo que tem renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, o que pode ser um indicativo de que houve uma transferência de pessoas para esse grupo, promovendo uma mobilidade de pessoas que estavam no primeiro estrato de renda, e que passaram a integrar o segundo estrato de renda. Sendo que no segundo estrato nota-se que esse crescimento se dá para RMS, apesar do IEM de -0.68. Ou seja, o crescimento desse grupo na região metropolitana pode estar associado à mobilidade entre os estratos, já que ele cresce apesar da perda migratória. Para o terceiro estrato nota-se que o crescimento é maior para o interior, apesar do IEM que indica perda, enquanto para a RMS, o índice também indica perda, porém o crescimento é menor.

Nota-se que para o último grupo de renda houve perda populacional absoluta, apesar dos IEM demonstrarem ou rotatividade ou retenção migratória. Conforme as figuras 7,8 e 9 a retenção do último grupo na RMS é significativa, fato que acaba refletindo na retenção desse grupo populacional na Bahia. Assim, pode-se pensar que essa perda está associada à valorização real do salário mínimo e a uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição. Diversos autores vêm alertando para o fato de que na última década houve uma melhora da situação de pobreza no Brasil e não faz muito sentido imaginar que esteja ocorrendo uma piora na renda. É mais plausível que, com a valorização real do salário mínimo sem reflexo direto nos rendimentos mais altos provenientes do trabalho, um menor número de famílias consiga alcançar esse patamar que em 2009 era de R\$1.395,00 *per capita*.

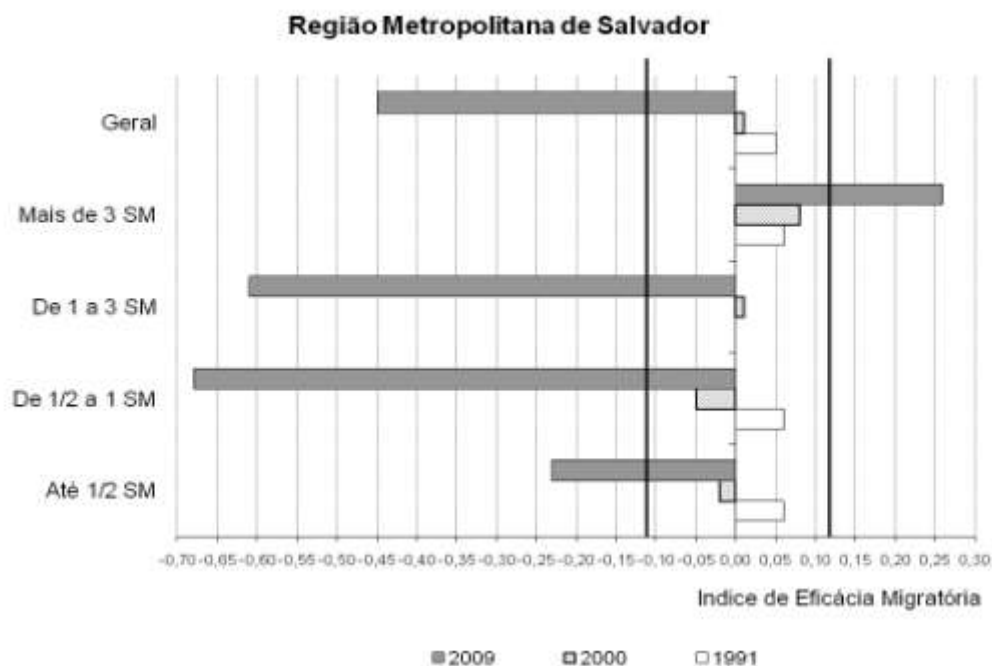
TABELA 15 - Taxa de crescimento e índice de eficácia migratória, dos maiores de cinco anos entre 1991, 2000 e 2009, por localização do município e rendimento domiciliar *per capita*. Bahia, 1991 a 2009*

				Taxa de Crescimento Anual (%)		Índice de Eficácia Migratória		
				91/00	00/09	1991	2000	2009
População Total								
Interior	8.249.124	9.327.863	10.620.412	1,37	1,45	-0,16	-0,12	-0,06
RMS	2.968.965	3.591.142	3.686.111	2,14	0,29	0,05	0,01	-0,45
Total	11.218.089	12.919.005	14.306.523	1,58	1,14	-0,11	-0,09	-0,17
População com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo								
Interior	6.552.319	5.576.842	6.003.196	-1,78	0,82	-0,05	-0,02	0,15
RMS	1.480.371	1.278.538	1.209.724	-1,62	-0,61	0,06	-0,02	-0,23
Total	8.032.690	6.855.380	7.212.920	-1,75	0,57	-0,03	-0,02	0,09
População com renda <i>per capita</i> entre 1/2 e 1 salário mínimo								
Interior	1.030.017	2.241.962	2.863.731	9,03	2,76	-0,29	-0,15	-0,02
RMS	645.212	948.003	1.160.975	4,37	2,28	0,06	-0,05	-0,68
Total	1.675.229	3.189.965	4.024.706	7,42	2,62	-0,2	-0,13	-0,23
População com renda <i>per capita</i> entre 1 a 3 salários mínimos								
Interior	538.041	1.175.435	1.501.714	9,07	2,76	-0,4	-0,31	-0,43
RMS	579.091	877.872	933.061	4,73	0,68	0	0,01	-0,61
Total	1.117.132	2.053.307	2.434.775	7	1,91	-0,28	-0,22	-0,49
População com renda <i>per capita</i> superior a 3 salários mínimos								
Interior	128.745	333.624	251.771	11,16	-3,08	-0,25	-0,12	0,02
RMS	264.289	486.729	382.351	7,02	-2,65	0,06	0,08	0,26
Total	393.034	820.353	634.122	8,52	-2,82	-0,1	-0,04	0,15

Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) PNAD (2009).

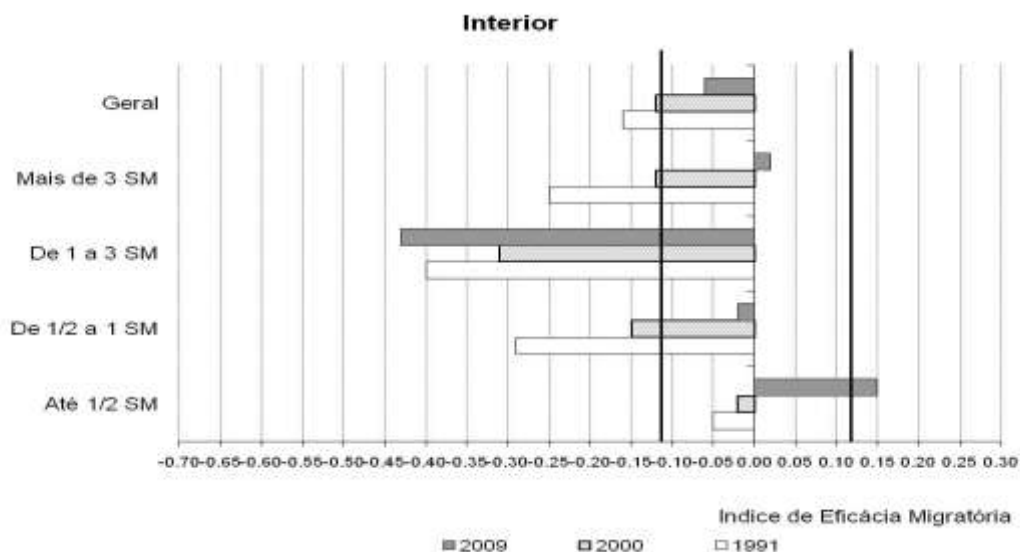
*Migração por Data-Fixa.

FIGURA 7 - Índice de eficácia migratória na Região Metropolitana de Salvador por estrato de renda domiciliar *per capita* - 1991, 2000 e 2009



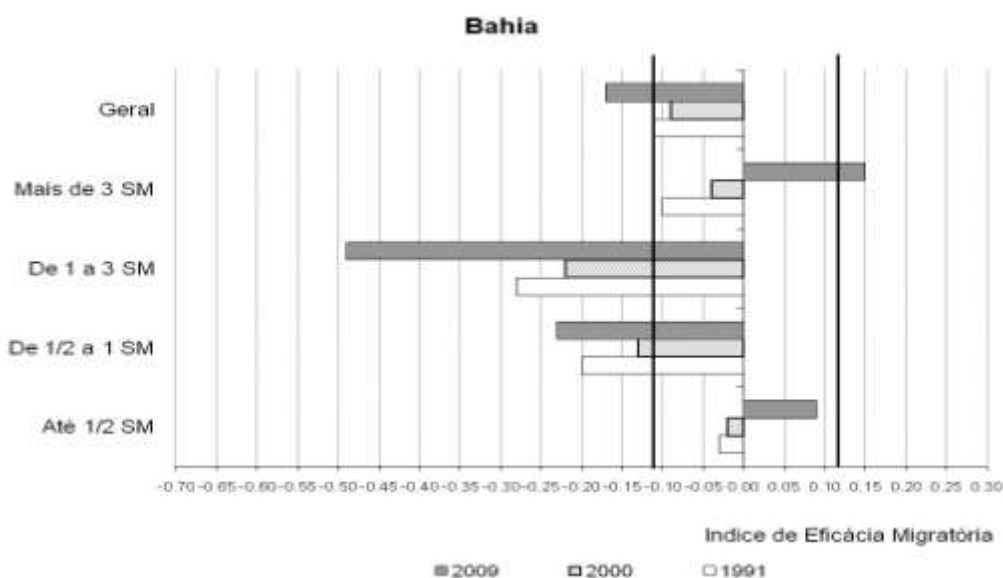
Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

FIGURA 8 - Índice de eficácia migratória no interior da Bahia por estrato de renda domiciliar *per capita* - 1991, 2000 e 2009



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

FIGURA 9 - Índice de eficácia migratória da Bahia por estrato de renda domiciliar *per capita* - 1991, 2000 e 2009



Fonte: Fundação IBGE (1991; 2000) e da PNAD (2009).

4.3. Composição da renda familiar por status migratório

Outra forma de se buscar indícios sobre a relação entre a evolução das transferências de renda e as tendências da migração, é buscar compreender qual a importância dos programas para a composição da renda familiar conforme o status migratório dos chefes de família.

Antes de entrar propriamente na composição da renda domiciliar segundo status migratório, é importante entender qual o perfil das pessoas que compõem cada grupo, lembrando que, para evitar os problemas da imigração de retorno indireta, a análise será feita apenas para o chefe dos domicílios.

De acordo com a Tabela 16 percebe-se que a imigração para a Bahia varia entre 3,27% e 4,51%. Sendo importante reparar que durante a última década a quantidade de imigrantes variou, aumentando em alguns anos e diminuindo em outros. Em relação ao percentual de imigrantes de retorno percebe-se que ela é maior para os chefes do que para a população total. O que é de se esperar, já que dentro da população total, há uma maior presença de mulheres e crianças não naturais, que podem compor a família dos imigrantes retornados. Em relação aos chefes o percentual de migrantes de retorno começa o período em 70%, alcançando o menor percentual em 2006 com 67% e voltando a crescer, alcançando o patamar dos 70% novamente em 2009.

TABELA 16 - Proporção de não migrantes, migrantes de retorno e migrantes não naturais. Bahia
2002-2009 - Chefes de Domicílio*

	2002		2004		2006		2008		2009	
Não Migrantes	3.187.905	95,49	3.451.083	96,36	3.608.869	95,93	3.968.258	96,63	4.044.343	96,68
Migrantes	150.596	4,51	130.365	3,64	153.112	4,07	138.427	3,37	138.900	3,32
Total	3.338.501	100	3.581.448	100	3.761.981	100	4.106.685	100	4.183.243	100
Retornados	105.470	70,04	88.094	67,57	102.298	66,81	94.524	68,28	97.026	69,85
Não Naturais	45.126	29,96	42.271	32,43	50.814	33,19	43.903	31,72	41.874	30,15

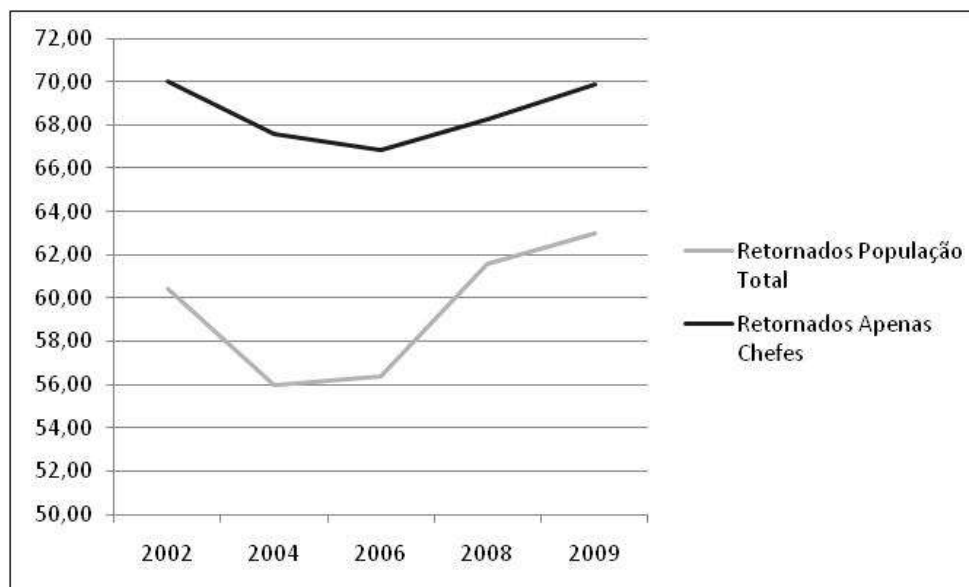
População Total										
	2002		2004		2006		2008		2009	
Não Migrantes	12.499.852	95,92	12.788.656	96,49	13.117.226	96,26	13.568.148	96,62	13.773.390	96,73
Migrantes	531.571	4,08	464.678	3,51	509.526	3,74	474.625	3,38	465.717	3,27
Total	13.031.423	100	13.253.334	100	13.626.752	100	14.042.773	100	14.239.107	100
Retornados	321.174	60,42	260.164	55,99	287.227	56,37	292.412	61,61	293.290	62,98
Não Naturais	210.397	39,58	204.514	44,01	222.299	43,63	182.213	38,39	172.427	37,02

Fonte: Fundação IBGE. PNAD's (2002; 2004; 2006; 2008; 2009).

*Migração por última etapa.

Conforme o figura 10 percebe-se que a distribuição dos retornados entre os chefes de domicilio e entre a população total apresenta padrão semelhante, com a diferença de que o nível dos retornados entre os chefes é maior, e a queda entre os anos de 2004 e 2006 foi maior na população total.

FIGURA 10 - Proporção de imigrantes de retorno entre os migrantes. Chefes de domicílios e da população total. Última etapa. Bahia - 2002, 2004, 2006, 2008 e 2009



Fonte: Fundação IBGE. PNAD (2002; 2004; 2006; 2008 e 2009).

Ao analisar o perfil dos chefes de domicílio na Tabela 17 observa-se que grande parte são homens, o que é de se esperar, já que por regra a maior parte da chefia domiciliar no Brasil é masculina. No entanto, é interessante notar que essa representatividade torna-se ainda maior entre os não naturais, demonstrando uma maior imigração de não naturais do sexo masculino ou de uma maior declaração de chefia masculina nesse grupo.

Quanto à idade, os grupos apresentam diferenças quanto ao grupo mais representativo. De uma forma geral os chefes se concentram nas idades ativas entre 25 e 55 anos, que é a idade em que a maior parte das pessoas migra. No entanto, enquanto entre os não migrantes há uma concentração no grupo 35 a 44 anos, entre os migrantes a concentração acontece no grupo entre 25 a 34 anos, com uma maior concentração nesse grupo para os retornados, e de 35 a 44 anos entre os não naturais.

Em relação à raça/cor a maior parte da população é negra (pretos e pardos), sendo que há uma maior concentração de brancos entre os não naturais, inclusive havendo um aumento de sete pontos percentuais entre um período e outro. No quesito educação há uma concentração para os não migrantes na faixa de sem instrução ou menos de um ano de estudo nos dois períodos tendo ocorrido uma redução entre 1991 e 2000. Já para os não naturais houve uma melhora da situação educacional dos chefes de domicílios, sendo que a cúspide passa dos 4 a 7 anos de estudo, que é a

média brasileira, para 11 a 14 anos de estudo, sendo importante destacar o percentual importante de chefes migrantes não naturais com mais de 15 anos de estudo. Para os migrantes retornados nos dois períodos, os chefes concentram-se no grupo de 4 a 7 anos de estudo.

A renda domiciliar *per capita* desses chefes concentra-se no primeiro grupo de até ½ salário mínimo para os não migrantes e para os retornados nos dois períodos, tendo ocorrido um aumento no percentual dos retornados que se concentram nessa faixa. Fato que pode estar relacionado a dois fatores: A valorização do salário mínimo e a maior migração de retorno de chefes que se encontram nesse grupo. Já entre os não naturais a renda domiciliar *per capita* dos chefes é concentrada na faixa que supera três salários mínimos.

Em suma o perfil desses grupos é: Não Migrantes (Homens, em idade ativa, negros, com baixa instrução e com renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo); Não Naturais (Homens, em idade ativa jovem, negros, mas com um percentual importante de brancos, média e alta escolaridade, renda de mais de três salários mínimos); Retornados (Homens, em idade ativa jovem, negros, de média escolaridade, e de baixa renda domiciliar *per capita*). Ou seja, pode-se dizer que o perfil do retornado é uma mistura entre o perfil dos não migrantes e dos migrantes não naturais.

TABELA 17 - Perfil dos chefes de domicílio por status migratório*. Bahia, 2004 e 2009. (%)

		2004			2009		
		Não Migrantes	Não Naturais	Retornados	Não Migrantes	Não Naturais	Retornados
Sexo	Masculino	71,68	84,57	75,99	65,73	72,25	71,39
	Feminino	28,32	15,43	24,01	34,27	27,75	28,61
Idade	15-24 anos	5,13	9,16	10,43	4,51	14,07	14,83
	25-34 anos	19,85	37,75	34,91	18,27	29,46	39,18
	35-44 anos	23,19	27,22	25,72	23,44	31	24,6
	45-54 anos	19,83	12,35	16,38	20,4	13,97	9,56
	55-64 anos	14,62	5,52	9,17	15,3	8,43	5,14
	Mais de 65 anos	17,39	8,00	3,39	18,09	3,06	11,83
Raça/Cor	Indígena	0,48	0,51	0,25	0,35	1,25	—
	Branca	21,94	35,93	23,59	22,45	42,86	22,01
	Preta	15,76	6,02	8,71	20,2	4,11	14,58
	Amarela	0,27	—	—	0,14	—	0,54
	Parda	61,55	57,55	67,45	56,86	51,78	62,87
Estudo	Sem instrução e menos de 1 ano	32,79	10,17	17,01	26	15,41	11,41
	1 a 3 anos	18,23	9,82	20	15,72	10,43	11,36
	4 a 7 anos	21,52	29,51	32,23	22,11	21,91	34,13
	8 a 10 anos	9,05	10,67	12,84	10,09	12,16	17
	11 a 14 anos	15,37	23,58	16,1	21,32	24,01	20,63
	15 anos ou mais	2,86	16,24	1,83	4,51	16,07	5,47
	Não determinados	0,18	—	—	0,27	—	—
Rendimento Domiciliar per capita	Até 1/2 Salário Mínimo	42,27	22,98	42,98	41,53	31,1	50,51
	De 1/2 a 1 Salário Mínimo	30,73	23,69	32,23	31,1	21,53	24,4
	De 1 a 3 Salários Mínimos	20,33	27,88	18,63	21,45	30,24	18,33
	Mais de 3 Salários Mínimos	5,86	23,78	5,65	5,92	17,12	6,76
	Sem Declaração	0,82	1,67	0,50	-	-	-

Fonte: Fundação IBGE. PNAD (2004; 2009).

(*) Migração Por última etapa.

Em relação à composição da renda domiciliar nota-se conforme a Tabela 18 que a principal fonte de renda advém do trabalho, no entanto, essa importância aumenta entre os dois

períodos para os retornados e os não naturais e diminui para os não migrantes. Já em relação à aposentadoria e outras rendas vemos uma redução da importância das aposentadorias para os não naturais e retornados e de um aumento dessa importância para os não migrantes, quando se trata da aposentadoria. No entanto a importância dos outros rendimentos aumenta para os não naturais e para os não migrantes, enquanto decresce para os retornados.

TABELA 18 - Composição da renda domiciliar dos chefes por status migratório - Bahia, 2004 e 2009*

2004						
	PBF	RGPS	Outra aposentadoria	Outro	Trabalho	Total
Não Natural	1,68	10,89	5,13	2,38	79,92	100
Retornado	2,09	10,3	1,81	4,75	81,05	100
Não Migrante	3,06	21,03	1,5	1,5	72,91	100
2009						
Não Natural	1,29	6,26	1,07	5,46	85,92	100
Retornado	2,58	7,89	1,38	2,64	85,52	100
Não Migrante	2,23	25,52	1,06	2,61	68,58	100

Fonte: Fundação IBGE. PNAD (2004; 2009).

*Migração por última etapa.

Por último o Programa Bolsa Família, acaba por representar um valor menos significativo no orçamento, tendo em vista o valor do benefício não ser alto. No entanto a presença desse programa no orçamento, não pode ser desprezado. Em decorrência da sua boa focalização, o PBF, em 2009 representava 0,7% da renda das famílias brasileiras, no entanto foi responsável por 16% da queda da desigualdade (SOARES et al., 2010). Levando essa importância em consideração, nota-se conforme a Tabela 18 que entre os dois períodos houve uma redução da importância do PBF para os não naturais e para os não migrantes. Assim em 2009, o valor repassado pelo programa passa a ser mais significativo para os retornados.

Síntese do Capítulo

A grande desigualdade na Bahia, tanto de renda quanto de oportunidades é um problema sempre presente. No entanto, nos últimos anos a concentração de renda apresentou uma leve melhora, ressaltando que na RMS houve certa piora. Assim, observou-se uma maior redução da pobreza nas áreas rurais, do que nas áreas urbanas e uma redução ainda menor na região

metropolitana. Muitos autores explicam essa redução pela ampliação dos programas de transferência de renda, que impactam de forma mais significativa as áreas rurais, em decorrência do menor custo de vida nesses locais.

Ao se verificar a relação entre os programas e os PIB municipais, percebe-se que enquanto o PIB baiano cresce a uma taxa de 4,2% ao ano, os programas de transferência de renda crescem a uma taxa de 8,6% ao ano. A relação entre as transferências e o PIB são mais significativos para os municípios de porte pequeno e médio, sendo que o PBF é mais importante nos pequenos municípios e o BPC nos de porte médio. Além do mais a importância desses programas dobrou entre 2004 e 2009.

Da mesma forma que esses programas podem vir a influenciar na dinâmica dos municípios, tanto populacionalmente quanto economicamente, eles podem vir a influenciar nos fluxos migratórios, pois os fluxos migratórios podem variar conforme a renda. Entre 1991 e 2000, houve uma redução na participação do primeiro estrato de renda na migração, com enfoque na redução intraestadual. Também se observou que entre os emigrantes há uma maior predominância no terceiro estrato de renda (de tanto a tanto SM), assim a razão entre o saldo líquido migratório e a população, é menor para o terceiro estrato de renda e maior para o primeiro. Ou seja, o saldo líquido migratório, demonstra que o terceiro grupo perde mais pessoas, enquanto o primeiro grupo é o que menos perde. Da mesma forma nota-se uma diferença entre a significância da migração intraestadual e da interestadual conforme os estratos de renda domiciliar *per capita*. A significância da migração intraestadual vai diminuindo conforme a renda vai aumentando. Ou seja, a relação entre saídas e entrada é menor para os mais pobres, bem como a migração dentro do próprio estado é mais significativa para os primeiros estratos de renda, o que pode estar associado ao menor risco dos deslocamentos de curta distância.

Na análise da população total o IEM indica rotatividade, porém indica retenção na RMS e perda nas cidades pequenas e médias. No entanto, nas mesmas cidades pequenas e médias o IEM indica rotatividade para o primeiro estrato de renda e perda nos estratos seguintes. Indicando retenção na RMS apenas para o primeiro e o segundo estrato de renda. É de fundamental importância frisar que apesar dos dois primeiros grupos de renda serem pobres, há divergências significativas entre o primeiro e o segundo, como o IEM indicar rotatividade para as cidades pequenas e médias para o primeiro estrato de renda e perda para o segundo estrato, sendo que

uma das diferenças entre os dois grupos reside no fato de o primeiro grupo ser alvo dos programas de transferência de renda.

A análise em relação às influências do PBF indica que em relação à população total o ritmo de crescimento do interior apresentou crescimento, enquanto o ritmo de crescimento da RM diminuiu em decorrência da emigração. O primeiro estrato de renda volta a crescer para o interior com o IEM indicando retenção. Também nota-se maior crescimento do grupo de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, indicando mobilidade entre os estratos na RMS, já que o IEM indica significativa perda populacional. Já a perda de população no último estrato de renda, não quer dizer que houve um empobrecimento da população, mas sim que o aumento real do salário mínimo fez com que menos pessoas pudessem acessar esse grupo.

Em relação à importância dos “outros rendimentos” na composição da renda domiciliar, percebeu-se um aumento, observando-se que enquanto o Bolsa Família representa em 2009 apenas 0,7% da renda, atribui-se a ele cerca de 16% de importância na queda da desigualdade e que esse programa pode estar influenciando na migração de retorno. Enquanto o volume da imigração tem diminuído, o percentual de retornados tem aumentado, seja entre a população total ou entre os chefes de domicílio. Assim percebe-se que entre 2004 e 2009 houve um aumento da importância da Bolsa Família para os retornados, apesar do aumento da importância dos rendimentos provenientes do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do grande êxodo rural que ocorreu entre 1930 e 1970, com a região Sudeste demandando mão de obra e o Nordeste promovendo a expulsão da população de áreas estagnadas, e da implantação das políticas sociais de cunho não contributivista a partir da Constituição Federal de 1988, surgiu a seguinte questão: Será que os programas de transferência de renda podem influenciar na dinâmica migratória?

Para tentar responder a essa pergunta foi escolhido o estado da Bahia em decorrência da importância dos programas de transferências de renda para o mesmo, e do histórico de ter uma significativa dinâmica migratória, tanto interestadual quanto intraestadual, não se esquecendo que a Bahia é o quarto estado mais populoso do Brasil, com 7,74% da população brasileira, e com o quarto menor grau de urbanização do Brasil³⁹ (69,9%), o que reflete um estado que ainda apresenta uma vocação rural, apesar dos pontos de desenvolvimento industrial que se situam principalmente na Região Metropolitana de Salvador.

Outra escolha necessária foi a dos programas de transferência de renda. Pensando em questões metodológicas, como a necessidade de se usar os Censos Demográficos, para compreender a dinâmica demográfica nos municípios conforme seus diferentes tamanhos e espacializações. Optou-se pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000, já que nesse intermédio houve a implantação de dois programas de transferência de renda a Aposentadoria Rural (1991) e o Benefício de Prestação Continuada (1993), que iniciaram alterações nas dinâmicas econômicas das áreas rurais e dos pequenos e médios municípios. Além do mais se adotou estratégias de análise das PNAD's 2004 e 2009, para tentar buscar a influência do Programa Bolsa Família (2004), que foi o primeiro programa de ampla cobertura, que tinha como público alvo a população em idade ativa.

A partir da escolha do local e dos programas, por intermédio da metodologia explicitada no Capítulo 2 chegou-se a alguns resultados que estão interligados.

Em primeiro lugar constatou-se que houve redução no percentual de pessoas que compõem o primeiro estrato de renda entre os três períodos, embora esse ainda continue sendo o grupo de maior expressão no estado. Como se trata de grande parte da população (77,6% em 1991, 55,25% em 2000 e 50,40% em 2009), é preciso ter em mente que qualquer mudança

³⁹ Está atrás apenas do Piauí (61,9), Alagoas (67,9) e Maranhão (69,5).

percentual por menor que seja, pode significar um contingente considerável de pessoas. Os resultados mostram maior redução no percentual de pessoas que compunham o primeiro estrato de renda nas cidades pequenas, o que pode indicar, por um lado, maior mobilidade entre os estratos e, por outro, maior perda migratória dos pobres nas cidades pequenas. No entanto é pouco provável que seja a segunda opção, já que entre 1991 e 2000 houve uma queda na participação do primeiro estrato de renda nos movimentos migratórios, alimentado principalmente pela queda nos movimentos intraestaduais. O que é importante, já que a participação desses movimentos na dinâmica migratória é maior para o primeiro grupo e vai diminuindo à medida que a renda aumenta. Além do mais, entre os mais pobres é que se verifica a menor razão entre a população e o saldo líquido migratório, indicando que esse é o grupo que entre 1991 e 2000 sofreu o menor impacto na migração em relação ao tamanho populacional. Ou seja, entre saídas e entradas, o primeiro grupo é o que perde menos além de ser o grupo em que os movimentos de curta distância têm maior importância.

A análise do Índice de Eficácia Migratória indica que em relação à população total há perda de população para as cidades pequenas e médias, mas esse comportamento é diferenciado entre os grupos de renda. Para o primeiro estrato de renda há indicação de rotatividade nos dois períodos, sendo que o índice aproxima-se mais ainda de zero entre 1991 e 2000. Além disso, apenas para os grupos com renda domiciliar *per capita* menor que 1 SM, há indícios de retenção na RMS. Quando se analisou a relação do IEM com o crescimento populacional, para o período 2000 a 2009, concluiu-se que em relação ao primeiro estrato de renda, no período anterior houve diminuição da população, enquanto na última década volta a haver crescimento, puxado pelo crescimento do interior, que apresenta IEM de 0.15, que indica retenção migratória. Enquanto isso há no segundo estrato de renda um crescimento populacional de 2,28% para a RMS, apesar do IEM de -0.23 indicar perda migratória, o que pode ser um sinal de mobilidade entre os estratos, já que o primeiro estrato de renda na região metropolitana continuou apresentando decréscimo entre 2000 e 2009.

Esses resultados sugerem que as mudanças ocorridas nas cidades menores em relação ao primeiro estrato de renda domiciliar *per capita*, podem estar associadas à redução da desigualdade que aconteceu de forma mais intensa nas áreas rurais. Dias e Fernandes (2008) alertam para o fato de que entre 1991 e 2000 os 50% mais pobres apropriavam-se de 14,5% dos rendimentos da Bahia, enquanto que o 1% mais rico apropriava-se de 15% desse total. Em 1991

os valores passam a ser de 16,8% e 15,2%, respectivamente, entretanto, na RMS a concentração de renda piorou no mesmo período. Além disso, entre 1995 e 2004 o percentual de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza passou de 49,67% para 40,14%. Não obstante, enquanto no rural a queda foi 11,3 pontos, no urbano foi de 10,2 e na RMS de 0,7 pontos percentuais (SEI, 2008). O mesmo estudo conclui que a redução da pobreza tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas podem ser explicadas por um conjunto de fatores associados às políticas públicas, como a extensão dos benefícios previdenciários para a população rural e a forte expansão do BPC e do PBF. A ampliação desses programas foi significativa nos últimos anos. Entre 1990 e 1992 o percentual de segurados especiais da previdência passou de 4,4% para 10%. A aposentadoria em conjunto com o BPC contribuiu para que ocorresse uma redução significativa dos idosos entre a população mais pobre. Com a implantação do Programa Bolsa Família em 2004, há uma ampliação significativa dos programas de transferência de renda. Quando esse programa se iniciou em 2004 ele atendia 6.571.839 famílias, em 2009 passou a ser 12.472.540 de família, o que corresponde a 33,2% da população brasileira. A partir da ampliação dos programas, verificou-se uma significativa redução da pobreza, influenciada principalmente pela redução da desigualdade. Enquanto no geral a renda *per capita* cresceu 2,8% ao ano, esse crescimento foi de 8,1% entre os 10% mais pobres e de 1,4% entre os 10% mais ricos, ou seja, o aumento da renda foi maior para os mais pobres.

A análise da redução da desigualdade ainda passa pelo aumento da importância do componente “outros rendimentos”, na renda domiciliar. A importância desse rendimento é marginal, no entanto entre 2003 e 2004 (período de implantação do PBF), aumentou de 1% para 1,6%, sendo que para aquelas famílias que apresentavam renda *per capita* inferior a R\$100,00 essas transferências passaram de 5,6% para 10,2% no mesmo período (ROCHA, 2008). Além do mais, Soares et al. (2010) constata que apesar do PBF representar em 2009 apenas 0,7% da renda domiciliar ele é responsável por cerca de 16% da queda da desigualdade. Analisando a importância do componente “outros rendimentos” para os não naturais, retornados e não migrantes, concluiu-se que entre 2004 e 2009 houve um aumento na participação desse componente para os retornados, sendo esse grupo o que apresenta no final do período a maior importância desse componente. Adicionado ao destaque dos “outros rendimentos” para os retornados, o fato do percentual de imigrantes de retorno ter praticamente dobrado entre 1991 e 2009, passando de 32,7% para 62,9% entre o total de migrantes, pode ser considerado mais uma

evidência de que os Programas de Transferência de renda fazem parte e interagem com uma rede de fatores que influenciam as mudanças dos processos migratórios atuais. Não se pode esquecer, por exemplo, que um dos principais fatores que influenciam o aumento do retorno para a Bahia é o maior aquecimento econômico experimentado pelo estado, enquanto a região Sudeste, principalmente São Paulo, passava por reestruturação produtiva com diminuição da necessidade de mão de obra não especializada.

Durante este trabalho conseguiu-se alguns indicativos de mudanças no ritmo de crescimento e na dinâmica migratória principalmente para a população que compõem o primeiro estrato de renda e que residem nas pequenas e médias cidades. A análise do crescimento populacional juntamente com alguns indicadores sobre migração permitiu observar, por um lado, a possibilidade de mobilidade entre os diferentes estratos de renda dentro dos próprios municípios e, por outro, que esteja acontecendo mudanças na mobilidade dessa população. Se levarmos em consideração que as mudanças recentes na dinâmica econômica baiana tem um menor impacto na população de mais baixa renda, já que muitos são considerados não empregáveis, em decorrência da baixa ou nenhuma escolaridade (BRASIL, 2008), é possível pensar que os programas de transferência de renda, sejam um dos elementos que estejam influenciando essas mudanças.

Para maior aprofundamento das questões abordadas nesta dissertação é fundamental considerar as inter-relações entre as políticas sociais, econômicas e de desenvolvimento em todas as esferas do governo. No que tange os processos migratórios, também é necessário pesquisas qualitativas que adicionem informações sobre trajetórias e motivações aos instrumentos clássicos de análise da migração como o Censo Demográfico e as PNAD's. A divulgação dos microdados do censo demográfico de 2010 trará uma oportunidade importante de completar as análises aqui desenvolvidas, considerando outros períodos, recortes regionais, variáveis sócio-demográficas e subgrupos populacionais.

REFERÊNCIA

- ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.
- ALCOFORADO, F. **Condicionante do desenvolvimento do estado da Bahia**. 2003. 390f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade de Barcelona, Barcelona, 2003.
- ALMEIDA, L. T.; PAULA, J. C.; SILVEIRA, F. G. Perfil das famílias baianas beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v.19, n.4, p.945-956, jan./mar.2010.
- ALMEIDA, R. B. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista Planejamento**, Salvador, v.5, n.4, out/dez.1977.
- ALVES, L. A. A. **A distribuição de renda no estado da Bahia**: algumas considerações sobre as áreas analisadas. Salvador, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 78).
- ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- _____.; SOUZA, A.; LIMA, R. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.29, apr./1997.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- BÁLAN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.5, 1973.
- BARBOSA, A. A. Bolsa família causa migração de retorno. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2006.
- BARROS, R. P. et al. Determinantes da queda da desigualdade de renda no Brasil. In: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. (Org.). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: IPEA, 2009.
- BARTHOLO, L.; ARAÚJO, L. R. Em busca das famílias reconstituídas: mapeamento dos arranjos familiares da população brasileira de baixa renda por meio do Cadastro Único de Programas Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.
- _____. Evolução demográfica. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. (Org.). **Brasil um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Número de beneficiários e volume de recursos do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada, por municípios e estados**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/login.php>>. Acesso em: 03 out. 2010.
- _____. _____. **Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família 2008**. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.** Brasília, 2004.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, 1993.

BRASÍLIA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas municipais discriminadas.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 12 dez. 2010.

BRITO, F.; MARQUES, D. As grandes metrópoles e as migrações internas: um ensaio sobre o seu significado recente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005.

CAMPOS, M.; BARBIERI, A.; CARVALHO, J. A. M. Migração e Previdência Social no Brasil entre 1980 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2007.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. As políticas sociais e a constituição de 1988: conquistas e desafios. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, IPEA, v.1, n.17, 2009.

CODES, A. L. M. **A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza:** em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008.

COSTA, M. A.; ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. O problema demográfico brasileiro: diagnóstico e perspectiva. In: VELLOSO, J. P. R.(Org.). **A questão social no Brasil.** São Paulo: Nobel, 1991.

CUNHA, J. M. P. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. In: TALLER NACIONAL SOBRE “MIGRACIÓN INTERNA Y DESARROLLO EN BRASIL:DIAGNÓSTICO, PERSPECTIVAS Y POLÍTICAS”, 2007. **Anais...** Santiago de Chile: CEPAL/CELADE, 2007.

_____. BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población 82**, Santiago de Chile, CEPAL, 2005.

_____. **O uso das PNADS na análise do fenômeno migratório:** possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

DEDECCA, C. S. et al. Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.23, n.2, p.317-329, jul./dez.2006.

DELAUNAY, D. Relaciones entre pobreza, migración y movilidad: dimensiones territorial y contextual. **Notas de Población 84**, Santiago do Chile, CEPAL, 2007.

DELGADO, G.; JACCOUD, L.; NOGUEIRA, R. P. Seguridade social: redefinindo o alcance da cidadania. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, IPEA, v.1, n.17, 2009.

DIAS, P. C.; FERNANDES, C. M. **Considerações introdutórias e elementos metodológicos para a discussão das desigualdades na Bahia.** Salvador: SEI, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 78).

_____. **Articulação entre os espaços de “atração” e de “repulsão” de população:** um estudo sobre o saldo migratório dos municípios baianos. Salvador: SEI, 2007. (Série Estudo e Pesquisas, 77).

DRAIBE, S. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. **Cadernos de Pesquisa** 32, Campinas, NEPP, 1998.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991. (Microdados).

_____. **Notas metodológicas: PNAD**. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **PNAD 2009**. Rio de Janeiro, 2009. (Microdados).

_____. **PNAD 2008**. Rio de Janeiro, 2008. (Microdados).

_____. **PNAD 2006**. Rio de Janeiro, 2006. (Microdados).

_____. **PNAD 2004**. Rio de Janeiro, 2004. (Microdados).

_____. **PNAD 2002**. Rio de Janeiro, 2002. (Microdados).

GOLGHER, A. B. **Diagnóstico do processo migratório do Brasil 3**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006.

GRAHAM, D. H.; HOLLANDA FILHO, S. B. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

_____; _____. **Migration, regional and urban growth and development in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970**. São Paulo: IPE/USP, 1971.

GUIMARÃES, J. R. S Tendências sociodemográficas na Bahia e os novos desafios das políticas sociais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v.17 n.4, p.1115-1201, jan./mar.2008.

_____. **Condições de vida, desigualdade e dinâmica demográfica na Bahia durante a década de 1990**. 2004. 118f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2004.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Produto interno bruto por Município**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?616273437>>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. **IPEADATA 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 2010.

_____. **O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Brasília, 1993.

JACCOUD, L.; HADJAB, P.; CHAIDUB, J. Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, IPEA, v.1, n.17, 2009.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LIMA, C. L. C.; SANTANA FILHO, L. C.; BULCÃO, S. Uma análise do recente crescimento das transferências diretas de renda para as famílias do estado da Bahia. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v.19, n.4, p.957-969, jan./mar.2010.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e migrações**: uma abordagem histórico-estrutural. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994.

_____. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.25, n.2, jul./dez.2008.

MURICY, I. **Novos padrões de reprodução sociodemográfica na Bahia**. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudo e Pesquisas, 60).

OLIVEIRA, K. F. **Demografia da pobreza em Sergipe**: migração, renda e características municipais a partir dos anos 80. 2009. 277f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna**: manual VI. Nova York, 1972.

PEDRÃO, F. **Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento?**: uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 63).

PEIXOTO, J. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - Universidade Técnica de Lisboa, 2004. (SOCIOUS - Working Papers, 11).

PERRONI, J.; BRANDÃO, A.; DALT, S. Transferência de renda e desigualdade regional: tendências, desafios e dilemas no campo das políticas sociais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v.19, n.4, p.899-911, jan./mar.2010.

PINHO, S. A. **Principais tendências da migração baiana (1995-2000)**: origem e destino dos migrantes dos municípios. Salvador: SEI, 2007. (Série Estudos e Pesquisas, 77).

POCHMAN, M.; AMORIM, R. Pobreza e mudanças sociais recentes no Brasil. In: CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C. (Org.). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: IPEA, 2009.

QUEIROZ, S. N.; REMY, M. A. P.; PEREIRA, J. M. Estudo comparativo entre o Programa Bolsa Família no Brasil e o Programa Oportunidades no México. In: 13º CONGRESSO INTERNACIONAL DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2010.

RANGEL, L. et al. Conquista, desafios e perspectivas da previdência social no Brasil vinte anos após a promulgação da constituição federal de 1988. **Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise**, Brasília, IPEA, v.1, n.17, 2009.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

RIBEIRO, J. A. C.; CASTRO, J. A. (Org.). **Situação social brasileira 2007**. Brasília: IPEA, 2009.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996.

ROCHA, M. G. Famílias y política social em México: el caso de oportunidades. In: REUNIÓN DE EXPERTOS “POLÍTICAS HACIA LAS FAMILIAS, PROTECCIÓN E INCLUSIÓN SOCIALES”, 2005, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: CEPAL, 2005.

ROCHA, S. Transferências de renda federais: focalização e impacto sobre pobreza e desigualdade. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.67-96, jan./abr.2008.

_____. **Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Estudos e Pesquisas, 83. Seminário especial mini-fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea).

_____. **Pobreza no Brasil: a final do que se trata?** São Paulo: FGV, 2003.

ROWNTREE, B. S. **Poverty: a study of town life**. United Kingdom: Macmillian and Co., 1901.

SANTOS, W. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Evolução e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-2000)**. Salvador, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 79).

_____. **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990**. Salvador, 2007. (Série Estudos e Pesquisas, 76).

SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. **Desequilíbrios regionais e municipais no estado da Bahia: uma análise dos padrões recentes**. Salvador, 2008. (Série Estudo e Pesquisas, 73).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**, Brasília: IPEA, v.2, 2010.

SOUZA, G. A. A. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

TOLOSA, H. C. Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos 80. In: VELLOSO, J. P. R. (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.

VIDAL, F. C. B. **A problemática do semi-árido nordestino, à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural**. Salvador: SEI, 2003. (Série Estudos e Pesquisas, 63).

ANEXOS

TABELA 1 - Imigrantes, emigrantes, com 5 anos e mais, e saldo migratório por Unidades da Federação e Grandes Regiões Brasil, 1986-1991 e 1995-2000

Unidades da Federação/Grandes Regiões	1986-1991		1995-2000		Saldo migratório residual	
	Imigrantes	Emigrantes	Imigrantes	Emigrantes	1986-1991	1995-2000
Rondônia	127.184	94.462	84.383	72.735	32.722	11.648
Acre	12.979	14.343	13.856	16.070	-1.364	-2.214
Amazonas	59.603	44.286	90.670	58.657	15.318	32.013
Roraima	35.354	6.694	47.956	14.379	28.660	33.577
Pará	212.520	183.195	185.208	234.239	29.325	-49.031
Amapá	23.641	7.147	44.596	15.113	16.494	29.483
Tocantins	82.417	71.805	95.975	82.515	10.612	13.461
Região Norte	553.699	421.932	562.645	493.708	131.767	68.937
Maranhão	103.568	237.927	102.444	274.469	-134.359	-172.025
Piauí	73.112	139.447	89.503	140.815	-66.335	-51.312
Ceará	121.767	245.164	164.713	186.710	-123.398	-21.997
Rio Grande do Norte	75.570	76.444	78.397	71.287	-874	7.110
Paraíba	88.909	174.058	102.855	163.485	-85.149	-60.630
Pernambuco	171.743	317.232	167.596	280.290	-145.488	-112.694
Alagoas	60.881	112.632	56.910	127.948	-51.751	-71.038
Sergipe	55.978	42.213	52.668	56.928	13.765	-4.260
Bahia	186.756	469.091	253.238	518.036	-282.335	-264.798
Região Nordeste	938.285	1.814.208	1.068.325	1.819.968	-875.923	-751.643
Minas Gerais	372.577	479.397	450.452	408.658	-106.820	41.795
Espírito Santo	135.438	90.909	130.094	95.168	44.528	34.926
Rio de Janeiro	254.637	295.071	323.087	274.213	-40.434	48.874
São Paulo	1.396.113	647.993	1.242.974	883.885	748.120	359.089
Região Sudeste	2.158.765	1.513.371	2.146.608	1.661.924	645.394	484.684
Paraná	269.540	475.190	299.949	336.998	-205.650	-37.048
Santa Catarina	170.361	125.002	201.117	139.667	45.359	61.450
Rio Grande do Sul	114.410	138.854	114.015	152.890	-24.445	-38.875
Região Sul	554.310	739.047	615.082	629.554	-184.737	-14.473
Mato Grosso do Sul	124.046	105.023	97.944	108.738	19.023	-10.795
Mato Grosso	226.906	118.332	172.467	123.724	108.574	48.743
Goiás	268.295	156.665	374.739	169.900	111.631	204.839
Distrito Federal	195.312	143.674	216.864	188.577	51.638	28.287
Região Centro-Oeste	814.559	523.693	862.014	590.939	290.866	271.075
Brasil sem especificação ⁽¹⁾	-	7.366	-	58.579	-	-
TOTAL	5.019.617	5.019.617	5.254.672	5.254.672	-	-

Fonte: SEI (2006). Nota: ⁽¹⁾ Emigrantes que não declararam Unidade da Federação de origem.

TABELA 2 - Proporção de emigrantes na população de 5 anos e mais, segundo as Unidades da Federação e Grandes Regiões Brasil, 1986-1991 e 1995-2000

Unidades da Federação/ Grandes Regiões	População de 5 anos e mais					
	1986-1991			1995-2000		
	Total	Emigrantes	%	Total	Emigrantes	%
Rondônia	978.013	94.462	9,7	1.226.247	72.734	5,9
Acre	355.372	14.343	4	481.081	16.069	3,3
Amazonas	1.796.490	44.286	2,5	2.428.787	58.658	2,4
Roraima	187.883	6.694	3,6	280.051	14.380	5,1
Pará	4.235.313	183.195	4,3	5.417.619	234.235	4,3
Amapá	243.599	7.147	2,9	409.362	15.113	3,7
Tocantins	793.381	71.805	9,1	1.023.459	82.513	8,1
Região Norte	8.590.051	421.932	4,9	11.266.606	493.702	4,4
Maranhão	4.199.049	237.927	5,7	4.964.160	274.470	5,5
Piauí	2.240.926	139.447	6,2	2.541.627	140.815	5,5
Ceará	5.533.491	245.164	4,4	6.628.262	186.709	2,8
Rio Grande do Norte	2.114.428	76.444	3,6	2.498.981	71.286	2,9
Paraíba	2.808.032	174.058	6,2	3.106.342	163.485	5,3
Pernambuco	6.278.461	317.232	5,1	7.131.046	280.289	3,9
Alagoas	2.177.704	112.632	5,2	2.492.020	127.949	5,1
Sergipe	1.299.587	42.213	3,2	1.588.119	56.931	3,6
Bahia	10.415.387	469.091	4,5	11.765.758	518.038	4,4
Região Nordeste	37.067.065	1.814.208	4,9	42.716.315	1.819.972	4,3
Minas Gerais	14.033.186	479.397	3,4	16.288.982	408.659	2,5
Espírito Santos	2.310.124	90.909	3,9	2.813.126	95.166	3,4
Rio de Janeiro	11.655.941	295.071	2,5	13.170.894	274.212	2,1
São Paulo	28.475.544	647.993	2,3	33.842.321	883.884	2,6
Região Sudeste	56.474.795	1.513.371	2,7	66.115.323	1.661.921	2,5
Paraná	7.525.470	475.190	6,3	8.678.190	336.998	3,9
Santa Catarina	4.040.029	125.002	3,1	4.882.338	139.665	2,9
Rio Grande do Sul	8.244.501	138.854	1,7	9.332.388	152.891	1,6
Região Sul	19.810.000	739.047	3,7	22.892.916	629.554	2,7
Mato Grosso do Sul	1.569.935	105.023	6,7	1.873.982	108.738	5,8
Mato Grosso	1.770.977	118.332	6,7	2.250.460	123.726	5,5
Goiás	3.574.372	156.665	4,4	4.521.450	169.898	3,8
Distrito Federal	1.426.210	143.674	10,1	1.849.619	188.576	10,2
Região Centro-Oeste	8.341.494	523.693	6,3	10.495.511	590.938	5,6
Brasil sem Especificação⁽¹⁾	-	7.366	-	-	58.579	-
Total	130.283.405	5.019.617	3,9	153.486.671	5.254.666	3,4

Fonte: SEI (2006). Nota: ⁽¹⁾ Emigrantes que não declararam Unidade da Federação de origem.

TABELA 3 - Origem dos imigrantes da Bahia com 5 anos e mais, por Grandes Regiões, Bahia, 1986-1991 e 1995-2000

Grandes Regiões	1986-1991		1995-2000	
	Total	%	Total	%
Norte	5.858	3,1	6.749	2,7
Nordeste	64.145	34,4	62.019	24,8
Sudeste	100.908	54,1	155.278	62
Sul	6.472	3,5	8.838	3,5
Centro Oeste	9.231	4,9	17.687	7,1
Total	186.614	100	250.571	100

Origem dos emigrantes da Bahia com 5 anos e mais, por Grandes Regiões, Bahia, 1986-1991 e 1995-2000

Grandes Regiões	1986-1991		1995-2000	
	Total	%	Total	%
Norte	22.776	4,9	11.096	2,1
Nordeste	59.645	12,7	59.147	11,4
Sudeste	320.670	68,4	374.856	72,4
Sul	7.082	1,5	9.185	1,8
Centro Oeste	58.919	12,6	63.754	12,3
Total	469.091	100	518.038	100

Fonte: SEI (2006). **Nota:** ⁽¹⁾ Emigrantes que não declararam o município de origem.

TABELA 4 - Unidade da Federação de origem dos imigrantes e destino dos emigrantes com 5 anos e mais, Bahia, 1986-1991 e 1995-2000

UF	Imigrantes				Emigrantes			
	1986-1991		1995-2000		1986-1991		1995-2000	
São Paulo	58.544	31,4	105.691	42,18	248.599	53	277.306	53,53
Minas Gerais	18.314	9,8	19.859	7,93	28.959	6,17	39.772	7,68
Goiás	4.190	2,2	7.581	3,03	28.191	6,01	32.067	6,19
Espirito Santos	9.372	5	14.447	5,77	24.086	5,13	31743	6,13
Rio de Janeiro	14.677	7,9	15.281	6,1	19.026	4,06	29035	5,6
Distrito Federal	3.582	1,9	6.917	2,76	22.443	4,78	25587	4,94
Pernambuco	25.477	13,7	23.138	9,23	18.550	3,95	17696	3,42
Sergipe	10.947	5,9	13.432	5,36	18.215	3,88	17094	3,3
Ceará	7.477	4	6.655	2,66	5.193	1,11	7346	1,42
Paraná	2.989	1,6	4.023	1,61	3.880	0,83	5145	0,99
Pará	2.830	1,5	2.943	1,17	13.332	2,84	5000	0,97
Paraíba	5.200	2,8	4.424	1,77	3469	0,74	4698	0,91
Mato Grosso	960	0,5	1.891	0,75	6.591	1,41	4479	0,86
Alagoas	8.471	4,5	7.832	3,13	6.447	1,37	3885	0,75
Piauí	3.143	1,7	2.924	1,17	2.986	0,64	3736	0,72
Rio Grande do Norte	1.645	0,9	1.673	0,67	2.372	0,51	2963	0,57
Rondônia	1.464	0,8	1.134	0,45	5.711	1,22	2621	0,51
Rio Grande do Sul	2.813	1,5	3.599	1,44	2.106	0,45	2136	0,41
Tocantins	577	0,3	1.535	0,61	2.062	0,44	2071	0,4
Santa Catarina	762	0,4	1.215	0,48	1.096	0,23	1904	0,37
Maranhão	1.784	1	1.940	0,77	2.383	0,51	1729	0,33
Mato Grosso do Sul	499	0,3	1.299	0,52	1.692	0,36	1621	0,31
Amazonas	754	0,4	755	0,3	983	0,21	819	0,16
Roraima	127	0,1	277	0,11	358	0,08	225	0,04
Acre	58	0	76	0,03	167	0,04	190	0,04
Amapá	49	0	29	0,01	164	0,03	170	0,03
Total	186.614	100	250.570	100	469.091	100	518038	100

Fonte: SEI (2006). Nota: ⁽¹⁾ Emigrantes que não declararam Unidade da Federação de origem.

TABELA 5 - Incrementos absoluto e relativo do número de imigrantes e emigrantes interestaduais da Bahia, com 5 anos e mais, segundo Regiões Econômicas Bahia, 1986-1991 e 1995-2000

Regiões Econômicas	Imigrantes				Emigrantes			
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%
Metropolitana de Salvador	40.299	21,58	46.511	18,37	58.522	12,48	61.402	11,85
Litoral Norte	6.646	3,56	6.909	2,73	9.241	1,97	11.230	2,17
Recôncavo Sul	3.382	1,81	4.997	1,97	9.176	1,96	14.615	2,82
Litoral Sul	11.277	6,04	19.689	7,77	52.330	11,16	73.886	14,26
Extremo Sul	23.960	12,83	32.195	12,71	39.245	8,37	42.017	8,11
Nordeste	20.510	10,98	27.123	10,71	36.070	7,69	41.810	8,07
Paraguaçu	12.207	6,54	13.734	5,42	29.686	6,33	36.695	7,08
Sudoeste	12.886	6,9	24.367	9,62	48.637	10,37	48.181	9,3
Baixo Médio S. Francisco	15.230	8,15	17.768	7,02	19.529	4,16	20.986	4,05
Piemonte da Diamantina	6.171	3,3	11.746	4,64	19.656	4,19	22.752	4,39
Irecê	7.492	4,01	8.654	3,42	16.457	3,51	19.066	3,68
Chapada Diamantina	5.082	2,72	7.150	2,82	15.825	3,37	18.924	3,65
Serra Geral	5.402	2,89	10.085	3,98	24.882	5,3	25.913	5
Médio São Francisco	4.165	2,23	6.669	2,63	17.108	3,65	18.443	3,56
Oeste	12.049	6,45	15.642	6,18	31.200	6,65	31.774	6,13
Origem indefinida ⁽¹⁾	-		-		41.526	8,85	30.342	5,86
Total	186.756	100	253.238	100	469.091	100	518.036	100

Fonte: SEI (2006). **Nota:** ⁽¹⁾ Emigrantes que não declararam o município de origem.

TABELA 6 Distribuição dos imigrantes de retorno da Bahia, com 5 anos e mais, dos períodos 1986-1991 e 1995-2000 por Regiões Econômicas de residência em 1991 e 2000

Regiões Econômicas	1991				2000				Total			
	Imigrante de Retorno		Imigrante Não-Natural		Imigrante de Retorno		Imigrante Não-Natural		Imigrante de Retorno		Imigrante Não-Natural	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Norte	2.474	4,06	3.384	2,69	2.907	2,69	3.842	2,7	5.858	3,14	6.749	2,69
Nordeste	8.047	13,1	56.098	44,7	11.317	10,47	50.702	35,59	64.145	34,37	62.019	24,75
Sudeste	45.553	74,6	55.354	44,1	83.579	77,32	71.699	50,32	100.907	54,07	155.278	61,97
Sul	813	1,33	5.659	4,51	1.651	1,53	7.187	5,04	6.472	3,47	8.838	3,53
Centro-Oeste	4.116	6,75	5.115	4,07	8.643	8	9.044	6,35	9.231	4,95	17.687	7,06
Total	61.005	100	125.610	100	108.097	100	142.474	100	186.615	100	250.571	100

Fonte: SEI (2006).

TABELA 7 - Distribuição dos imigrantes de retorno da Bahia, com 5 anos e mais, dos períodos 1986-1991 e 1995-2000 por Regiões Econômicas de residência em 1991 e 2000

Regiões Econômicas	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Metropolitana de Salvador	10.376	17	14.204	13
Litoral Norte	1.995	3,3	2.628	2,4
Recôncavo Sul	1.484	2,4	2.610	2,4
Litoral Sul	5.491	9	11.509	10,5
Extremo Sul	5.970	9,8	10.448	9,5
Nordeste	6.678	10,9	12.792	11,7
Paraguaçu	5.344	8,7	7.206	6,6
Sudoeste	5.991	9,8	13.951	12,7
Baixo Médio S. Francisco	2.358	3,9	3.669	3,3
Piemonte da Diamantina	3.154	5,2	7.270	6,6
Irecê	2.504	4,1	4.874	4,5
Chapada Diamantina	2.996	4,9	4.484	4,1
Serra Geral	2.779	4,6	5.720	5,2
Médio São Francisco	1.206	2	3.421	3,1
Oeste	2.754	4,5	4.742	4,3
Total	61.080	100	109.527	100

Fonte: SEI (2006).

TABELA 8 - Distribuição dos emigrantes e imigrantes interestaduais da Bahia com 5 anos e mais, por faixas quinquenais de idade Bahia, 1986-1991 e 1995-2000

Faixas Etárias	Emigrantes				Imigrantes			
	1986-1991		1995-2000		1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
05 - 09 anos	56.313	12	53.608	10,3	28.274	15,1	32.259	12,7
10 - 14 anos	50.402	10,7	55.690	10,8	23.246	12,4	25.899	10,2
15 - 19 anos	79.190	16,9	81.857	15,8	19.984	10,7	27.729	10,9
20 - 24 anos	101.514	21,6	111.632	21,5	23.893	12,8	31.717	12,5
25 - 29 anos	65.275	13,9	70.575	13,6	25.458	13,6	33.386	13,2
30 - 34 anos	36.488	7,8	44.649	8,6	20.452	11	29.922	11,8
35 - 39 anos	24.649	5,3	32.229	6,2	15.068	8,1	21.313	8,4
40 - 44 anos	17.380	3,7	21.807	4,2	10.132	5,4	15.639	6,2
45 - 49 anos	12.150	2,6	14.867	2,9	5.957	3,2	11.192	4,4
50 - 54 anos	8.670	1,8	10.256	2	4.739	2,5	8.263	3,3
55 - 59 anos	5.511	1,2	7.044	1,4	3.006	1,6	5.372	2,1
60 - 64 anos	4.607	1	4.699	0,9	2.397	1,3	3.502	1,4
65 - 69 anos	2.884	0,6	3.235	0,6	1.635	0,9	2.876	1,1
70 - 74 anos	1.846	0,4	2.400	0,5	1.077	0,6	1.835	0,7
75 - 79 anos	1.086	0,2	1.600	0,3	690	0,4	1.163	0,5
80 anos e mais	1.126	0,2	1.888	0,4	748	0,4	1.171	0,5
Total	469.091	100	518.036	100	186.756	100	253.238	100

Fonte: SEI (2006). **Nota:** ⁽¹⁾ Emigrantes - excluem-se os migrantes que não declararam Unidade da Federação/País de origem.

TABELA 9 - Imigrantes e Emigrantes com 5 anos em mais, dos municípios com imigração e emigração total a cima de 5.000 pessoas e participação total no estado, Bahia, 1995-2000

Imigrantes			Emigrantes		
Município	Absoluto	%	Município	Absoluto	%
Salvador	124.787	13,8	Salvador	146.871	13,2
Feira de Santana	32.806	3,6	Feira de Santana	32.615	2,9
Porto Seguro	26.890	3,0	Itabuna	28.354	2,6
Barreiras	24.534	2,7	Vitória da Conquista	22.989	2,1
Lauro de Freitas	24.037	2,7	Ilhéus	22.455	2,0
Camaçari	22.573	2,5	Teixeira de Freitas	14.291	1,3
Vitória da Conquista	22.271	2,5	Jequié	14.030	1,3
Juazeiro	19.535	2,2	Juazeiro	13.679	1,2
Ilhéus	17.904	2,0	Irecê	13.586	1,2
Itabuna	16.248	1,8	Barreiras	12.471	1,1
Teixeira de Freitas	15.582	1,7	Paulo Afonso	11.896	1,1
Simões Filho	12.807	1,4	Itamaraju	11.607	1,0
Jequié	10.009	1,1	Jacobina	11.446	1,0
Eunápolis	9.770	1,1	Santo Amaro	11.171	1,0
Paulo Afonso	9.413	1,0	Alagoinhas	10.830	1,0
Irecê	8.179	0,9	Eunápolis	10.630	1,0
Dias D´Ávila	8.136	0,9	Porto Seguro	9.103	0,8
Alagoinhas	7.743	0,9	Camaçari	8.570	0,8
Santo Antônio de Jesus	6.441	0,7	Bom Jesus da Lapa	8.316	0,8
Santa Cruz da Cabrália	6.102	0,7	Camacan	7.524	0,7
Itapetinga	6.011	0,7	Guanambi	7.217	0,7
Itamaraju	5.812	0,6	Itaberaba	7.123	0,6
Jacobina	5.779	0,6	Senhor do Bonfim	7.039	0,6
Valença	5.559	0,6	Itapetinga	6.754	0,6
Poções	5.309	0,6	Santa Maria da Vitória	6.595	0,6
Mucuri	5.016	0,6	Valença	6.504	0,6
Total	459.251	50,7	Ipiaú	6.381	0,6
Bahia	905.207	100	Campo Formoso	6.264	0,6
			Serrinha	6.212	0,6
			Gandu	6.145	0,6
			Ubaitaba	6.045	0,5
			Santo Antônio de Jesus	5.658	0,5
			Brumado	5.312	0,5
			Ubatã	5.240	0,5
			Xique-Xique	5.238	0,5
			Total	522.389	47,1
			Bahia	1.108.753	100

Fonte: Pinho (2007). **Nota:** ⁽¹⁾ Emigrantes e Imigrantes - excluem-se os migrantes que não declararam Unidade da Federação/País de origem.